

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO**

PAULO RICARDO SANTOS NUNES

**A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS SENTIR – PENSANTES: UM LUGAR
DE DISPUTA E MEDIAÇÃO**

PORTO ALEGRE

2008

PAULO RICARDO SANTOS NUNES

**A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS SENTIR – PENSANTES: UM LUGAR
DE DISPUTA E MEDIAÇÃO**

Tese apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a Orientação da Professora Doutora Carmen Lucia Bezerra Machado.

PORTO ALEGRE

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

N972f Nunes, Paulo Ricardo Santos

A formação / educação dos sujeitos sentir – pensantes: um lugar de disputa e mediação [manuscrito] / Paulo Ricardo Santos, orientadora: Carmen Lucia Bezerra Machado. – Porto Alegre, 2008.

151 f. + Apêndice + Anexos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, Porto Alegre, BR-RS.

1. Educação – Trabalho. 2. Formação profissional. 3. Sujeito. 4. Vigilância sanitária. 5. Movimentos sociais. 6. Saúde. I. Machado, Carmen Lucia Bezerra. II. Título.

CDU – 377

PAULO RICARDO SANTOS NUNES

A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS SENTIR – PENSANTES: UM LUGAR DE DISPUTA E MEDIAÇÃO

Tese apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a Orientação da Professora Doutora Carmen Lucia Bezerra Machado.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado (Presidente) - UFRGS

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Membro) – UERJ/UFF

Prof. Dr. Waldomiro Carlos Manfroi (Membro) - UFRGS

Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque (Membro) - UFRGS

Profa. Dra. Marlene Ribeiro (Membro) - UFRGS

Porto Alegre, 14 de novembro de 2008.

Dedico esta obra

Ao meu pai Antônio e minha mãe Cléa (*in memorian*);

Ao Dr, Walter Brum (*in memorian*) por ter me indicado os caminhos de ser humano médico e um Sujeito Sentir - Pensante;

Aos meus irmãos;

Aos meus filhos Paulo e Bárbara por terem me ajudado a ser um Sujeito Sentir – Pensante;

A minha esposa Dirciara que tem ao longo desta história me construído, também, como Sujeito Sentir – Pensante;

Aos meus colegas de trabalho da VISAPAF, principalmente, àqueles que contribuíram diretamente para que eu descobrisse as imensas possibilidades de construção de Sujeitos Sentir – Pensantes em VISAPAF.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os trabalhadores da vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados que contribuíram para a realização deste estudo, bem como aos gestores que pelo caráter esclarecedor das entrevistas somaram veracidade à pesquisa.

A minha Orientadora, Professora Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado, por ter caminhado ao meu lado e deste lugar me lançado para as viagens do conhecimento que me proporcionaram descobrir este sujeito que a partir de agora será, de forma ampla, o instrumento de meu trabalho na construção do processo de formação/educação de seres humanos.

Ao meu pai e minha mãe (*in memoriam*) por aprender com eles o princípio da superação da frustração, o que me possibilitou chegar ao Doutorado e estar pensando em ir além.

Aos meus filhos, Paulo e Barbara que ao estarem sempre ao meu lado contribuíram para que eu continuasse apreendendo os caminhos da superação.

Ao meu amigo Silvio Machado por todos os conselhos, os churrascos e os colos que de maneira gentil e afetiva me acolheu.

A minha amiga Mara Níbia da Silva pelo estímulo, pelo conhecimento e pela sensibilidade que sempre mostrou e dedicou a mim, desde que nos reencontramos.

A minha esposa Dirciara, pelo carinho, dedicação, afeto e compreensão que ao longo destes anos tem demonstrado em todos os projetos que no permitimos ousar.

A minha família e a família de minha esposa pelo carinho e estímulo para a realização deste trabalho.

A Professora Ana Maria Petersen, pelo inegável apoio, carinho e atenção, mesmo distante geograficamente, mas muito próxima pelo senso afetivo.

Ao colega e Diretor da Agência Dr. Franklin Rubinstein pelo estímulo e auxílio que me concedeu durante o tempo em que fomos gestores da Anvisa.

A Colega Ana Maria Gagliard Gonçalves, Chefe do Posto Portuário do Rio Grande, pela compreensão, atenção e cuidado que me dispensou nos espaços de trabalho a fim de que eu tivesse a tranquilidade necessária para terminar este estudo.

Ao meu colega Elvio Araújo Madri que em sua simplicidade soube respeitar minhas ansiedades e ausências, disponibilizando-me sempre uma palavra amiga.

E, por fim, agradeço a todos os que pensaram que um dia poderiam destituir da fala o Sujeito Sentir – Pensante que os aproximava do trabalho coletivo.

RESUMO

O estudo objetiva conhecer os sujeitos capazes de ensinar/aprender/ensinar, processo pelo qual podem construir os papéis da educação/formação profissional na Anvisa, como produção social da existência humana; compreender os métodos, as práticas educativas colocadas à disposição da formação dos agentes em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados - VISAPAF para que eles sejam capazes de avaliarem suas capacidades nos diversos campos de aplicação da vigilância sanitária. Essa pesquisa se fundamenta na procura das causas mediatas e imediatas do acontecimento – pensamento, razão e intuição, com o escopo de compreender as reproduções historicamente intrínsecas no desenvolvimento dos sujeitos. Apoiado no estudo de caso recosto-me nos pressupostos da complexidade da práxis para escorar a análise. Para a coleta de dados lanço mão de três procedimentos metodológicos: 1. observação participante, para apreensão dos dados significativos, realizada nas oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF com trabalhadores e Chefes de Postos de VISAPAF; 2. entrevistas semi-estruturadas; 3. análise dos conteúdos das oficinas e da legislação. As categorias empíricas, trabalhadores, trabalho e formação/educação sustentam as análises do processo de formar/educar em VISAPAF e, evidenciam, por movimentos, a própria constituição deles que, dialeticamente, se transformam em construção de **sujeitos sentir - pensantes** capazes de, ao se colocarem no lugar da ação nas relações que estabelecem com o seu trabalho, se perceberem como trabalhadores em saúde e no processo da ação se construirão afetiva e concretamente em aprendentes / ensinantes do cuidado de si, com o outro e com o coletivo.

Descritores: Educação, Vigilância Sanitária, Trabalho, Saúde, Sujeitos, Movimentos Sociais.

Limites: Humanos.

ABSTRACT

*The study aims: Meet the subjects able to teach/learn/ teach, by which they can build the roles of education/professional formation in Anvisa as social production of human existence; understand the methods, the educational practices offered to formation of personnel in sanitary surveillance of ports, airports, borders and customs – VISAPAF so they are able to evaluate their capabilities in different application fields of sanitary surveillance. This research is based on the search of the mediate and immediate causes of the event, with the target to understand the historically intrinsic reproductions in the development of the phenomenon. Based on case study, set me on the assumptions of complexity to prop the analysis. For data collection, I made use of three methodological procedures: 1. participant observation for apprehension of significant data held in workshops of sensitising and assessment of formation needs for the strategic actions in VISAPAF with workers and Posts' Heads of PAF; 2. semi-structured interviews; 3. analysis of the content of workshops and legislation. The empirical categories: PAF workers; work in PAF, formation/education in PAF support the analysis of the process of form/education in VISAPAF. Evidence that it constituted of movements, which dialectically become the construction of **feel-thinker subjects** able to, when at the place of action in the relations that establish with their work, realize themselves as health workers and when acting construct themselves affective and concretely into learners/teachers of the care with itself, with the other and with the collective.*

Descriptors: *Education; Sanitary Surveillance; Work; Health; Subjects; Social Movements.*

Limits: *Humans.*

Title: *The Formation/Education of Feel – Thinker Subjects: a place of dispute and mediation*

LISTAS DE SIGLAS

ANVISA -	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
COPAF-	Coordenação de Portos, Aeroportos, Fronteiras, Meio Ambiente, Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador.
CVSPAF -	Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras
CDC -	Centro de Controle de Doenças
DDSMF -	Diretoria de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial
DETEC -	Departamento Técnico Operacional
DTEN -	Departamento Técnico Normativo
DFS -	Delegacias Federais de Saúde
DGSP -	Diretoria Geral de Saúde Pública
DIPAF -	Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras
DNS -	Departamento Nacional de Saúde
DNSP -	Departamento Nacional de Saúde Pública
FDA -	Food and Drug Administration
FACED -	Faculdade de Educação
FDA -	Food and Drug Administration
FUNASA -	Fundação Nacional da Saúde
FURG –	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
GGPAF -	Gerencia Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras
GAPA/RG –	Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Rio Grande
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO –	Organização Marítima Internacional
INCQS -	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
ISPAF -	Inspetoria de Saúde de Portos, Aeroportos e Fronteiras
MERCOSUL -	Mercado Comum do Cone Sul
MPAS -	Ministério da Previdência e Assistência Social
MS –	Ministério da Saúde
OPAS -	Organização Panamericana de Saúde

OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGEDU -	Programa De Pós - Graduação Em Educação
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
SARS -	Síndrome Respiratória Aguda
SIDA –	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SNVS -	Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária
SVS -	Secretaria de Vigilância Sanitária
SUCAM -	Superintendência Nacional de Campanhas
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VISA -	Vigilância Sanitária
VISAPAF -	Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.

SUMÁRIO

I	CAMINHOS, LUGARES SEGUROS E HISTÓRIAS MOVEDIÇAS	13
II	TEMPO E MOVIMENTO DA FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM VISAPAF	27
2.1	Falando na História da Vigilância	27
2.2	A Vigilância Sanitária nos Movimentos, na e da História	31
2.3	A História se faz no Movimento dos Acontecimentos: o velho e o novo	41
2.4	A Formação/Educação em Movimento	47
2.5	Como Construimos o tempo e o movimento na formação/Educação?	56
III	MOVIMENTO NA CONTRADIÇÃO E NA HISTÓRIA: PERPLEXIDADE E DESAFIOS	62
3.1	Das Contradições dos Movimentos no e do Estado	65
3.2	Tempo e Movimento das Perplexidades	70
3.3	Tempo e Movimento: lugares de estranhamento	73
3.4	Os Sujeitos Sentir – Pensantes nos Movimentos, no Tempo e na Construção de VISAPAF	76
3.5	Tempo e Movimento dos Desafios para os Sujeitos Sentir – Pensantes	81
IV	O FAZER NO TEMPO E NO MOVIMENTO EM FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO	85
4.1	Conhecimento e Formação/Educação	85
4.2	Coletando Elementos para Propor Mudanças	88
V	O MOVIMENTO QUE INTEGRA O TEMPO, AS CONTRADIÇÕES, OS CONFLITOS E OS SUJEITOS SENTIR – PENSANTES EM VISAPAF	99
5.1	Construindo o conhecimento dos Sujeitos	100
5.2	O Homem Consumo e a Transformação	118
VI	OS CAMINHOS DOS SUJEITOS SENTIR – PENSANTES NO TEMPO E NO MOVIMENTO	131
6.1	Os Sujeitos - Sentir - Pensantes no e em Movimentos	132
6.2	Os Sujeitos - Sentir – Pensantes Construindo Caminhos de Formação/Educação para Si com os Outros	134

REFERÊNCIAS		141
APÊNDICE A	Roteiro para Entrevista com os Gestores	152
APÊNDICE B	Consentimento Livre e Informado	153
APÊNDICE C	Solicitação de Documentos Referente a Formação/Educação dos Sujeitos Sentir - Pensantes em VISAPAF	154
APÊNDICE D	Síntese do Relatório das Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF	156
APÊNDICE E	Síntese do Relatório da Oficina de Sensibilização – I Encontro Nacional de Chefes de Postos de PAF	171
ANEXO A	Carta de Apresentação da UFRGS para a ANVISA	176
ANEXO B	Ofício nº. 177/DICW, Brasília 29 de outubro de 2003	177

I CAMINHOS, LUGARES SEGUROS E HISTÓRIAS MOVEDIÇAS

Esta história tem início em Rio Grande, cidade em que nasci, no Estado do Rio Grande do Sul, em uma época em que as turbulências políticas eram constantes (1958) e “os poderosos” estavam insatisfeitos com os rumos que nosso país trilhava. Meus pais: minha mãe, uma lutadora, de cuja força herdei a coragem para enfrentar meus desafios e meu pai, que, embora fosse um homem aparentemente acomodado, mas com conceitos arraigados de respeito ao outro e grande senso de honestidade, com certeza, geraram em mim a forma como vejo os demais, a responsabilidade do fazer social, onde várias vezes é preciso abrir mão dos interesses individuais em favor do crescimento coletivo.

Concentro, então, nesse sucinto relato de minha vida a caminhada de um garoto pobre, sonhador, atento, crítico, incentivado e sensível que se transformou, apesar de todas as adversidades, num homem, médico, sonhador, crítico, atento, não satisfeito com as ordens inventadas para determinar o juízo de “ser” dos que professam a medicina como uma técnica de curar pessoas.

Meu desejo de ser médico foi se construindo a partir de um médico vizinho, que na verdade cumpria o papel de médico da família, pois era ele que conversava, que orientava e dava até palpites de como deveríamos resolver, não só nossos problemas de “presença - ausência de saúde – doença”, mas, também, as dificuldades econômicas e familiares. Foi ouvindo e vendo esse cidadão médico, que tratava os desiguais de maneira igual, que fui sentindo a vontade de fazer o curso de medicina concluído em 1985, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG/RS.

Durante o curso fui me dando conta de que na verdade tudo o que tinha visto (junto a) no Dr. Walter Brum, não era o que ensinavam na faculdade. Essas constatações, das contradições, fizeram aumentar meus questionamentos a respeito do que era ser médico. O ensino era voltado para o entendimento do homem doente e não do homem saudável. As técnicas e as práticas de ensino eram voltadas para a recuperação daqueles que perdiam suas potências de vida. Pouco, ou quase nada, se falava do que se podia fazer para que essas potências fossem geradas e mantidas através da construção de “Sujeitos Sentir - Pensantes” autores de sua própria existência, onde a autonomia fosse a marca e a participação da geração de qualidade de vida, desmistificando as relações entre liberdade, compromisso e responsabilidade.

Foi durante o curso que comecei a pensar - “O que? Quem forma o que?” - pois todos os meus professores eram médicos e não sei se algum deles teve a oportunidade, ou não de pensar o que era formar pessoas que direta ou indiretamente estariam contribuindo para a formação de seres humanos.

Além da técnica, do conhecimento e da arte de “curar”, ser médico é uma constante de possibilidades para transformar a sociedade, através da participação social. Construindo-se como cidadão e contribuindo para a formação de “Sujeitos Sentir - Pensantes” geradores de cidadania em constante criação. Mantendo presente seus desafios, enfrentamentos, embates e ganhos, já que foi com esta construção que me mantive lúcido em minhas realizações, nos meus deveres e nas minhas conquistas, tanto individuais como coletivas. Como diz Prigogine (1990a, p. 31), “em resumo, é esta a vida, é o tempo que se inscreve na matéria”.

Ao terminar o curso continuava com as incertezas de como poderia ser médico sem que em nenhum momento da formação profissional fosse discutido o que era ser humano, onde o trabalho fosse o cuidado com o outro. Então, busquei fazer, dentro das especializações, uma que, pensava, poderia me possibilitar ver o homem na sua integridade. Ledo engano, pois a Psiquiatria como era ensinada, gerava psiquiatras organicistas. Pior ainda, os lugares onde se diziam tratar daqueles que “perdiam o direito de falar, dizer o que sentiam, expressar seus inconscientes” era o lugar que maltratava, punia e excluía. Resultado, lá estava eu novamente discordando da maioria e pensando que poderia ser diferente.

Foi nesse contexto de lutas e embates que me inseri no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, lugar em que pretendi gerar discussões, referências de vida e lutar contra qualquer forma de exclusão. Nesta mesma época comecei a conviver com os que eram também excluídos não porque eram “loucos”, mas porque tinham adquirido uma doença ainda pouco conhecida, mas já determinada a ser a doença da exclusão por opções de vida - a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA. Daí, o fato irônico quando me apercebi dos adjetivos que vinha adquirindo, como “**louco**” - porque queria uma atenção humana ao sujeito que durante períodos da sua vida perdia a capacidade de ser “normal”; “**gay**” - porque trabalhava com pessoas com SIDA e participava ativamente da criação de grupos que se voltava para desmistificar a “Síndrome da Peste Gay”, ou melhor, lutava para que todos tivessem o direito de ser tratados como seres humanos, Pessoas com SIDA, meninos de rua, loucos.

Lembro que foi nesta época que comecei a questionar porque aqueles comportamentos se apresentavam na sociedade. O que levava algumas pessoas a pensarem que podiam determinar a honra, a vida ou a morte de alguém? De que maneira se forma na sociedade conceitos tão perversos que ao invés de acolher, recolhia essas pessoas ao mais profundo isolamento? Porque no lugar de construir espaços de geração de liberdade eram construídas verdadeiras “carceragens” de pensamento e sentimentos?

Nesta caminhada participei de várias discussões, através de seminários, na realização de muitas palestras em escolas e, a cada participação a interrogação aumentava; por que não se conseguia avançar neste processo de valorização do homem? Foi daí que surgiu a vontade de pesquisar os acontecimentos desta sociedade – Riograndina, que recebia, direta ou indiretamente, tanta informação via mídia, mas mantinha seus preconceitos e, ainda, o que era pior na minha concepção de mundo, não construía segurança no seu fazer social.

Pesquisamos mais de 12.000 moradias, através de um projeto chamado - O GAPA/RG VAI AOS BAIRROS, que desenvolvíamos todos os sábados. Entrávamos em cada casa, sentávamos, tomávamos cafezinho e conversávamos sobre saúde e SIDA. Conclusão, as pessoas não conseguiam transformar informação em conhecimento. Os códigos da comunicação utilizada não estavam sendo decodificados e a falta de conhecimento impedia a tomada de consciência das responsabilidades individuais e coletivas com a vida. Notamos também que mesmos os “alfabetizados” tinham dificuldades de expressar sua condição de cidadão, pois, na verdade, não podiam depreender das informações o conteúdo necessário para provocar mudança.

Novamente a interrogação: que escola era essa que alfabetizava, ensinava as letras, a matemática, a ciência, a história e tantas outras informações, mas não estava comprometida e compromissada com a construção do fazer pensar, do pensar e do construir cidadãos? E o sentir, onde ficava?

Continuando minhas andanças pela vida, participei de várias conferências municipais, estaduais e nacionais de Saúde. Paralelamente a isso, contribui para a elaboração de vários Planos Municipais de Saúde, inclusive da Lei Orgânica da Saúde - Lei 8.080/90. Participei da Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, tanto do projeto de transformação de Secretaria Nacional para Agência, quanto da consolidação das propostas do projeto inicial e, também, participei da

primeira diretoria desta, como Gerente Geral de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados. Foi nesta condição que tive a oportunidade de representar o Brasil em algumas comissões internacionais como, por exemplo, no Grupo MERCOSUL, na Organização Marítima Internacional – IMO, no Centro de Controle de Doenças – CDC.

Mas o que tem isso a ver com a vontade de fazer um mestrado/doutorado em educação? Bom, foi participando ativamente das diversas instâncias, onde discutem e pensam saúde, que me dei conta de algumas interrogações que venho fazendo desde que me formei no curso de medicina. Que lugar ocupa a saúde na vida e no pensamento das pessoas? O que é saúde para as pessoas? Onde se discute saúde? Onde se aprende sobre saúde? Como foi e se dá a formação dos trabalhadores de vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados? Como se constrói cidadania através do entendimento do que é saúde? Como se pode contribuir para a construção de “Sujeitos Sentir – Pensantes”?

Com esses questionamentos, de certa forma, tento refletir como construir sujeitos capazes de ensinar/aprender/ensinar dentro de uma perspectiva crítica, e envolvidos na construção de um Estado Democrático, mediante o qual poderemos construir os papéis da formação/educação técnico e profissional na produção social da existência humana.

Dessa forma, o presente estudo se insere na linha de pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação” do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU). Tendo como tema de estudo a Formação do Sujeito Sentir – Pensante da Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, fronteiras e Recintos Alfandegados – VISAPAF, como um estudo de caso, de natureza qualitativa. A investigação foi desenvolvida seguindo a rota que me indicou o método dialético marxiano, em suas três etapas fundamentais: concreto sensível, abstração e concreto lógico. Trata-se de um exercício intelectual - afetivo - intuitivo, situando minha caminhada profissional, a relação de trabalho com outros sujeitos, e a nossa disposição para propor transformações no fazer em VISAPAF, pensando que esta possa contribuir para a formação de sujeitos capazes de agir e reagir quando estão realizando suas ações.

A análise ou abstração e o concreto lógico, em sua etapa de organização dos materiais para realizar a exposição dos resultados, ou seja, os relatórios, a tese, me permitiram, primeiramente, organizar as informações reunidas em três categorias

empíricas, relativas à agência, aos trabalhadores, aos gestores e aos responsáveis por postos. A partir dessas três categorias, que agruparam toda a informação recolhida, intensifiquei as análises, as interpretações, explicações e compreensões que já havia iniciado desde os primeiros momentos em que pensei em realizar este estudo.

O tema e as questões aqui desenvolvidos se cruzam num espaço e num tempo que confluem com as atividades do médico sanitário, do pesquisador e gestor do serviço. O *locus* investigado é o mesmo onde tenho exercido nestas últimas décadas o meu trabalho, quando comecei a fazer parte da história da saúde pública deste país.

Ao ingressar na área de vigilância sanitária, em 1991, especificamente para trabalhar em Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Posto Portuário do Rio Grande no Rio Grande do Sul, os recursos humanos disponíveis, para a realização das ações de controle sanitário no porto, que encontrei eram os seguintes: eu, que vinha da área da saúde mental sem conhecimento específico, nesse campo; dois funcionários com formação escolar “primária” prestes a aposentadoria, mas que não tinham formação técnica sobre vigilância sanitária; uma médica neurologista, sem formação específica para o trabalho que se dizia muito doente para trabalhar no Posto, por isso, caso houvesse alguma coisa a ser feita por ela, o serviço deveria ser encaminhada a sua casa; e mais seis funcionários emprestados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Desses, cinco com nível fundamental incompleto e, um, com segundo grau completo, sendo esses os únicos que tinham recebido alguma informação sobre como fazer ações de controle em saúde pública, embora esta formação tivesse características “quase militar” e tivesse sido construída para o “combate” da doença de Chagas. Quando me refiro à formação “quase militar”, faço isso em função dos depoimentos dos trabalhadores da FUNASA, que dizem:

- Nós fomos treinados para atividade de campo¹. Acordávamos as 06 (seis) horas da manhã, tínhamos que ter nossas roupas impecáveis do chapéu até a meia e deveríamos fazer a barba todos os dias, pois o supervisor de campo examinava-nos passando uma folha de papel em nosso rosto e caso escutasse o barulho da folha passando no rosto éramos punidos, a exemplo do que tínhamos recebido como treinamento em

¹ Trabalho de busca do vetor (barbeiro) da doença de chagas que era feito no interior das cidades, ou seja, distantes dos centros urbanos.

épocas de soldados no Exército Brasileiro.”² (informação verbal)

O convite para trabalhar no posto portuário de Rio Grande partiu do Chefe da Inspeção de Saúde de Portos, Aeroportos e Fronteira do Rio Grande do Sul - ISPAF, médico Ginecologista, funcionário da antiga Delegacia Federal de Saúde - DFS e também sem nenhuma formação em vigilância sanitária. Ao ser convidado esclareci que minha experiência era em psiquiatria e que até aquele momento não tinha ouvido falar dessa área da ação em saúde. Foi então que ouvi do chefe:

-Não é difícil. Com certeza daqui alguns dias já terás te apropriado do conhecimento mínimo necessário para a realização das tarefas, pois de qualquer forma tu serás o chefe do serviço. Sendo, os colegas que estão lá, os que poderão te passar na prática o que deverás fazer, bem como, poderás fazer um TREINAMENTO³ no posto do Rio de Janeiro daqui uns dias. (informação verbal)⁴.

Fiquei esperando por um ano sem que o treinamento tivesse acontecido. A bem da verdade, isso nunca aconteceu. Durante alguns meses me dediquei a estudar e a entender do que se tratava a área em que passei a trabalhar a partir das observações realizadas durante as atividades, das leituras do pouquíssimo material disponível e da legislação, essa sim consistente e volumosa. Foi quando comecei a separar o “joio do trigo” e entender qual o meu “papel” como agente de saúde executando a atividade de fiscalização de embarcações, viajantes⁵, mercadorias e toda a área do Porto Organizado⁶. E ainda, quais as atividades, quais as implicações legais de nossas atividades e, principalmente, qual a importância do nosso trabalho para a garantia da saúde da população onde o posto estava instalado e da população direta ou

² Este depoimento foi colhido no ambiente de trabalho e é repetido desta ou de outras formas similares por trabalhadores da FUNASA no período de 1995 a 1996. Está aqui transcrito de manifestação pública registrada em reunião de serviço.

³ Destaco treinamento porque foi assim que me disseram quando me chamaram e a proposta era de treinar a fazer, ou seja, aprender conteúdos técnicos científicos e aplicá-los de forma estreita, e acrítica.

⁴ Informação dada pelo Chefe da Inspeção de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras no Rio Grande do Sul, em 1992.

⁵ Passageiro, clandestino, tripulante, profissional não tripulante, em viagem, num meio de transporte. (RDC nº 217/2001).

⁶ Área compreendida pelas instalações portuárias, como ancoradouros, docas, cais, pontes e piers de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, bem como pela infra-estrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto. Compreendendo também, guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio, que devam ser mantida pela administração do Porto de Controle Sanitário (RDC nº 217/2001).

indiretamente envolvida.

Ao perceber que as atividades de vigilância sanitária tinham uma dimensão muito maior da que tinha sido apresentada, iniciei uma campanha, tanto em nível da Coordenação Estadual, quanto em nível Nacional. A idéia era que se repensasse o trabalho dos agentes, as atividades, as relações com as outras instituições envolvidas no processo de vigilância sanitária, e, para tal, propus um estudo adequado às necessidades de formação/educação dos agentes trabalhadores em vigilância sanitária, conforme previsto na Portaria n°. 35, de 18 de março de 1996⁷.

Tendo me dedicado ao estudo das ações de vigilância sanitária, principalmente aos relacionados com as atividades de controle dos portos, acabei por dar início a uma discussão e levantando questões quanto às formas empíricas que eram utilizadas para o desenvolvimento do controle sanitário, o que me diferenciou e me inseriu no contexto estadual e nacional do planejamento das ações e dos processos de “qualificação profissional”.

Ao longo desses anos de atividades em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, tive a oportunidade de participar de diversos momentos de discussão sobre a formação de profissionais para o trabalho. Porém, o que se privilegiava como formação/educação era a informação técnica, específica das atividades, sem se levar em consideração outros aspectos que são fundantes na construção de um sujeito autônomo. Por aspectos fundantes entendo a formação que prepare para o exercício da atividade de trabalho nas dimensões técnicas, políticas, éticas, sociais e ideológicas. E como sujeito autônomo àquele que é capaz de discernir suas responsabilidades e se assumir como agente de saúde. A formação/educação oferecida, ao não formar sujeitos autônomos, cria dificuldades para a compreensão das atividades e coloca-nos como atores que realizam tarefas isoladas da noção precípua de nossa profissão, “promover e proteger a saúde da população”.

Se olharmos os conteúdos e as propostas de educação realizadas ou elaboradas até o presente e oferecidas aos trabalhadores da vigilância sanitária em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados – VISAPAF é possível observar que realmente o que se pretende é preparar grupos de pessoas advindas de diversos campos técnicos do trabalho Mesmo porque, foi assim que a vigilância sanitária de

⁷ Art. 1º Constituir grupo de trabalho prazo de 15 dias, elaborar projeto visando a reestruturação e modernização das áreas de fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras.

portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados foi se constituindo para exercer uma atividade que vai além do campo tarefeiro das ações de fiscalização, e alcança dimensões das relações de mercado, da atividade produtiva, das relações diplomáticas que o Brasil estabelece com outros países, das hegemonias econômicas mundiais, sem se falar no processo de privatização do Estado em torno do movimento dito neoliberal.

Ao me defrontar com essa realidade tomei a decisão de iniciar a caminhada que agora se materializa com a escrita desta tese. A partir de um processo de buscas, em alguns momentos enfrentamentos articulações e (res)sentimentos, construí meu estudo. Busca, porque fui ao encontro de sujeitos que detinham consigo o conhecimento e o poder político de mudanças – os gestores e os sujeitos trabalhadores de VISAPAF; articulação, porque foram momentos diferentes e, portanto, com dois diferentes diretores da área tive que articular a possibilidade do campo de pesquisa e o financiamento para o estudo, anexo A; e (res)sentimento, porque convivi com sujeitos que de alguma forma não se permitem olhar o outro também como um sujeito.

Foi durante este movimento e tempo que tive de adaptar meu projeto inicial, qualificado pela banca examinadora do projeto e indicado para mudança de nível como tese. Isto porque fui convidado a retornar para Brasília e ocupar o lugar de Gerente Geral de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – Ministério da Saúde – MS, no ano de 2005. É lógico que alguns aspectos foram discutidos e assumidos como pontos que era preciso legitimar para que eu pudesse continuar com minhas atividades de pesquisa do doutorado e, também, com as atividades de Gerente Geral. Porém, isto não quer dizer que a instituição tenha de forma concreta, e talvez por razões ideológicas, cumprido com o compromisso assumido desde que aprovou o projeto de pesquisa em resolução de Diretoria Colegiada – anexo B. Em um curto espaço de tempo fui surpreendido com um processo administrativo em virtude de usar recursos financeiros, também aprovados, para a realização da pesquisa. Recursos financeiros, estes, necessários para que eu pudesse estar participando de reuniões com minha orientadora, terminar meus créditos e dar continuidade à pesquisa. E a quem esse tipo de procedimento interessava?

Retomando os adjetivos atribuídos aos que trabalham no “Fio da Navalha” lembro de quando comecei as atividades em VISAPAF. Isto é, mais uma vez estava diante de um rótulo, ladrão. Esta era a forma utilizada para qualificar alguns trabalhadores desta área devido aos fatos que ocorriam naquela época com “personagens” que se apropriavam de benefícios de seu trabalho expropriando o coletivo regulado pelo Estado.

Não menos sofrido foi o início da história de mudança de nível de mestrado para doutorado, pois até de mentiroso fui chamado por um professor, quando este não reconheceu minha formação e titulação em saúde pública. A esse movimento, que segundo Fraga⁸ (2004) podemos chamar de “memórias (res)sentimentos”. Remeto-me a olhares de trânsitos por solos movediços do imaginário que cercam alguns e que transformam memórias carregadas de (res)sentimento o sujeito invisível à memória do sensível, lugar de memórias descontínuas, fluidas, onde se concretiza o combate entre memórias voluntárias e involuntárias, entre os sujeitos visíveis e as tentativas de sujeição invisível.

Surpreendentemente fui inquirido por um dos professores, que compunha a banca *ad hoc* para analisar a indicação da mudança de nível. Não acerca da minha escrita - conteúdo, forma, teoria, mas sim, de acordo com o professor, por talvez estar tratando a universidade como um todo, de forma falsa e praticando falsidade ideológica ao apresentar no meu currículo os dados de minha titulação e minha experiência profissional. O professor questionou meu diploma, minha especialização em saúde pública. Sendo que este mesmo professor estava na condição de diretor da Escola de Saúde Pública no Estado do Rio Grande do Sul na época em que realizei o referido curso. Inclusive pude provar com fotos da cerimônia onde o citado inquisidor estava presente na sessão solene.

Ainda, segundo Fraga (2004), podemos ter encontros com sujeitos que circulam por zonas obscuras e confusas em que a memória explicitada durante o decorrer de seu trabalho registra movimentos de (res)sentimentos tornando difícil uma definição de sentimentos que, no entanto, faz destes, matéria-prima para (des)significar o outro. Aqui, já podemos perceber várias questões, em que os homens se deixam levar por sentimentos divergentes e fazem destes sentimentos fonte de

⁸ Embora de filiação teórica diversa de que uso neste estudo, uma vez que a autora apóia-se na ciência como pensamento complexo, ao tratar dos sentimentos e dos (res)sentimentos como o sentir a coisa pública de novo, com ressentimento auxilia a compreensão, a vivência e a experienci-ção do pesquisador que é trabalhador neste mesmo espaço.

prejuízo para a ciência, para a pesquisa e, porque não dizer, a própria vida, dos processos de vida.

Ler o contar de minha vida faz com que atravesse portais de experiências que se tornam invisíveis ao nosso consciente e nos fazem ter um olhar da realidade equivocado onde construímos sujeitos, fazeres, vivências e práticas em cima de areias movediças. Ao tocar no adjetivo “ingenuidade”, refiro que esses caminhos e fazeres nos colocam diante da “malvada carne”, da verdadeira experiência humana, recheada de inveja, egoísmo, armadilhas, máscaras, sarcasmos, “camas de gato”. Fico aqui pensando será que iniciar uma tese de doutorado com esse desabafo não seria ingênuo também? Será que na academia existe lugar para a não-inveja, o não-egoísmo, o tirar as máscaras, o desarmar-se de conceitos prévios e perceber, sim, o andar histórico do coletivo respeitando seus potenciais, suas limitações, suas criações, seus talentos suas evoluções políticas e sociais, o seu tornar-se um sujeito sentir - pensante?

Aqui me posto a pensar que sempre deve haver um lugar que a ética e o respeito coletivo sejam a tônica do fazer, do andar histórico, da caminhada e este pode ser o agora, ou seja, a academia. Esta, que me proporciona a estudar historicamente as mudanças, as diferenças, o construir do conjunto de propostas, tese, que defina um projeto de vida - sua formação e educação dos trabalhadores de certa Agência pública que tem diante de si a responsabilidade de instar regras e fazê-las cumprir com a incumbência de proteger a população de determinados riscos à saúde coletiva. Assim mesmo me arrisco, ou me lanço nesse emaranhado e complexo jogo de interesses que transformam a Agência em um espaço de (de)formação político social de suas reais atribuições, como “areias movediças”.

No entendimento destas relações corporativas, talvez porque o centralismo adquirido pelo ensinar, capacitar, habilitar venha secundarizando e silenciando o educar, creio ser importante chamar atenção para a dialética do esclarecimento, indicando que os processos de educação e formação humana se relacionam estabelecendo processos globais da formação do ser humano. Tendo como objetivos e características ultrapassar o conceito equivocado da idéia de ensino como sistematização de conhecimentos científicos e transmissão de conteúdos escolares. A educação constitui-se como fenômeno educativo relevante em um nicho onde passa a transitar por uma concepção alargada que, de acordo com

Arroyo (1998), tem como prática não só seu lugar na escola, mas para além desta, em diferentes e múltiplos processos sociais.

[...] a escola não é o único espaço de formação, de aprendizado e de cultura. O fenômeno educativo acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fábricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas, na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho [...] a educação acontece de formas muito diferenciadas. (ARROYO, 1998, p. 147)

Em sua tese, Machado (1997) pauta a percepção de que para o entendimento do homem e sua formação é necessário elucidar o que é o homem e quais as determinações que demarcam o processo de tornar-se humano. Ou seja, é fundante ao entendimento de que neste processo o que gera a inércia ao encontro dele é a relação com o trabalho e a educação. É com essa inquietante questão que busco junto a autores como (NOSELA, 1991, 1992; MACHADO, 1989; FRIGOTTO 1989) a dialética do esclarecimento cotidiano da prática educativa, formação e trabalho.

No trabalho encontramos a rica herança da reflexão sobre as relações de liberdade como autodeterminação que viabiliza a possibilidade da emancipação aos homens quando se livram das limitações impostas pelos agentes naturais (natureza). A consciência do direito ao trabalho e à cidade e à terra se alimentam e contaminam. A consciência dos direitos se radicaliza na inserção e na produção e se amplia nas lutas pela inserção nos serviços básicos para a reprodução digna da existência, transformando a natureza em objetos e constituindo a si próprio, satisfazendo as necessidades básicas e a construção de humanos: Sujeitos Sentir – Pensantes.

Ainda segundo Coelho e Campos (2006) o vínculo trabalho, formação e educação são difíceis de separar esses processos formadores da consciência do ser natural ao ser social, mas importaria encontrar as coincidências quanto às dimensões formativas que revelam. São coincidentes em mostrar-nos que a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança. Para Frigotto (1989, p.27)

implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu dever. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos

construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo.

Lendo Garcia (2007), passo também a usar as lentes que ampliam o conhecimento sobre esses homens e mulheres. Esses formam o conjunto de trabalhadores da Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Terminais Alfandegados, que dão vida e fazem de suas vidas o compromisso de através de seu trabalho promover a proteção coletiva em seus pontos de ações. Participando do concreto sensível, pois é o que considero mais próximo da realidade investigada.

E por que usar Marx em pleno século XXI para apoiar as análises de meu estudo? Além de na atualidade ser um dos autores com melhor construção teórica para explicar os últimos acontecimentos globais, “a bolha americana”, a quebra de bancos nos 7 países mais ricos do mundo, está também vinculado à própria perspectiva transformadora que esta concepção assumiu desde sua origem. Usar Marx é defender sua atualidade e a sua importância para compreender o século XXI que iniciou carregando marcas indeléveis de décadas inteiras do pensamento e práticas ditas neoliberais e, portanto, é encontrar caminhos de orientações para a prática e nela os fundamentos de objetividade.

Se Marx é de fato algum tipo de filósofo, ele se distingue da maioria de tais pensadores por considerar suas reflexões, por mais abstrusas que sejam, em última análise, práticas, estando inteiramente a serviço de forças políticas reais, e na verdade como um tipo de força política em si mesma. (EAGLETON, 1999, p. 47)

A pergunta retórica acerca da atualidade de Marx e Engels se repete no que tange também às discussões educacionais. Em tempos das mais modernas tecnologias – projetadas para dar conta do movimento capitalista dito neoliberal - e das chamadas pedagogias do aprender a aprender, voltar-se ao debate em torno de métodos de educação que surgiram em meados do século XIX, tem ares de anacronismo. Não obstante, adotei aqui a perspectiva daqueles que compreendem que a educação e a formação são determinadas pela estrutura social. Assumi, portanto, esta perspectiva. O que me conduz a problematizar que a teoria não está ultrapassada, uma vez que responde à essência dos problemas surgidos nesta estrutura social – trabalhadores da ANVISA – o modo de produção capitalista, suas concepções, as críticas e formulações acerca da educação.

Problematizar a implantação de propostas progressistas na formação e educação dos trabalhadores de VISAPAF me leva a buscar quais as impossibilidades da transformação radical dos modelos até agora executados; Quais os obstáculos à própria constituição da agência e sua vinculação com o mercado? Existe rompimento com a lógica transformista de sujeitos em mercadorias? Existe a necessidade de seus trabalhadores se constituírem como sujeito sentir – pensantes? As contradições próprias do capitalismo impedem que essa tarefa democrática seja plenamente alcançada?

Ao escrever assisto com apreensão, é lógico, aos mecanismos capitalistas se corroendo, desfigurando, se constituindo de fumaça ao vento e como isso pode acontecer se Marx está morto, e o socialismo é utópico? O capital não dá mais conta de cobrir os rombos financeiros dos grandes conglomerados capitalistas, verdadeiras cidadelas de orgias ditas neoliberais. O capital, penso eu, pode ter conseguido o que buscava? Transforma o sujeito em produto/consumo. E quem paga a conta?

Há aí, sem dúvida, o que existe de mais elevado/profundo do e no capitalismo. Estudo junto aos meus colegas quais os entraves e as dificuldades para sua formação enquanto trabalhadores; busco: estão estruturadas as forças capitalistas dentro dos planejamentos das ações em saúde? Essas forças se interpõem em nosso trabalho? Este se insere no contexto da promoção e proteção da saúde? Conhecer quais as articulações das forças capitalistas se interpõe nas relações de trabalho de VISAPAF? Tal interposição visa minimizar os riscos ou aumentar o lucro? E esse movimento que os sujeitos de VISAPAF vivenciam os transforma em sujeitos/produtos/consumo ou em sujeitos sentir – pensantes?

Na construção de respostas para estes questionamentos desenvolvo este texto com as seguintes partes: Nos “Caminhos, Lugares Seguros e Histórias Movediças” a título de introdução, descrevo o percurso da minha história neste estudo e as complexidades para construir o tema de pesquisa e os caminhos que percorri para alcançar tal objetivo. A seguir construo o capítulo “Tempo e Movimento da Formação/Educação em VISAPAF”, onde converso com os autores que caminharam ao meu lado nesta viagem. No terceiro capítulo, “Movimento na Contradição e na História: Perplexidades e Desafios”, deixo algumas contribuições para que sejam refletidas acerca de alguns conceitos utilizados no estudo, principalmente o conceito que agora uso de um sujeito capaz de pensar

articuladamente nas questões da racionalidade humana sem perder o rumo de seus sentimentos, suas intuições percebendo o mundo como um Sujeito Sentir – Pensante. No capítulo seguinte “O Fazer no Tempo e no Movimento em Formação/Educação” descrevo a metodologia e as ousadas transformações das técnicas para captar as informações e construir as categorias que me auxiliaram nas análises do estudo. Sigo o trabalho quando no capítulo V “O Movimento que Integra o Tempo, as Contradições, os Conflitos e os Sujeitos Sentir – Pensantes em VISAPAF”, onde busco compreender e explicar as falas das oficinas com os trabalhadores de VISAPAF e as entrevistas com os gestores da agência.

Por fim, no capítulo VI “ O Caminho dos Sujeitos Sentir – Pensante no Tempo e no Movimento” faço considerações sobre o tema investigado e sugestões para os trabalhadores e para os gestores com o intuito de contribuir para que através do diálogo possam ser promovidos o pensar - sentir – agir e também o refletir sobre as atividades que compõem os fazeres profissionais em VISAPAF, qualificando as ações destes trabalhadores e trabalhadoras, objetivando a constituição de sujeitos, na perspectiva da integralidade, do cuidado consigo mesmo e com o *outro*, e como trabalho coletivo solidário, alicerçando as estratégias para o cumprimento da missão da ANVISA: "Proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso", a luz de princípios do SUS.

II - TEMPO E MOVIMENTO DA FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM VISAPAF

2.1 Falando na História da Vigilância

A vigilância como conceito de saúde, de acordo com Langmuir (1976), foi definida como a ação de contínua observação da distribuição, freqüência, tendência da incidência de doenças conhecidas através de coletas sistemáticas com consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, além de outros dados relevantes. Leva-se ainda em consideração a disseminação dessas informações a todos que necessitam conhecê-las. Esta nova concepção da vigilância como componente de inteligência em saúde pública, centrada no processamento, análise e divulgação de informações, com a função de orientar as diferentes estratégias de atenção à saúde, mas separada das ações de controle de agravos, passou a prevalecer nos Estados Unidos da América – EUA. Ficando conhecida como o modelo Centro de Controle de Doenças - CDC de vigilância em saúde e tendo como referência o sistema coordenado pelo mesmo em Atlanta, nos EUA.

Ao considerar a vigilância como uma função da saúde pública, e portando distinta da epidemiologia, que deve ser entendida como disciplina científica, Thacker e Berkelman (1988), enfatizaram a relevância de se utilizar o termo vigilância em saúde pública (VSP), em lugar de vigilância epidemiológica.

Essa evolução do conceito e da abrangência da vigilância, já observada no início da década de oitenta, acompanhava as transformações que estavam ocorrendo nos serviços de saúde, nos perfis epidemiológicos das populações e na percepção da saúde. Isto ocorre durante o período de transição do capitalismo monopolista de estado para uma outra conjuntura, o capitalismo pós-fordista ou técnico-científico-informacional.

A prioridade de proteção e atenção das necessidades dos trabalhadores, como modo de assegurar sua capacidade produtiva e aumentar seu padrão de consumo. característica do modelo fordista, foi substituída por uma orientação dirigida para o papel social do consumidor, sem destacar sua inserção no processo de trabalho.

Preliminarmente é importante que tenhamos um conceito para saúde e possamos dizer que a saúde deve ser entendida em sentido mais amplo, como componente da qualidade de vida. Assim, não é um “bem de troca”, mas um “bem comum”, um bem e um direito social, em que cada um e todos possam ter assegurados o exercício e a prática do direito à saúde. E estes devem estar a partir da aplicação e utilização de toda a riqueza disponível, conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela sociedade nesse campo, adequados às suas necessidades, abrangendo promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças. Esse bem e esse direito, como componente e exercício da cidadania, é um referencial e um valor básico a ser assimilado pelo poder público para o balizamento e orientação de sua conduta, decisões, estratégias e ações.

Pensar a saúde, em sua complexidade, é muito mais que a superação de obstáculos no interior da produção científica, no sentido de propor conceitos e modelos mais inclusivos e complexos. Não se trata da proposta de “nova” ciência, mas da necessidade de construir discursos e práticas que estabeleçam outra relação com qualquer conhecimento científico (CZERESNIA, 1999, p. 702).

Ao longo dos anos a relação saúde/doença vem incorporando em seu conceito uma visão técnica, algumas baseadas em conceitos puramente biologicista e em outras acrescentando o caráter de distribuição dos fenômenos que são atribuídos ao processo saúde/doença. O processo saúde-doença concorre para que a compreensão desses se dê para além de sua especificação e determinação, por enquanto circunscritas a grupos e classes sociais. Portanto, vamos considerá-lo complexo e singular, tanto nos grupos e classes, como em cada indivíduo inserido em grupos e/ou classes. Em síntese, em termos da determinação causal, pode-se dizer que ele representa o conjunto de relações e variáveis que produz e condiciona o estado de saúde e doença de uma população, que se modifica nos diversos momentos históricos e do desenvolvimento científico da humanidade. O fato é que se passa a considerar saúde e doença como estados de um mesmo processo, composto por fatores biológicos, econômicos, culturais e sociais.

[...] é um processo social caracterizado pelas relações dos homens com a natureza (meio ambiente, espaço, território) e com outros homens (através do trabalho e das relações sociais, culturais e políticas) num determinado espaço geográfico e num determinado tempo histórico (TANCREDI *et. Al.*, 1998, p.29).

Do ponto de vista das práticas e políticas de saúde, os sistemas de saúde do mundo ocidental, e, nele, do Brasil, têm sido questionados por sua dependência em relação a um modelo assistencial individualista, com ênfase na dimensão curativa da doença, além dos elevados custos e da baixa efetividade. Ganha força, então, a idéia de promover a saúde, e não apenas de curar a doença, emergindo daí o conceito de vigilância da saúde, articulado à noção de promoção da saúde pela mudança das condições de vida e de trabalho da população (SOUZA *et al.*, 1994; MENDES, 1996).

Surgem, assim, propostas para uma nova política de saúde que estão centradas em uma formulação positiva de teoria e prática, buscando romper com concepções estabelecidas sobre o processo saúde-doença (PAIM, 1994, 1992; MENDES, 1996; PAIM *et al.*, 2000). Com relação à noção de saúde, a pretensão tem sido de pensá-la positivamente, e não apenas como ausência de doença. Embora o conceito de promoção da saúde tenha surgido na década de 1940, (MENDES, 1996), ainda hoje essa perspectiva vem se sustentando, às vezes apenas no plano retórico e ideológico, visto que tanto as políticas e as ações quanto as pesquisas no campo da saúde têm-se pautado predominantemente pelo conceito de doença.

Para repensar a vigilância em saúde ou vigilância da saúde ou ainda vigilância à saúde, aproveitando-se da história e da tradição da saúde pública, através da saúde coletiva, entendê-las tanto como um campo científico quanto como um movimento ideológico em aberto, conforme sugeriram Paim e Almeida Filho (1998) é necessário verificarmos conceitualmente o que se entende em cada um deles:

Vigilância à Saúde segue uma ideologia de atenção focal aos agentes, incluindo-se produtos, e à exposição dos mesmos.

Vigilância em Saúde segue uma ideologia de atenção focal para identificar e divulgar fatores sócios - ambientais condicionantes e determinantes de problemas de saúde: fatores socioambientais condicionantes referem-se ao modo de vida (condições de vida e estilos de vida).

Vigilância da Saúde há pelo menos quatro diferentes e, às vezes, contrapostas ideologias conceituais de atenção: ideologia de análise de situações de saúde; ideologia propositiva de integração institucional entre vigilância epidemiológica e vigilância sanitária; ideologia propositiva de ações redefinidoras

das práticas sanitárias; ideologia propositiva de integração institucional entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental.

O Ministério da Saúde adota como conceito o de Vigilância em Saúde de acordo com a reorganização das práticas em saúde no Sistema Único de Saúde que concebe a vigilância não como setor acessório ou integrante, mas essencial à gestão, investindo os gestores de poder e responsabilidades quando da criação em 2003 da Secretaria de Vigilância em Saúde que passa a coordenar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde.

Um movimento ideológico, que, sem dúvida, no Brasil, contribuiu decisivamente para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e para enriquecer a compreensão sobre os determinantes do processo saúde e doença. Mas também reconhecer que o modo como vem ocorrendo sua institucionalização tem bloqueado a reconstrução crítica de seus próprios saberes e práticas, provocando uma crise de identidade manifesta em sua fragmentação e diluição como campo científico. É desta forma que pretendo entender vigilância em saúde.

A concepção tradicional de saúde, pautada no modelo médico-assistencial, fez com que o setor saúde ficasse impotente em face dos problemas provocados pelo intenso processo de aglomeração e exclusão social. Dessa forma, vem se fortalecendo a idéia das ações de promoção da saúde, orientadas para as ações coletivas e intersetoriais, independentemente do sistema de atenção à saúde. A atenção voltada para a produção social da saúde das populações gera a necessidade de esclarecer as mediações que operam entre as condições reais em que ocorre a reprodução dos grupos sociais no espaço e a produção da saúde e da doença.

Para o setor saúde, a perspectiva do modelo da vigilância em saúde configura-se no constructo operacional que se propõe a dar resposta aos problemas de saúde. Castellanos (1997) aponta que o entendimento dos problemas que estruturam uma situação de saúde parte do ponto de vista do sujeito que a descreve e explica. O autor propõe que os fenômenos de saúde e doença ocorrem em diferentes dimensões: as singulares, entre indivíduos ou entre agrupamentos de população por atributos individuais; as particulares, isto é, entre grupos sociais em uma mesma sociedade, e as gerais, que são os fluxos e fatos que correspondem à sociedade em geral. A definição de problema de saúde e o seu potencial de transformação são diretamente correspondentes a cada uma dessas dimensões.

Especialmente interessante para a vigilância em saúde são os problemas definidos na dimensão conceituada como particular, pois, nesse nível, os problemas emergem como características de grupos de população, em conjunto com seus processos de reprodução social, configurando-se em comunidades, ou grupos sociais. É nesse sentido que o estabelecimento de políticas continuadas que levem em conta as necessidades de manutenção do fortalecimento dos sujeitos, assim como o monitoramento e o alerta continuado em relação a situações que podem induzir à vulnerabilidade, são importantes focos para a instauração de políticas de saúde.

Política refere-se à consciência da historicidade, ao processo de construção de projetos no plano em que emergem contradições sociais. A política reivindica capacidade reflexiva sobre a história que se coloca como dialética que se configura, por um lado, por um sujeito social, por seus projetos e suas práticas e, por outro, pela realidade como campo de estruturas sociais, institucionais e de relações entre força sem luta no sentido de fazer de suas utopias, realidade (BELMARTINO, 1994).

Nos regimes capitalistas, o Estado planeja e executa, por meio de uma estratégia econômica central, o interesse capitalista coletivo. O Estado é a expressão simultânea de inúmeras tendências contraditórias, é um lugar organizacional específico investido de autoridade de intervir e de poder decisório. O reconhecimento do Estado como expressão dos interesses de classe é insuficiente se não for considerado um segundo papel como organização: como uma unidade corporativa e, ainda, pode se apresentar como guardião dos interesses universais.

2.2 A Vigilância Sanitária nos Movimentos, na e da História.

A vigilância sanitária é definida de acordo com o art. 6º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990:

Como um Conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. (BRASIL, 1990)

Essa definição confere um caráter mais completo ao conjunto das ações de Vigilância Sanitária – VISA. A natureza essencialmente preventiva e sua missão de

interferir na reprodução das condições econômico-sociais, ambientais e de vida. Isto é, em ampla esfera dos fatores determinantes do processo saúde-doença-qualidade de vida e que se afiguram como riscos à saúde relacionada ao meio ambiente e à produção, circulação e consumo de bens e serviços.

A Vigilância Sanitária se insere no contexto de mercado internacional a partir de suas atividades de controle de pessoas e mercadorias que circulam pelo mundo levando as autoridades sanitárias a estarem permanentemente se colocando não só tecnicamente, mas associando política às decisões técnicas de proteção à saúde.

As ações de Vigilância Sanitária constituem a mais antiga face da Saúde Pública (COSTA, 2001). Desde épocas imemoráveis as sociedades, sob os mais diversos modos de produção da vida social, vêm tentando exercer controle sobre os elementos essenciais da vida em coletividade e que constituem ameaças à saúde e à vida.

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 2002, p. 13).

Ao buscar a história das civilizações, consegui perceber que a busca pela saúde vem se construindo junto com estas memórias. De acordo com Costa e Rozenfeld (2000, p. 19) “povos antigos, como os babilônios e os hindus, estabeleceram preceitos morais e religiosos - fixados no código de Hamurabi e de Ur-Name”, respectivamente, e foram estipuladas regras sobre a conduta de profissionais que tratavam as doenças. Segundo Costa (1999, p. 29) “incluíam inclusive sanções para caso de falta de cumprimento”.

No Egito, Tróia e Índia há mais ou menos quatro mil anos já eram evidentes ações de saneamento e habitação, leis que planejavam as ruas, pavimentadas e drenadas por esgotos cobertos. Em Tróia, após escavações foram encontrados vestígios de obras de engenharia para o abastecimento de água potável, sistemas de esgotamento sanitário e destinação dos dejetos. Existem relatos de que na Índia havia leis que proibiam a adulteração de cereais. Porém estas ações estavam ligadas mais a práticas religiosas do que costume higiênico. “Era uma forma de as pessoas se mostrarem puras aos olhos dos deuses” (ROSEN, 1994, p. 31-32).

De acordo com Costa e Rozenfeld (2000, p. 20) a partir das medidas estabelecidas em Veneza, em 1348, teve início a vigilância dos portos para impedir a entrada de epidemias nas cidades. Veneza era o porto mais importante da Europa para a chegada de mercadorias vindas do Oriente. Visando barrar a entrada da peste nessa cidade, se estabeleceu a inspeção de embarcações e das suas cargas, especialmente quando infectadas ou suspeitas, colocando-se os passageiros sob o regime de quarentena, com exposição ao ar e a luz solar.

No Brasil, com a chegada da família real, em 1808, e a nova inserção nas transformações de ordem capitalista mundial o País passou a fazer parte das rotas comerciais inglesas, e de outras “nações amigas”, aumentando o fluxo de embarcações e a circulação de passageiros e mercadorias. Desta forma, aumentou a necessidade de se realizar um controle sanitário dos portos com o objetivo de impedir a entrada de doenças epidêmicas e para se criarem condições de aceitação dos produtos brasileiros no mercado exterior.

As ações de controle sanitário tinham um caráter fiscalizador, julgador e punitivo e as autoridades detinham o poder de tributar e de arrecadar as taxas sobre os respectivos serviços. Isso acontecia através do Regimento da Provedoria⁹, que criou o cargo de Provedor Mor de Saúde da Corte e Estados do Brasil, considerado o embrião do futuro Serviço de Saúde dos Portos e tinha como atribuição a de “preservar o bem público e particular” que estava sujeito a alterações decorrentes do contágio por doenças, através dos navios, passageiros e mercadorias que chegavam aos portos brasileiros (COSTA, 1999). O provedor-mor dispunha de delegados nos Estados, denominados Guardas-Mores da Saúde.

Nesse contexto o Regimento da Provedoria, conforma a prática de polícia médica¹⁰, que se encontra difundido no continente europeu. A intervenção da polícia médica exterioriza nova relação entre o Estado e a medicina. Com esta prática a sociedade torna-se passível de regulamentação médica, a saúde torna-se um problema social. São estabelecidos os controles dos portos, a instituição da quarentena e do Lazareto para o isolamento, o controle das mercadorias e alimentos, a inspeção de boticas, drogas e medicamentos, a fiscalização de matadouros e açougues públicos, o controle do exercício e exame para concessão do exercício da

⁹ Criado em 1809, entrou em vigência em 1810, dando forma a um novo tipo de prática, baseada no modelo da política médica e expressava uma nova relação entre a medicina e o Estado.

¹⁰ O termo polícia médica foi utilizado pela primeira vez no manual de Wolfong Thomas Rau em 1774.

medicina e farmácia (COSTA, 1999). Portanto, nesse contexto a utilização da Polícia Médica¹¹ estabelece o “conceito mercantilista de saúde”, propondo ações de controle de higienização dos corpos, dos produtos e dos serviços estabelecido pelos governos através de programas.

Nesse momento já se pode observar a expressão do trabalho abstrato do homem onde o corpo da mercadoria que serve de equivalente passa por encarnação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. É com essa modelação que me parece ter sido construído a idéia de formação/educação dos trabalhadores em saúde/vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, que serve ao propósito das trocas, ou seja, no momento em que se fazem necessários otimizam a sua utilização e para tanto lhes oferecem pragmaticamente TREINAMENTO. Quando o risco diminui ou desaparece, esses passam a fazer parte de um exército de excedentes e poderão ser utilizados ao bel prazer dos que no momento governam, diminuindo aí seu valor de troca.

Cabe ressaltar que o entendimento que faço entre o trabalho em vigilância, seus trabalhadores e mercadoria como uma contradição entre valor de uso e valor de troca, busca se apoiar na dialética histórico - materialista. Quando um está manifesto o outro está latente, mas ambos são necessários para que haja a mercadoria. E essa contradição nada mais seria que o reflexo da contradição maior entre capital e trabalho, trabalhadores e capitalistas e as ações de vigilância sanitária.

A educação para a saúde nesse período é responsabilidade de um “oficial de saúde” e deve ser dirigida para a instrumentalização da população em geral, para os professores e alunos em particular, determinando um engessamento autoritário, destituindo os humanos de possibilidades críticas no que dizia respeito ao que seria, naquele momento, o imprescindível para sua realização de vida saudável.

Considerando a história social da saúde pública no Brasil, vê-se que tem sido marcada por sucessivas reorganizações administrativas e edições de muitas normas com pouco cumprimento (MACHADO *et al*, 1978). Da instalação da Colônia até os anos 20 da República Velha, ações de vigilância sanitária foram desenvolvidas como parte das atividades de saúde pública, sem diferenciação organizacional significativa,

¹¹ Política de saúde desenvolvida pelos Estados Alemães durante o Cameralismo que regulamentava a educação médica, supervisão de boticas e hospitais, controle de alimentos, combate ao charlatanismo, etc.

exceto em portos importantes. Dentro desta perspectiva cabe salientar que o modelo adotado para o desenvolvimento da saúde pública em nosso país é o da medicina estatal apoiado na Polícia Médica, pois naquele momento político autoritário o Brasil estava mais próximo das características do Estado Alemão do que outros Estados liberais, como por exemplo, a França e a Inglaterra (FOCAULT, 2001).

Na década de 20 ocorrem inúmeras mudanças na área da saúde no Brasil com a reforma Carlos Chagas, criou-se, através do Decreto-Lei nº 3. 987 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) que vem substituir a Diretoria Geral de Saúde Pública – DGSP de 1897. A criação e a implantação da DNSP é objeto de vários atos regulamentadores. O de maior destaque é o Decreto nº 16. 300, com 1. 679 artigos, editado em 31 de dezembro de 1923. Esse Decreto estabeleceu as competências do DNSP. Dentro deste contexto. as ações sanitárias de portos são incumbência de uma Diretoria específica - Diretoria de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial (DDSMF), que de acordo com Costa (1999, p. 127) conta com diversas repartições: “a Inspeção de Profilaxia Marítima, a de Saúde do Porto do Rio de Janeiro, a da Marinha Mercante, as Inspetorias e Subinspetorias de Saúde dos Portos dos Estados e ainda Lazaretos e Estações de Desinfecção”.

Uma das atribuições da DDSMF, compreendidas como polícia sanitária, era a inspeção médica dos imigrantes e de passageiros com destino aos portos da República, a vacinação ou revacinação de passageiros nos portos do País e a vigilância sanitária das cidades com portos marítimos ou fluviais, com vistas a medidas de profilaxia internacional e interestadual.

Nessa época já se discutia o impacto das normas de controle sanitário, Regulamento Sanitário Federal de 1923 e os entraves à expansão econômica. Sempre houve esta dualidade entre o controle sanitário e as questões econômicas. As normas eram muitas, o que dificultava a entrada de mercadorias e passageiros no Brasil.

Esse período é marcado pelas mudanças do capitalismo no Brasil e as práticas sanitárias foram adaptando-se a esse modelo, transformando as normas em leis e conferindo ao Estado um maior poder sobre a saúde da população. A preocupação governamental, através de intervenções sanitárias, era a de manter o espaço urbano e os portos saneados. E como era de se esperar a preocupação dos governantes era a de manter hígidos os trabalhadores, as forças de trabalho, tanto as nacionais como as dos imigrantes que estavam à disposição do país, bem como o saneamento dos

portos estava relacionado com a imagem de um país controlado e epidemiologicamente saudável aos olhos do mundo.

A grande preocupação mostrada anteriormente evidencia o caráter comercial das relações entre saúde e governo, pois como podemos ver a lógica era a da sanidade dos produtos, e aí o homem deixa de ser homem e passa a ser mercadoria/produto, o que garante ao país excelentes relações comerciais e econômicas com a Europa e os Estados Unidos. A perversidade do capitalismo deixa neste instante marcas profundas nas relações entre os países do cone sul, pois segundo Bodstein (1987, p 18) “a Argentina investe contra o Brasil divulgando ser o país o paraíso das epidemias”.

Ao ler e reler a história observei que, embora não se repita as contradições históricas entre o que se discursa (teoriza), estamos falando do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, esta, distante das práticas utilizadas quando a relação com capital é mais importante que o estabelecimento do crescimento humano, pois o que Bodstein (1987) observou naquele período aconteceu recentemente entre Brasil e Argentina, quando esse outro país “aliado” no Mercosul planta na imprensa Internacional caso de “vaca louca” no Brasil, onde o objetivo era o de dificultar as relações comerciais do Brasil e otimizar as deles.

Reafirma-se a ética utilitarista e individualista do liberalismo conservador. Justificam-se a exclusão e a desigualdade como elementos necessários à competitividade. Busca-se afirmar uma consciência alienada de que os vencedores ou os incluídos devem-no a seu esforço e competência. Os excluídos, os derrotados ou os miseráveis do mundo pagam o preço de sua incompetência ou de suas escolhas (FRIGOTO, 2001, p 14).

Assim, se a exclusão pode ser identificada como um processo entre o capital e o trabalho, também nas relações entre os estados nações se constituem como processos de competição excludentes.

Através da Lei nº. 378 de 1937, o Ministério da Educação e Saúde¹², passa por reformas que amplia suas atribuições. Criam-se 2 departamentos nacionais o de educação e de saúde. Com o Departamento Nacional de Saúde (DNS) os serviços sanitários relativos aos portos do País e a Marinha Mercante passam a constituir o Serviço de Saúde dos Portos que se mantém até os anos 70.

¹² Criado em 1930.

Nesta fase da República as medidas de controle dos espaços urbanos, habitação, alimentos e portos foram se constituindo como ação sistemática de intervenção realizada com base científica. Foi nesse período, em que Oswaldo Cruz integrava a Diretoria Geral de Saúde Pública - DGSP, que se instalou o poder de polícia. Conforme Souto (1996) foi também nesse período que houve grande desenvolvimento do caráter intervencionista do Estado, pois através do poder de polícia respondia as reivindicações dos movimentos sociais emergentes. As práticas sanitárias adquirem caráter clientelista.

No período de 60 a 63 as ações de saúde passam a intervir principalmente na área rural, através do saneamento e da educação sanitária, Souto (1996). Nesse período a saúde deixa de ser vista como consequência natural do processo de industrialização dentro da nova ótica desenvolvimentista de reformas estruturais proposta pelo então governo. No período, pós 64, desaparece as conquistas alcançadas na III Conferência Nacional de Saúde¹³ e surge um forte estímulo para privatização da assistência à saúde, sendo a saúde pública relegada a segundo plano e as ações sanitárias para atacar os problemas da população através de campanhas. Na década de 70 esvazia-se o poder do Ministério da Saúde¹⁴ - MS e cria-se o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS custeados com recursos dos contribuintes.

Amplia-se, assim, a dicotomia entre a saúde pública e assistência médica. Nesse período com a reformulação legislativa e institucional unificaram-se vários campos de risco em um mesmo espaço institucional. Os Serviços de Fiscalização e de Saúde dos Portos foram agrupados em uma nova secretaria do Ministério da Saúde, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), porém esta secretaria nunca recebeu a importância dos governantes como merecia em função de suas competências e enfrentou diversas instabilidades institucionais como falta de infraestrutura e recursos humanos capacitados e grande caráter clientelista dos empresários.

Ao pesquisarmos as raízes das relações do Estado enquanto espaço público com o privado tem-se que, “a transferência para o financiamento público de parcela da produção da força de trabalho é uma tendência histórica no sistema capitalista” (OLIVEIRA, 1998, p. 22) O que não poderia ser diferente nessa relação, pois a

¹³ Teve como tema central a descentralização e municipalização das ações em saúde.

¹⁴ Criado através da Lei 1. 920 de 25 de julho de 1953 tendo como origem o Departamento Nacional de saúde.

vigilância sanitária interage diretamente com as forças produtivas interferindo direta ou indiretamente na correlação de ganhos capital. Instala-se, dessa maneira, uma política de saúde centralizadora e burocrática. Sem nenhuma vinculação com os interesses sociais. Assim, onde prevalece à privatização da assistência a saúde, “em uma sociedade que estava passando por um crescente movimento de transformação migratória do campo para cidade, coloca-se a saúde pública a um plano inferior” (SOUTO, 1996, p. 9), criando-se campanhas para tratar dos problemas sanitários da população.

A vigilância sanitária de portos e aeroportos sofre reformulação legal, assim como a regulamentação de alimentos, a iodação do sal, a água para consumo humano, saneantes, cosméticos e produtos para a higiene. Inaugura-se o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que se responsabiliza pela implantação do Programa Nacional de Imunização que exigia o controle sanitário de vacinas. Neste período, pelo Decreto nº 79.056 de 30 de dezembro de 1976 e da Portaria nº 270 de junho de 1978 os Serviços de Saúde dos Portos passam a denominar-se Divisão Nacional de Vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados – DIPAF, e criam-se as Inspetorias de Saúde de Portos, Aeroportos e Fronteiras – ISPAFs subordinadas administrativamente as Delegacias Federais de Saúde - DFS e tecnicamente a DIPAF/SNVS.

A reorganização do Estado tem finalidades burocráticas como objetivo de reordenamento deste com o padrão privatista de acumulação de capital (BODSTEIN, 1987). As crises políticas e econômicas acumuladas pelo estado brasileiro levam o governo a lançar mão de estratégias para legitimar seus discursos sociais como forma de implantar sua política econômica. Vários foram os fatos que serviram como embrião do movimento sanitário através da formação de movimentos sociais em saúde. Os anos 80 foram de intensa transformação no campo da saúde com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde¹⁵, a Conferência Nacional de Saúde do Consumidor¹⁶, a Promulgação da nova Constituição Nacional¹⁷, a regulamentação do setor através da promulgação da Lei nº 8.080 que introduziu no seu conceito as atividades de saúde do trabalhador, controle do meio ambiente e a prestação de serviços. Nesse período a vigilância sanitária experimentou avanços,

¹⁵ Realizada em março de 1986 dando base para a criação do Sistema Único de Saúde.

¹⁶ Primeiro e grande espaço democrático para tratar da temática no país, realizada em 1986.

¹⁷ Promulgada em outubro de 1988 e proclama a saúde como direito de todos e dever do Estado.

reavivou-se no plano federal e em vários estados de governos progressistas, quando se tentava praticar o sistema normativo em meios a fortes pressões do segmento produtivo e até mesmo de setores governamentais (SOUTO, 1996).

Em 1986 com a desativação das Delegacias Federais de Saúde as ISPAFs tornam-se subordinadas as Diretorias Regionais da Superintendência Nacional de Campanhas - SUCAM, porém sem vínculos administrativos e técnicos com essa instituição. Em 1988 através do Decreto nº. 96. 763 as ISPAFs subordinam-se técnica e administrativamente a DIPAF/SNVS.

Durante entrevista para a dissertação de mestrado de Souto (1996) o entrevistado A3 diz:

A Vigilância Sanitária era uma área praticamente desconhecida dentro do ministério da Saúde, ninguém sabia exatamente o que era aquilo e como se articulava [...] É uma área que eu acho que a prioridade governamental era baixíssima. Era uma área que só chegava a ser preocupação dos Ministros quando estourava algum problema ou uma denúncia grave no jornal (p. 79).

Convém salientar que durante essa época foram realizadas diversas conferências e, sem dúvidas, a que deixou marcas de transformações profundas no contexto da saúde brasileira foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde que em sua redação final propõe que a saúde:

[...] é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p. 4).

A partir do movimento sanitário e das propostas da 8ª Conferência Nacional de Saúde, a legislação em saúde sofre profundas mudanças e a Constituição de 1988 em seu Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção II – Da Saúde, Art. 196, refere que:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1991 p.113-114).

Na década de 90 os mercados se reorganizam no processo de globalização econômica com a implantação de mercados regionais e forçosamente a Lei de

Patentes é imposta a partir do plano internacional. Assistiu-se ao desmantelamento dos direitos sociais adquiridos constitucionalmente. O governo administra o país de forma intervencionista através de Medidas Provisórias. As questões sociais são agudizadas com a crise fiscal e com políticas públicas voltadas para atender os interesses do setor econômico. Segundo a entrevista A2:

O Collor entra na Saúde entra o Alceni. Bota o Schubert na VS [...] Ele já tinha trabalhado no Ministério, no INPS [...] O Schubert era Secretário de Planejamento do Arcoverde quando esse foi ser presidente do INPS [...] O Alceni entra com o mesmo estilo do Collor. Essa área da saúde para ele não tinha a menor importância, nenhuma, ele estava pouco ligando (p. 87).

Após a cassação do mandato de Fernando Collor de Mello, o Ministério da Saúde passa a ter novas competências em função da reforma na organização Presidencial de acordo com a Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992, que extingue a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS e passa a denominar-se Secretaria de Vigilância Sanitária - SVS. Entre as competências atribuídas ao Ministério da Saúde está a “vigilância em Saúde”, expressão que surgiu no final da década de 80 como proposta para reorganização das práticas de saúde em distritos sanitários, por formulação de sanitaristas da Organização Panamericana de Saúde - OPAS (COSTA, 1999).

Com a reorganização administrativa, as ISPAFs se transformam em Serviços de Vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras – SVSs - subordinado ao Departamento Técnico Operacional – DETEC da Secretaria de Vigilância Sanitária. A DIPAF passa a ser denominada de Coordenação de Portos, Aeroportos, Fronteiras, Meio Ambiente, Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador – COPAF – que, estranhamente, fica subordinado a outro departamento: Departamento Técnico Normativo – DTEN.

Na década de 90 a Vigilância Sanitária passa a ter um empurrão do episódio da Cólera, a entrevista A4 não deixa dúvida:

Eu tenho a certeza que a cólera prestigiou muito a VS que soube aproveitar a cólera como instrumento de promoção da mesma. Foi um período realmente gratificante e o prazer de ter trabalhado num período, eu não diria de euforia, mas de grande satisfação profissional, porque a VS não foi só do MS, mas para os estados e municípios. No País inteiro se notou o engajamento muito grande das VSs a partir do Cólera (p. 96).

É extremamente desnecessário fazer comentários a respeito dessa entrevista, pois ela por si só mostra o fracasso institucional a que estávamos colocados, ou seja, quem determina a evolução das relações não são as políticas de saúde, mas o aparecimento de uma doença que coloca em risco a vida de centena de milhares de pessoas.

Não só no período Collor os atos são insanos, pois quando Itamar Franco assume e o Ministro Jamil Haddad toma posse, a direita do gabinete presidencial acha que nesse momento existem muitos socialistas no governo. As pressões continuam, e a vigilância sanitária continua como um grande balcão de negócios. A crise sanitária pode ser vista não somente na assistência à saúde, com filas intermináveis e desumanas na busca pelo atendimento, mas também na vigilância sanitária com os acontecimentos das mortes no serviço de hemodiálise em Caruaru/PE, os maus tratos em clínicas geriátricas, a farta distribuição no mercado de medicamentos falsificados e com outras irregularidades (anticoncepcionais de farinha). Neste momento se identifica o caráter eminentemente burocrático-cartorial da Secretaria e Vigilância Sanitária.

É com essas justificativas que o Poder Executivo, sob o aceno ideológico de criação de um órgão forte nos moldes do FDA (Food and Drug Administration) norte-americano, inicia as tratativas para a criação de uma Agência Executiva para executar as ações de controle sanitário no país. A reforma do Estado trazia embutido em seus conceitos ideológicos esse novo formato de administração pública, em áreas de competência exclusiva do Estado, visando conferir a esta uma administração pública gerencial orientada por resultados.

2.3 A História se faz no Movimento dos Acontecimentos: o velho e o novo

Como prática corrente do Poder Executivo é encaminhada ao Parlamento em 30 de dezembro de 1998 a medida provisória nº 1.791 que é aprovada, por aclamação, em 13 de janeiro de 1999, promulgada em 27 de janeiro de 1999 pelo Congresso Nacional como Lei 9.782 que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e afirma em seu art. 6º:

A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle dos portos, aeroportos e fronteiras (BRASIL, 1999b).

A ANVISA passa a ter como tripé estrutural a independência financeira, autonomia administrativa e estabilidade dos dirigentes, tendo como instrumento gerencial o Contrato de Gestão, uma inovação na Administração Pública, inserindo-se no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. A Lei nº. 9.782 passa a incorporar funções legais e exigidas pelos movimentos sociais como obrigação institucional da Vigilância Sanitária. Também traz disposições que facilitam o comércio de produtos no âmbito do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL. Incorpora novas funções como, por exemplo, o monitoramento da evolução dos preços de medicamentos e outros objetos de interesse sanitário, participação da sociedade através do Conselho Consultivo, podendo ainda ter outros espaços ampliados como as Câmaras Técnicas e Setoriais. Além dos já citados mecanismos de participação social fica estabelecido através do Regimento Interno da ANVISA criado pelo Decreto nº 3. 029/99 que as normas técnicas serão colocadas em Consulta Pública e serão discutidas em Audiências Públicas. A criação da ANVISA traz novas expectativas para as relações entre o Estado e a sociedade, tanto no campo da produção e da prestação de serviços como do processo de educação para a proteção da saúde.

A globalização, seja ela da economia, das pessoas, do comércio, da produção ou da circulação dos meios de transporte faz com que as reordenações nas práticas de controle sanitário sejam discutidas em diversos âmbitos sociais. A cadeia de negociação para um agir participativo social, desafia a ANVISA a coordenar estratégias de discussões a nível local, regional, nacional e internacional. Esse é o desafio, essa é ocupação necessária para que a ANVISA possa dar conta da missão para a qual foi constituída e esta sendo consolidada “Promover e Proteger a Saúde da população”.

Ao Longo da história da Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, pouco foi realizado com o intuito de formar/educar os trabalhadores em VISAPAF. As relações de trabalho se acomodavam na medida das necessidades menores ou maiores de controle pelo Estado dos bens e serviços

produzidos, bem como do controle de pessoas e meios de transportes nos pontos de circulação e contato do Brasil com o mundo.

Se tomarmos por exemplo as ações nas fronteiras terrestres, teremos que, durante anos, o país que tentava estabelecer limites e controles nos portos e aeroportos, não dispunha de nenhum mecanismo de controle nestes pontos terrestres, isso só vem acontecer a partir de 1991 com o advento da entrada da Cólera na fronteira do Brasil com o Peru. E é o aparecimento da Cólera que garante a permanência dos trabalhadores nestes postos de trabalho, pois a idéia do governo naquele período era o de extinguir a vigilância sanitária destas áreas e substituí-la por sabe-se lá o que.

Como sempre a história se faz no movimento dos acontecimentos que trazem consigo o velho e o novo. E, é assim que a construção da formação/educação em vigilância sanitária de VISAPAF vem acontecendo. O que observamos é a elaboração de regras por parte do Estado e a precária utilização destas regras pelos trabalhadores com o objetivo de garantir as relações de capital e produção num patamar de aparente equilíbrio. Podemos pensar que as relações atribuídas às ações desenvolvidas pelos trabalhadores em VISAPAF podem ser comparadas a uma mercadoria, onde quando desaparece o valor de uso desaparece também a necessidade de mantê-lo. Nesse caso então teríamos o desaparecimento do caráter útil do produto do trabalho, apagando também o valor de uso do produto, desaparecendo, portanto o caráter útil nele corporificado (MARX, 2003).

Ao discutir o trabalho em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados usarei como referência o conceito de Marx:

[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (2002, p.211).

Sendo assim, posso refletir que o trabalho em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados é o tempo de trabalho socialmente necessário para restabelecer o equilíbrio das relações entre o Estado e as relações de comércio daí estabelecidas. As ações de vigilância sanitária vinculam-se

profundamente com os setores políticos, econômicos e jurídicos, pelo relacionamento entre o setor público e privado, particularmente entre as organizações econômicas da sociedade e o seu grau de desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, em função da natureza das ações voltadas para a regulação dos poderes econômicos na garantia dos interesses sanitários coletivos, as práticas em vigilância sanitária determinam que os que a realizam demandem conhecimentos advindos dos diversos ramos do saber.

A vigilância sanitária com suas múltiplas dimensões necessita de ações eficazes que assegurem o desenvolvimento de práticas políticas, científicas - tecnológicas, jurídicas e de educação exercidas por uma rede de pessoas, equipamentos e recursos para intervir sobre os ambientes, sobre o setor produtivo e prestador de serviços, bem como o controle de pessoas e mercadorias em trânsito nacional e internacional que, de fato, transforme em prática social o artigo 6º da Lei 8.080¹⁸ § 1º. Além disso, a vigilância sanitária se constitui como um conjunto de conhecimentos (parte da saúde coletiva), regras (procedimentos técnicos) que se relacionam sobre a produção de saúde. Uma organização com poder legal, e um campo de conhecimento especializado, ao mesmo tempo.

A vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados tem como atividade o controle sanitário dos meios de transportes, viajantes, produtos e infra-estruturas em pontos do território nacional, portos, aeroportos, fronteiras e estações aduaneiras de interior. Na estrutura organizacional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ocupa o status de Gerência Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras - GGPAF e é exercida nos estados através das Coordenações de Vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados - CVSPAF.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - conta hoje com aproximadamente 1300 trabalhadores para atender 26 CVSPAFs nos estados e 01 CVSPAF no Distrito Federal. A constituição das equipes de controle sanitário é formada pelas mais diversas categorias profissionais e níveis de escolaridade, que se estende do 1º grau incompleto até o 3º grau completo, do auxiliar de serviços diversos

¹⁸ Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse a saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos de produção e consumo; e

II – o consumo da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

aos profissionais de nível superior. O exercício das atividades não está relacionada ao nível de escolaridade e tão pouco a categoria profissional, pois todos desenvolvem as mesmas atividades determinadas de acordo com a Resolução nº. 2 de 28 de novembro de 2000, que lhes confere o Poder de Polícia¹⁹ para exercer tal função.

Ao buscar os estudos sobre vigilância sanitária e as descobertas das funções que desempenhavam os trabalhadores no decorrer da história, observei que já existem vários trabalhos sobre a construção histórica da ação em vigilância sanitária. Porém percebo **uma ausência silenciosa sobre os sujeitos da ação. Quem era? Qual a origem? E como se formavam os trabalhadores para desempenharam as ações de controle sanitário no Brasil e no mundo?**

Ao pensar nos sujeitos da ação tenho a necessidade de alguma forma me construir enquanto sujeito das ações e, para isso, retorno historicamente a um momento de extrema articulação entre os sujeitos da ação, meus pais, e meu nascimento. Deveria ser um dia qualquer de 1957, quando meus pais tendo como referência sua relação amorosa entraram em “ação” e aconteceu naquele instante um fenômeno que vem acontecendo desde os primórdios de nosso planeta, o início de uma articulação “política” entre milhões de espermatozóides e um ovócito de II ordem²⁰.

Após intensa negociação apenas um, ou quem sabe muitos poucos, serão os que constituirão a unidade inicial humana. Nesse instante, fecundação, tem início outras articulações entre esse novo ser e os obstáculos já impostos pela natureza para seu desenvolvimento e nascimento, pois ele terá que transpor as barreiras da descida pela trompa até chegar ao local no útero mais adequado para sua fixação e, portanto, para seu desenvolvimento. Após um período, geralmente, de aparente calma, tem-se outra importante negociação entre os envolvidos no processo, sua aparição ao “mundo externo”, pois por diversas vezes por imagem ele já poderá ter dado o “ar da graça”.

Mas retornando a 18 de janeiro de 1958, esse é o dia em que deixei o espaço de tranqüila convivência com a natureza e iniciei minhas andanças pelo mundo. Desde então, em minhas reflexões, sentimentos e ações, venho construindo os

¹⁹ É a faculdade que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Convém distinguir polícia administrativa das polícias judiciária e da polícia da manutenção da ordem pública. A polícia administrativa incide sobre os bens, direitos e atividades, ao passo que as outras sobre as pessoas, individualmente ou indiscriminadamente (MEIRELLES, 1999: P. 115).

²⁰ célula feminina recém liberada pelo útero e que só se tornara óvulo no instante da fecundação.

espaços necessários para que nas histórias dos processos, pois todas são políticas, esses sujeitos que desde a mais remota presença no planeta estão em plena articulação, sejam sujeitos das ações, sejam sujeitos sentir – pensantes.

A noção de policia sanitária ou de policia médica, que deu origem à vigilância sanitária, surgiu na Europa dos séculos XVII e XVIII. No Brasil dos séculos XVIII e XIX, surge como uma prática com a função de regulamentar o exercício profissional, combater o charlatanismo e o comércio de alimentos, vigiando a cidade para evitar a propagação de doenças (ROSEN, 1979). Aqui novamente temos um exemplo da ausência silenciosa dos sujeitos, mas a explicitação do trabalho, e quem a executa toma a forma de agente controlador.

Se os sujeitos são ocultos na ação, mas são eles que assumem o “fio da navalha”, poderíamos refletir sobre a concepção histórica da ação de formar/educar como o simples ato de aplicar a norma em uma atitude meramente policiaesca, objetivando o sujeito. Como então poderemos construir sujeitos autores de sua própria existência, onde a autonomia se faça a marca de sua presença e a participação à geração de qualidade de vida? Como desmistificar as relações entre, liberdade, compromisso e responsabilidade tendo como resposta, não a utilização do sujeito como mercadoria, mas em sua totalidade como humano, assumindo seus limites?

É importante inclusive, deixar claro, em discursos lúcidos e em práticas democráticas, que a vontade só se autentica na ação de sujeitos que assumem seus limites. A Vontade ilimitada é a vontade despótica, negadora de outras vontades e, rigorosamente, de si mesma. É a vontade ilícita dos “donos do mundo” que, egoístas e arbitrários, só se vêem a si mesmos (FREIRE, 2000, p.34).

Historicamente não tem sido formalmente atribuição da área de saúde a formação de seus trabalhadores, sendo a aprovação e o reconhecimento das habilitações, nas formas legais vigentes, atribuição do sistema de educação. Em outros termos, a educação vem formando trabalhadores para atuar na saúde sem considerar as carências e necessidades do setor saúde. Esta situação configura um descompasso. De um lado a rede de saúde operando com restrições e tentando ações emergenciais de “capacitação de pessoal” e do outro a rede de ensino, possuidora de competências exclusivas para conferir habilitações regulamentadas por lei, acumulando incontáveis dificuldades para cumprir a atribuição de formar trabalhadores de saúde.

Entendo que ainda não conseguimos produzir a idéia de construção de processos de produção de sujeitos sociais dotados de um determinado saber, de uma perspectiva ideológica sanitária e com vontade política de construir um projeto social coletivo de saúde como direito fundamental para o desenvolvimento de uma vida saudável. Por isso e nesse campo que pretendo inserir a necessidade permanente de estarmos produzindo sujeitos capazes de introjetar a noção de país.

O estudo está baseado na concepção de que a vigilância sanitária - compreendida como um conjunto estruturado de práticas e campo de aplicação de conhecimentos, advindos de diversos ramos do saber - determina que a formação de seus agentes contemple de forma diferenciada, porém integrada, a relação ensino/aprendizagem na construção de unidades na diversidade. Esta se tornou o imperativo das relações globalizadas, constituindo-se assim numa prática não mecanicista de atender padrões legais, mas sim no de promover e proteger a saúde da população.

2.4 A Formação/Educação em Movimento

A Formação tem a ver com formar, com forma. Processo ou conjunto de ações ou de procedimentos que dão forma. Processo constitutivo de uma configuração. O verbo constituir apresenta-se, amiúde, quando se pensa em formação. É dar forma a algo. No caso dos seres humanos pode-se e, julgamos que se deva, falar em dar-se uma forma no conjunto das relações humanas. É antiga, e permanece a discussão sobre forma e sua noção: desde a idéia platônica de essência para se referir à figura latente e invisível, só captável pela mente, a qual Platão se refere com a palavra *eidos*, passando pela noção aristotélica de forma como a essência necessária e que se distingue da matéria, mas que juntamente com ela configura algo; até certas posições que dirão que a forma é a própria essência já dada aos seres e que provém de algum poder a eles externo. Nessa visão as formas já estariam dadas *a priori* e, aos seres, competiria realizá-las na sua temporalidade como *com-formações*. A idéia de conformação possibilitou muitos caminhos indicativos de constituição - de formação - das pessoas. Se a forma é

previamente dada, resta conformar-se ou ser conformado. Tal entendimento gerou e tem gerado reprováveis autoritarismos pedagógicos.

Estas posturas estão, de algum modo, presentes nos mais variados discursos, inclusive nos discursos pedagógicos. Como pensar, diante delas, a “forma humana”? Há uma forma humana? Há uma essência humana? Ou uma natureza humana? Ou dever-se-á falar em condição humana que se vai constituindo historicamente? O que é formação humana? “Nascemos humanos, mas isso não basta: temos também que chegar a sê-lo”, diz um autor do nosso tempo. (SAVATER, 1998, p. 29).

É freqüente dizer-se que educação é processo de formação humana. Um processo de constituição da humanidade **dos** humanos? Ou um processo de constituição da humanidade **nos** humanos? Se, a primeira, a humanidade dos humanos é construída na própria prática humana do existir; se a segunda, haveria uma humanidade a ser realizada em cada ser humano. Estas questões trazem ainda uma outra: o que é mesmo ser humano? O que é mesmo humanidade? E, por certo, daí decorrente, uma outra: seres humanos devem ser formados? Devem ser constituídos como tais? Se sim, em que consiste o processo de sua formação? Há uma profunda relação da Antropologia Filosófica com a Educação.

Nessa perspectiva o ser humano precisa da educação, pois é ela que o faz humano: a educação o forma; ela o constitui como humano. Kant (1996) insiste na idéia de se dar uma forma conveniente ao humano: A condição é em parte espontaneidade natural. “É entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação e que é possível chegar a dar aquela forma que em verdade convém à humanidade.” (SAVATER, 1998, p. 29).

Assemelha-se a idéias de Kant (1996, p 9) “O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação o autor entende: o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação.” (KANT, 1996, p. 11). Mais à frente diz: “O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz.” (KANT, 1996, p. 15).

Tal como afirmo na introdução desta tese, a espera pelo “curso que iria me passar conhecimentos acerca do VISAPAF não ocorreu até o momento atual e foi esse não fazer que me faz fazer, este também é um dos caminhos por que me desenvolvo.

Se tomarmos as idéias de Rousseau (1995) temos nelas um projeto educativo de formação humana que nada mais é que um projeto de desenvolvimento das disposições naturais e ao mesmo tempo um projeto de formação do homem social, do cidadão. Um projeto que se realiza nas *circunstâncias* como fala Kant (1996). “*Há insegurança para desenvolver as atividades devido à falta de conhecimento*” (ROSA – MI).

Ou a formação humana, na verdade, é uma construção coletiva e histórica nos termos em que Marx e Engels (1984) a colocam, por exemplo, na *Ideologia Alemã* e que ocorre a partir de elementos naturais dados, mas que se realiza nas relações de produção da vida, pelo trabalho.

O pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza (MARX; ENGELS, 1984, p. 27).

Esta organização corporal condiciona, por sua vez, aquilo que diferenciará os “homens dos animais, isto é, a produção dos seus meios de vida. (idem, p, 27). “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (idem, p. 28). “*Mesmas atividades, diferentes categorias profissionais, especialistas, quadro em extinção (morte) e salários diferenciados*” (ROSA – MI).

Marx e Engels (1984) apontam os caminhos da realização humana nestas condições históricas: um primeiro momento deste caminho, “primeiro ato histórico” (p. 39), é o da produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades de “comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (p. 39). Ato este, aliás, dizem eles que “deve ser cumprido todos os dias e todas as horas”. (idem, p. 39). A satisfação destas necessidades básicas conduz a novas necessidades que são cada vez mais ampliadas até por conta do processo de procriação que obriga os homens a um trabalho não só para a manutenção de cada vida individual, mas para a vida de todos. Decorre daí o processo de produção coletiva da vida que adquire as mais diversas formas históricas.

Os seres humanos vivem e formam-se como humanos no trabalho, ou seja, nas relações de produção que implicam em relações sociais. É no conjunto de tais relações que se constata, ou se verifica “que o homem tem consciência” e que ela “é desde o início um produto social”. (idem, p. 43). Daí afirmarem os autores: “vê-se aqui que os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente,

mas não se fazem a si mesmos.” (idem, p. 55). A formação humana se dá nas relações que os seres humanos estabelecem, uns com os outros se fazendo, mas ninguém se fazendo sozinho, solitariamente. A formação humana, nesta perspectiva, é solidária: ela se dá nas interações sociais que incluem necessariamente as relações produtivas. Estas interações sociais incluem a transmissão, para as novas gerações, “de uma soma de forças de produção” e de uma “relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos”.

Embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescrevem a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. “Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias.” (MARX; ENGELS, 1984, p. 56).

Então a base da formação, a base da origem de Portos, Aeroportos e Fronteiras, ela está vinculada aos antigos servidores do Ministério da Saúde que eram: aqueles que estavam na Portos, Aeroportos e Fronteiras, os remanescentes das áreas técnicas da Secretaria de Vigilância Sanitária, muitos da SUCAM - posteriormente Fundação Nacional de Saúde, pela experiência que tinham no combate a vetores e reservatórios-, aqueles que estavam cedidos a territórios, que faziam parte da estrutura administrativa dos territórios, são os servidores federais e os novos vindos do INAMPS, ex- INAMPS cedidos ao Sistema Único de Saúde. Mas a Portos, Aeroportos e Fronteiras, nessa seleção, nessa absorção de servidores, não se preocupou em fazer uma triagem, uma seletividade visando compatibilizar a área de execução com a formação profissional adequada. Então a gente tem exemplos de coveiros dentro da Coordenação do Estado do Amazonas em função do Ministério da Saúde possuir um hospital e esse hospital ter um cemitério vinculado a ele, então existiam coveiros trabalhando nessa área. Nós temos odontólogos, nós temos pedagogos, nós temos médicos, nós temos biólogos, nós temos nutricionistas, farmacêuticos, temos muitas categorias, talvez, que o servidor, através da boa vontade, do interesse ele se adapta, mas é uma formação bastante heterogênea (E8).

Os homens então, dotados de uma racionalidade, estão a cada momento em busca de ser mais, em busca de sua própria compreensão enquanto sujeitos sócio-histórico-interacionistas. Portanto, Freire (2002) entende os homens e mulheres como seres inconclusos, ou seja, em constante processo de busca e construção. E ainda os reconhece como:

[...] seres que estão sendo, seres inacabados, inconclusos em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. (FREIRE, 2002, p. 72-3).

E esse inacabamento, ou melhor, a consciência dele, é condição *sine qua non* do ser humano. E a partir desta conscientização, o homem e a mulher possibilitam a abertura para buscar em seu interior sua própria transformação; tornam-se mais críticos para o enfrentamento das situações-limites que lhes são impostas socialmente. Nas palavras de Freire (2004, p. 58):

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. “Não sou esperançoso”, disse certa vez, por pura teimosia, mas por exigência ontológica.

A caracterização desta formação na perspectiva de István Mészáros não se restringe aos processos instituídos por uma educação formal e: “Vista nesta perspectiva, torna-se bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que cimenta o sistema capitalista; nem é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical”(MÉSZÁROS, 2004, p.10). Por outro lado, a afirmação de uma Formação Humana de maneira alguma pretende questionar o papel da educação formal no contexto das relações sociais. A crítica de István Mészáros à educação formal oferece uma alternativa a ela própria e não sua extinção. Por educação, compreendem-se processos continuados de aprendizagem que nas palavras dele:

[...] comportam tudo, desde o brotar das nossas respostas críticas relativamente aos ambientes materiais mais ou menos desprovidos na nossa infância, assim como o nosso primeiro encontro com poesia e a arte, até às nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio equilibrado por nós próprios e pelas pessoas com quem as partilhamos, e, claro, até ao nosso envolvimento de muitas maneiras diferentes em conflitos e confrontos durante a nossa vida, incluindo as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disto está diretamente ligada à educação formal (MÉSZÁROS, 2004, p. 27)

Ser sujeito de experiência não é somente ser sujeito de informação, de opinião, do trabalho, do saber, do julgar, do fazer, do poder, do querer, pois, o verdadeiro sentido de experiência se fundamenta no diálogo, que permite que haja transformação dos sujeitos envolvidos nesse processo. É saber escutar, refletir, apreender a lentidão, dialogar com o outro, para enxergar neste a diversidade dos saberes, tendo consciência de que somos seres inacabados enquanto estivermos convivendo e experimentando com o outro o prazer da busca do conhecimento. Este conhecimento sempre virá a somar na formação humana, jamais podendo defini-la.

Acho que em geral são para a atribuição mais cotidiana, são conhecimentos que não são específicos de nenhum curso de graduação e que tem que ser adquirido nas formas que estejam ao nosso alcance para a formação, inclusive a forma atual de formação na prática (E1).

Convém explicitar que por trás de qualquer intervenção pedagógica consciente, se esconde uma análise sociológica e uma tomada de posição que sempre é ideológica. Para Marx (1980) a formação humana é fruto de uma categoria real, portanto precisamos apreender a dialética entre o real e a teoria E. Nesse sentido é que entendo a necessidade de reavaliar os métodos, as práticas de ensino colocadas à disposição da formação dos agentes em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, para que eles sejam capazes de avaliarem suas capacidades potencializando-as para superarem os problemas e os empecilhos que surgirão nos diversos campos de aplicação da vigilância sanitária.

Como já mencionei anteriormente existe uma lacuna imensa entre o saber de cada trabalhador com sua formação específica e seus saberes e o processo de fazer teórico prático em vigilância sanitária. Por esse motivo, entendo que a pesquisa teve além de suas já mencionadas propostas, o caráter de construir e apontar sugestões de projetos para formação/educação a ser discutido com o conjunto dos técnicos envolvidos em VISAPAF. Tornando viável o grande desafio de construir um caminho que seja capaz de dar conta das diversas áreas do saber que integram o campo da vigilância sanitária.

Nesse sentido é importante atentar para o pragmatismo neoliberal que se considerando apolítico nega qualquer formação que exija uma compreensão crítica relacionando treinamento técnico - científico com qualificação profissional, provocando rupturas e desarticulação entre a especialização e a área de aplicação do

conhecimento. A contemporaneidade no contexto da reestruturação globalizante se traduz na forma de acúmulo de conhecimento como forma de mais valia. A formação/educação assume algumas vezes o lugar de legitimação do modelo neoliberal de formação para o trabalho.

Entendo formação/educação como um processo pelo qual nos tornamos sujeitos humano-históricos. Penso que formação/educação é um conjunto de valores, conhecimentos, crenças, tecnologia, arte, costumes, filosofia, ciência, tudo enfim que constitui a produção histórica do homem. E é por meio dessa apropriação que cada um de nós constrói nossa própria personalidade humano-histórica e nos diferenciamos da mera natureza. E isso não se dá espontaneamente, naturalmente, mas como resultado de um complexo processo que precisa ser conhecido cientificamente, se quisermos proporcionar sua ocorrência.

Estou convencido de que nenhuma educação que pretenda estar a serviço da boniteza da presença humana no mundo, a serviço da seriedade da rigorosidade ética, da justiça, da firmeza do caráter, do respeito às diferenças, engajadas na luta pela realização do sonho da solidariedade pode realizar-se ausente da tensa e dramática relação entre autoridade e liberdade (FREIRE, 2000, p. 34).

A consciência crescente sobre o reconhecimento da importância de uma dimensão científica no leque de saberes que fazem de cada indivíduo um ser informado e educado tem levado, segundo minhas observações, à proliferação de diversas propostas. No entanto, o modo como os diferentes grupos põem em prática tal idéia (constituindo-se em escolas de pensamento), tem sido variada, refletindo-se as diferenças até as designações escolhidas.

É neste sentido, entre outros, que a pedagogia radical jamais pode fazer nenhuma concessão às artimanhas do “pragmatismo” neoliberal que reduz a prática educativa ao treinamento técnico-científico dos educandos. Ao *treinamento* e não à *formação*. A necessária formação técnico-científica dos educandos por que se bate a pedagogia crítica não tem nada que ver com a estreiteza tecnicista e cientificista que caracteriza o mero treinamento (FREIRE, 2000, p. 43-44).

Independente das implicações práticas à nível das orientações nas diferentes perspectivas, posso dizer que todas partilham de uma preocupação central que cada indivíduo: - disponha de um conjunto de saberes do domínio científico - tecnológico que lhe permita compreender os fenômenos do mundo em que se insere; - acompanhe as questões decorrentes da atividade científico tecnológica com implicações sociais - e tome decisões democráticas de modo informado. A

preocupação com a formação do cidadão relaciona-se com a semeadura e assimilação de valores para as construções individuais e coletivas do homem desde que a ação educativa passou a ser prática social pública e explicitada. A relação entre o ensinar e o apreender determina que os sujeitos da ação estejam dispostos a caminhar entre as contradições da relação e, como nos ensina Freire e Shor:

Sei que o ensino não é a alavanca para a mudança ou a transformação da sociedade, mas sei que a transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes (2003, p. 60).

A formação sempre foi uma preocupação presente na construção de cidadania, assim como a designação desta formação esteve constantemente relacionada à ação educativa. Freire (2000) refere que cidadania:

[...] é a capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos nossa cidadania, se erige então como uma competência fundamental (p.33).

Inspirado em Gramsci (2002), parto do princípio de que a educação é um ato político, na medida em que transmite modelos que prevalecem em uma sociedade: modelos de vida, modelos de trabalho, de relacionamento e de condutas. Por serem modelos de grupos sociais influentes, esses modelos têm significação política, uma vez que a política exprime relações de força até entre ideais opostos. As idéias políticas sobre a sociedade, a justiça, a liberdade, a igualdade, por exemplo, impregnam os modelos. Nesse sentido, para esse autor, a educação é uma educação social e deve ser uma reflexão permanente sobre modelos sociais e sobre a organização social; assim toda teoria da educação deve, necessariamente, ordenar-se a um projeto de sociedade (GRAMSCI, 2002).

Apesar de não ser um teórico explícito da educação, é Gramsci quem fornecerá os elementos para pensarmos uma teoria dialética da educação, na medida em que propõe uma revisão do conceito marxista de Estado. Se, em Marx (1973), o Estado detinha a exclusividade da coerção e da violência, em Gramsci (1984) isso será subdividido em duas esferas: a *sociedade política*, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia), e a *sociedade civil*, constituída pelas associações privadas (igrejas, escola, sindicatos, clubes, meios de comunicação), nas quais circulam as ideologias que

funcionam como “cimento” da formação social, e por meio das quais, a classe hegemônica procura impor à classe subalterna a sua concepção de mundo.

Para Gramsci (2002), a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, junto com o momento da repressão e da violência - sociedade política- asseguram a manutenção da estrutura de poder - Estado. Na sociedade civil, essa dominação se expressa sob a forma de hegemonia. Essas perspectivas indicam a natureza contraditória da educação, explicitada por Gramsci (2002), que é ao mesmo tempo um instrumento estratégico de dominação nas mãos da classe dominante. Mas também um instrumento estratégico de libertação por parte da classe dominada, uma vez que, mediante seus intelectuais orgânicos, ela pode lançar no âmbito da sociedade civil sua contra-ideologia.

Gramsci (1984) conceitua de “ideologia” as idéias hegemônicas que circulam na sociedade e que legitimam um conjunto de valores, os quais, em última instância, refletem as divisões e as lutas sociais e as relações de força da sociedade.

Não há, no entanto, um tipo único de educação, visto que ela sempre expressa uma doutrina pedagógica baseada em alguma filosofia de vida, em uma determinada concepção de ser humano e de sociedade. E nem há um único *locus* onde se exercite a educação. Ela está presente na escola, na igreja, na rua, no trabalho, no botequim da esquina, enfim, no cotidiano das pessoas de uma dada realidade social concreta. Como menciona Freire (1978, p.30), “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”, pois é Gramsci que irá também influenciar decisivamente toda a pedagogia crítica desenvolvida por Paulo Freire, em fins dos anos 1960.

Tenho ao longo de minha experiência profissional me dedicado a entender, compreender, apreender, socializar os conhecimentos necessários à formação e construção de minha cidadania. A busca é concretizar em ações os conhecimentos técnicos científicos de forma crítica não deixando que o pragmatismo neoliberal o transforme em mero TREINAMENTO e sim gerando autonomia para mim, e para os outros sujeitos, na relação com o trabalho.

Tratar de vigilância sanitária é estar permanentemente no “fio da navalha²¹”. Pois, se por um lado podemos estar promovendo e protegendo a saúde pública, poderemos ao mesmo tempo estar interferindo de forma radical nos modos de vida de uma comunidade, de um município, região, estado, país ou até mesmo de forma planetária. Veja o exemplo da Síndrome Respiratória Aguda – SARS - e todos os controles sanitários que foram colocados à disposição do mundo para tentar impedir sua expansão mundial.

2.5 Como Construimos o Tempo e o Movimento na Formação/Educação?

A necessidade de desenvolverem-se investimentos teórico-conceitual em vigilância sanitária, com clara definição de seu objeto, meios de trabalho e o conjunto de práticas dos trabalhadores de vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, bem como os documentos pertinentes indicam a ***necessidade de revisar aspectos da formação/educação desses trabalhadores, de reescrever o futuro do processo formativo frente a uma nova realidade***. Essa necessidade vem ocorrendo nas maneiras de ver, de pensar, de sentir de conhecer, de produzir e de relacionar-se no contexto sócio-econômico e geopolítico que configura a sociedade contemporânea, onde está inserida hoje o exercício da atividade em vigilância sanitária de portos aeroportos e fronteiras.

Quais os processos de ensino-aprendizagem, que foram utilizados até o momento, que levam os trabalhadores a darem como resposta o distanciamento entre a prática de fiscalização (ainda policalesca) e um processo de construção social de uma consciência / cultura sanitária? Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas?

Foram as práticas e as teorias utilizadas com a lógica de ensino de “como se faz”, dicotomizado da realidade cotidiana e de marcos conceituais de saúde coletiva,

²¹ Utilizo esta metáfora destacada do Romance O Fio da Navalha do Autor britânico Somerset Maugham, onde o escritor confronta o novo e o velho mundo, para ele os homens e as mulheres são de todos de “carne e osso” tem suas grandezas e sua baixezas, e é neste lócus que nós trabalhamos, ou seja nas contradições no extremo entre os humanos.

que levaram seus apreendedores, a serem sujeitos envergonhados, não apropriados dos ideais da vigilância sanitária (proteção e promoção da saúde), distantes das responsabilidades enquanto agentes educadores e formadores de uma consciência sanitária por parte de seus fiscalizados? Quando se potencializa determinada capacidade, inclusive a de ser incapaz, mesmo que negativa, estamos influenciando cognitivamente todas as capacidades?

Os conteúdos e as propostas de educação até o momento oferecido aos trabalhadores em portos, aeroportos e fronteiras – VISAPAF têm preparado um grupo de pessoas, advindas de diversos campos técnicos do trabalho em saúde, para exercerem uma atividade que perpassa o campo tarefeiro das ações de fiscalização. Isso alcança dimensões das relações de mercado, da atividade produtiva, das relações diplomáticas que o Brasil estabelece com outros países e das hegemonias econômicas mundiais.

A mercantilização do trabalho em saúde é uma das formas que os sistemas relacionados com os processos saúde – doença, em seu atual estado, usam para legitimar-se na sociedade neoliberal, pois com os resultados das privatizações do trabalho em saúde e para a saúde, os serviços de saúde e para a saúde se mostram eficientes aos olhos da sociedade dita neoliberal.

Então, portos, aeroportos e fronteiras ganha energia com a chegada desses servidores e com a nova proposta de trabalho e também adapta essa proposta de trabalho à modernidade e a velocidade com que se desloca o homem já na década de 90, e também a velocidade com que se desloca a mercadoria em função da globalização da economia (E8).

Este processo permite que se tenham olhares divergentes entre os modelos, ou seja, posso observar o travestismo da instituição a partir das exigências de produtividade aos trabalhadores comprometendo a subsistência do espaço público na construção de políticas saudáveis em favor de um constante aumento da produção; compromete também a subsistência da identidade dos trabalhadores desta instituição como instituição social, incrementando o caminho de mercantilização do trabalho em vigilância Sanitária.

Porém, isto não quer dizer que os trabalhadores desta instituição estejam apáticos a este contexto. Contraditoriamente manifestam-se opositores, numa relação de identidade institucional, principalmente a partir das relações de produção que estes

homens e mulheres estabelecem com seu trabalho cotidiano e da busca por autonomia profissional do qual são constituídos.

Olhando e participando de diversas atividades programadas como movimentos da pesquisa, foi possível identificar os seguintes aspectos contraditórios: no exercício do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras organizam-se e desorganizam-se dentro de seus espaços institucionais, diante das condições a que são submetidos para a realização desse trabalho (ingenuidade em relação a posição e o próprio desconhecimento do papel da posição ideológica)

O fordismo é um modelo de produção, que nasce na fábrica e que se expande para fora de seus muros sob um caráter ideológico, político e cultural determinando assim o americanismo. A correlação entre americanismo e fordismo, é a forma pela qual a burguesia torna-se hegemônica na América do Norte. Ou seja, a hegemonia burguesa nasce na fábrica.

Segundo Gramsci (1976), as novas formas de produção, e de organização do trabalho que se desenvolve na América do Norte, colocam o Capital frente à necessidade de construção de um novo tipo de trabalhador. Assim, Gramsci (1976) afirma que a América do Norte proporciona de forma natural, em função da sua formação e composição histórica, o tipo de trabalhador que sirva a tais necessidades, pois na América do Norte além de não existir classes sem função social no mundo produtivo, a hegemonia protestante deixa claro que é uma sociedade voltada para o trabalho.

Portanto, a forma de produção fordista e o chamado americanismo são particularidades da América do Norte. O americanismo seria a forma ideológica e cultural, necessárias para constituição de um modo de vida e de um tipo de trabalhador. Nesse sentido o americanismo é condição *sine quo non* para que haja o desenvolvimento da forma de produção fordista e vice e versa.

O americanismo não surge espontaneamente na “mentalidade” social. A sua origem está estritamente ligada à base material da sociedade. A forma de acumulação e produção capitalista produziu um processo sócio-metabólico que nasce na fábrica. Em outras palavras, a forma de produção fordista determina e exige a formação de uma mentalidade e um modo de vida, que gera a existência deste modelo de produção, sendo uma relação mútua.

Na composição do chamado americanismo, o princípio fundamental está nas políticas “puritanas” de sistematização do indivíduo, condição necessária para que

haja um equilíbrio psicofísico do trabalhador. Este equilíbrio seria responsável pelo aumento da produtividade, menores gastos com saúde, constituição moral adequada, conservação física do trabalhador, entre outros fatores.

A disciplinarização da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital, envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que são organizados não somente no local de trabalho, mas também na sociedade como um todo. Nesta perspectiva, Gramsci (1976) enfatiza que os homens que vivem do trabalho não podem ser “domesticados” e “adestrados” através exclusivamente da coerção. É indispensável educá-los para persuadi-los e obter o seu consentimento para este novo modo de trabalho e de vida.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 1992, p.119)

Hoje a mundialização dos mercados é muito superior à do passado, até por que está sob uma nova realidade. Gramsci em suas análises coloca toda uma problemática de introdução do fordismo na Europa, em função das peculiaridades históricas. Mas da década de trinta aos dias atuais, houve muitas alterações no âmbito da produção e do capital. Como diz Chesnais:

não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, que personifica o “novo capitalismo” de fins do século XX” (1996, p. 15).

O caráter mundializado da concorrência não eliminou, mas superou todos os empecilhos históricos que estavam postos ao desenvolvimento produtivo na Europa, além de possibilitar uma equiparação de forma global no âmbito da produção.

Com a intensificação da competição, as grandes indústrias se viram obrigadas a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho e da produção. Sendo que, as décadas de 70 e 80 foram caracterizadas

por um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político, isso significou a passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, a chamada *acumulação flexível*.

Na definição de Harvey, a acumulação flexível:

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (1992, p. 140)

Se o caráter mundializado da concorrência colocou sob forma equiparada o mundo da produção em escala global. O tipo de trabalhador exigido para as novas competências e habilidades também se equiparou concomitantemente. É claro que obedecendo às necessidades específicas postas pelo capital.

Esta relação de equiparação entre o modo de produção e o tipo de trabalhador necessário, ocorre pela generalização do modo de produção, em vista da mundialização da concorrência. Porém esta generalização é responsável ao mesmo tempo, pela degeneração do modelo, em função à tendência à queda das taxas de lucro.

O Estado determina que os mecanismos de modo de trabalho em vigilância sanitária sejam produtivos e inversamente delinea uma política restritiva de formação e educação para as atividades inerentes a esse trabalho; conclama uma instituição pública de qualidade, e ao mesmo tempo cria mecanismos para ampliação dos espaços privados que se privilegiam do trabalho realizado por estes trabalhadores;

A privatização do público é uma falsa consciência de necessidade do público afirma Francisco de Oliveira (2000, p. 32). Esta falsa consciência se materializa pela falência do estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as do privado, isto é, as burguesias emprestam ao Estado. Mas, todos sabem que a forma é justamente inversa: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodução do valor e da riqueza do capital privado. Assim se constitui um padrão de financiamento público da economia privada capitalista.

Uma aliança entre os organismos internacionais e o poder local difundiu a ideologia de que os indivíduos, os setores sociais e os países devem-se tornar competitivamente adequados às exigências do mercado. Têm grande preocupação com a estabilidade social onde deveria se sobrepôr à competitividade perversa

baseado em que os princípios: valor do trabalho, meio ambiente e qualidade de vida não poderiam ser tratados de forma degradante. Ainda temos que a ampliação da dimensão social do mercado associou a educação e produtividade aos objetivos de combate a pobreza.

III MOVIMENTO NA CONTRADIÇÃO E NA HISTÓRIA: PERPLEXIDADES E DESAFIOS

“A história moderna é a história da urbanização do campo, e não, como entre os antigos, o da ruralização das cidades” (MARX, 1973: p. 132). E hoje a urbanização mundial alcança aparentemente os limites da superação da secular divisão territorial do trabalho entre campo e cidade. Vários países atingem cerca de 80%, como é o caso do Brasil de população urbana, conforme último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). O urbano e seu modo de vida – desde sempre ligado ao dinheiro e à troca de mercadorias, base originária da burguesia comercial e industrial, do exército e do Estado moderno, se estendem por todo território. Assim, neste início de século XXI, o urbano parece concentrar e conter o devir da história do capital.

Ao escrever esse estudo me permiti viajar, andar pela história relacionando a vida cotidiana aos desmandos contínuos de uma sociedade governada para o capital. Nessa viagem histórica encontramos relatos tão novos quanto nossa própria experienci-ação (MACHADO, 2008) diária de viver sob o jugo dos capitalistas e de governos que aparentemente iludem com discursos novos, mas praticam os costumes, as normas e as regras do mundo capitalista, para garantir os pactos do dito neoliberalismo.

Em 1863, realizaram uma pesquisa em três condados da Inglaterra, Berkshire, Oxfordshire e Somersetskire, para pesquisar a situação de penúria da parte mais mal nutrida da classe trabalhadora (MARX, 2002). Os resultados são tão atuais que impressionam. Embora tenha sido realizado naquela época, pois as condições sanitárias a que estavam submetidos aqueles trabalhadores, não difere em quase nada do que assistimos nos grandes centros urbanos do nosso país. Embora extensa, penso que é importante descrever com as palavras do autor da pesquisa, Dr. Smith, a realidade que ele encontrou que,

[...] Todo aquele que está familiarizado com a clínica de indigentes ou com as enfermarias e clínicas dos hospitais pode confirmar que são numerosos os casos em que a dieta deficiente produz ou agrava doenças. [...]. Mas temos de acrescentar a isto um conjunto muito importante de condições sanitárias. [...]. Devemos lembrar que a privação de alimentos é difícil de suportar e que, em regra, uma

dieta carente só ocorre depois de ter havido muitas privações anteriores. Muito antes de a insuficiência alimentar ter importância do ponto de vista da higiene, muito antes de o fisiológico pensar em contar os grãos de azoto e carbono que marcam a diferença entre a vida e a morte pela fome, o lar já terá sido despojado de todo o conforto material. O vestuário e o aquecimento ter-se-ão se tornado ainda mais escassos do que os alimentos. Não haverá mais proteção contra as inclemências do tempo; os aposentos terão ficado tão reduzidos que produzirão ou agravarão doenças; quase nada mais restará dos utensílios e móveis de casa; a limpeza ter-se-á tornado extremamente custosa e difícil. E se procura mantê-la, por um sentimento de desigualdade, esse esforço representará novos tormentos de fome. O lar terá de se instalar onde o teto for mais barato, em bairros onde a fiscalização sanitária é menos eficaz, onde há maior deficiência de esgotos, de limpeza, maiores imundícies, onde a água é escassa e de pior qualidade, e nas cidades onde há maior carência de luz e de ar. São estes os perigos sanitários a que se expõe inevitavelmente a pobreza quando esta se acompanha da mingua de alimentos. Se a soma desses perigos representa um tremendo fardo para a vida, a simples falta de alimentos é, em si mesma, horrenda. (...) Estas reflexões são dolorosas principalmente quando verificamos que a pobreza de que se trata não é a pobreza merecida dos ociosos. É a pobreza de trabalhadores. Além disso, com relação aos trabalhadores urbanos, o trabalho com que compram sua escassa alimentação é, em regra excessivamente prolongado. Só num sentido muito limitado pode-se supor que esse trabalho dê para viver. (...) Visto numa escala bem ampla, esse sustento nominal pelo trabalho não passa de um rodeio mais ou menos curto para se cair no pauperismo. (MARX, 2002, p. 762).

Se a história estabelece a dura realidade em que vivemos, é nela que a vigilância sanitária está inserida, pois como vimos na pesquisa de 1863, muito pouco mudou, pois nos grandes centros urbanos estão instaladas as piores condições sanitárias para vida, e é lá que menos são assistidos os seus moradores. A Vigilância Sanitária, como uma instituição responsável pelo controle das condições de risco à saúde, tem ainda uma relação estreita com os interesses do capital. No nível federal as grandes tarefas estão direcionadas para atender principalmente “*os interesses da indústria farmacêutica e dos produtos para a saúde*” (ROSA – MI).

Ideologia da modernização - mercado, sujeito-monetário burguês - ou não, ilusão da política - cidadania e igualdade formais e, etc. - ou não. O fato é que o urbano criou não só a melhoria relativa nas condições de vida e as bases de uma cultura cosmopolita universal, mas a possibilidade da experiência de crítica social radical e os potenciais de superação daquilo que poderíamos chamar de "pré-história do homem".

Pois, segundo Lefebvre (1972, p. 43), a cidade sempre foi, enquanto,

[...] forma mental e social, a reunião de riqueza social: pessoas, objetos, técnicas, conhecimentos, atividades sociais, entre outros – tudo se liga horizontalmente enquanto potencial criativo de vida social; atrair e aglomerar riqueza é um atributo formal de seu centro e das centralidades que ela dissemina um pouco por todo lugar.

É essa capacidade de junção de diferenças sociais, comunicação, interligação e comunhão de forças produtivas que entra fundamentalmente em colapso quando a própria modernização capitalista mundial começa a chocar com suas barreiras intransponíveis (KURZ, 1996).

Nesse mundo onde os valores são estabelecidos pelas relações gananciosas do mercado, os trabalhadores em VISAPAF precisam ter uma formação que lhes aproxime de um desenvolvimento ético, avaliando as ações em vigilância sanitária como um ato constituído de posições políticas, e não meramente uma ação técnica - científica.

Ainda em busca de enfrentamentos deste desafio, sugiro que se reflexione crítica e criativamente acerca do objeto vigilância sanitária, pois esse desafio constituirá no núcleo dos processos de formação, ao qual devem ser agregados conteúdos relativos ao contexto político-institucional, sócio-econômico e geopolítico.

Estamos integrados a um sistema que no caso da vigilância sanitária ultrapassa as fronteiras geográficas brasileiras e se insere dentro de um contexto mundial estabelecido pelas relações comerciais, culturais, econômico-social, ético-político e educacional. E é com esse olhar que ousou dizer que a afirmação de Marx em o Manifesto Comunista:

Tudo que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações como espécie. A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte (MARX; ENGELS, 1987, p. 23).

Não poderia ser tão atual, pois dele temos a clareza da necessidade de nos afirmarmos enquanto país, garantir nossa soberania, mesmo que seja participando/enfrentando o mercado, porém estabelecendo regras para proteção social e da saúde da população.

3.1 Das Contradições aos Movimentos no e do Estado

Por Estado tomaremos de empréstimo a noção Gramsciana que se utilizando da noção de “Estado Ampliado” refere-se ao “equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil, ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, hegemonia exercida por meio de organismos privados” (GRAMSCI, 1974: p. 43).

Numa perspectiva direcionada a estudar as relações do Estado com a saúde é necessário aprofundarmos um pouco mais o entendimento sobre o Estado, suas relações e seu comportamento frente à sociedade. Destacamos a princípio a dinâmica da sociedade e do Estado por dentro do próprio Estado, identificando as diferenças entre sociedade civil e sociedade política; Estado num processo social por onde se cruzam diversas forças sociais; o Estado e suas vinculações com as classes sociais e o movimento dos sujeitos sociais envolvidos na elaboração de políticas e seus vínculos com as classes sociais.

Para Gramsci (2002) que por diversas vezes para fugir de seus alçózes carcerários necessitou reinventar palavras, portanto criando códigos de comunicação, para ultrapassar os limites dos muros de sua prisão, por exemplo, “filosofia da práxis” para dizer marxismo, em suas notas, mais precisamente a intitulada “Estatolatria” ele cita: “[...] há duas formas com que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, ou seja, como sociedade civil e como sociedade política, como ‘autogoverno’ e como ‘governo dos funcionários’” (2002, p.279).

Aqui todo o movimento é no entendimento de que o Estado passa por um período em que é necessária a presença forte “da sociedade política” utilizando-se do aparato coercitivo do “governo dos funcionários” diminuindo o elemento consensual-hegemônico da “sociedade civil”. Nesse período é necessária a criação de uma vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que ainda não criada historicamente poderá ascender à vida estatal independente.

Podemos observar que no Brasil, onde a classe operária “ascende ao poder” através de seus representantes políticos, e utilizando-se da linguagem Gramsciana, ainda que historicamente a sociedade civil não está constituída e é ainda “primitiva e gelatinosa”, poderíamos dizer que com os acontecimentos políticos de ascensão ao poder de uma nova “elite política” esta poderia ter se tornado a força motriz (poder) que (des)estabilizando o Estado “sociedade política” construísse um novo cidadão por

meio de uma complexa e articulada “sociedade civil”. Portanto para Gramsci o Estado que pretenda ser social deve privilegiar não o seu fortalecimento, mas a ampliação de uma “sociedade civil”, transformando-se em um “Estado ético” que o autor chama de “aparelhos privados de hegemonia” com os quais é possível haver adesões consensuais, sendo esta a grande distinção entre os aparelhos estatais, que determinam decisões coercitivas de cima para baixo.

O Estado Brasileiro tem ao longo da história tido oportunidades ímpares de transformação da sociedade. Porém as forças conservadoras, arcaicas feudalistas/capitalistas têm se constituído em diversos momentos como a opção de “desenvolvimento” diante de uma sociedade que ainda “gelatinosa” que por acreditarem, ou melhor, por aceitarem esses “lobos” vestidos de “cordeiros” os toma como uma opção real de mudanças.

No campo da saúde houve avanços com a constituição de uma Lei Orgânica, Lei nº. 8.080, “simbolicamente” escrita com a participação social e que vem ao longo desses anos se mostrando como instrumento de luta para a garantia de alguns direitos fundamentais aos cidadãos desse país. Porém é necessário problematizar os objetos de estudo das políticas de saúde no momento que também precisamos repensar o Estado. Sabemos hoje que o Estado brasileiro é o Estado “governo dos funcionários” sendo esse um elemento de dificuldade para análise das políticas de saúde. Embora as políticas adotadas pelos governos sejam definidas pelo Estado, penso que a grande riqueza da discussão seja a dinâmica das contradições e conflitos provenientes das discussões com a sociedade em movimento. Dentro desta perspectiva é que penso em haver definições das políticas em vigilância sanitária e, portanto a formação/educação dos trabalhadores em VISAPAF deveria assumir como condição para o seu desenvolvimento o conhecimento produzido.

[...] talvez não precisasse ser desenvolvida especificamente por esse profissional, acho que você poderia pensando no processo de trabalho da vigilância sanitária talvez fazer um recorte mais específico que o que seria das questões das relações internacional o que é a responsabilidade como você mesmo falou o cara lá ta representando o país ele não ta lá representando o estado o município dele ta representando o seu país não ta ali como, então em havendo essa diferenciação no processo de trabalho eu acho que muita coisa pode ser reolhada e revista, mas eu continuo achando que existe uma necessidade de uma especificidade, mas pode não ser na dimensão que ela é hoje colocada (E4).

A vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados enquanto fazer exclusivo do Estado²² é exercida dentro de seus aparelhos e de forma burocrática. Ao discutir a burocracia em VISAPAF foi preciso apoiar-me no estudo de Lucchese (1992), devido à escassa bibliografia na temática específica. Este, embora não faça uma abordagem específica da VISAPAF, refere a burocracia da vigilância sanitária, a partir da contribuição weberiana como:

[...] um modelo organizativo, uma forma de administração operada pelos funcionários do Estado²³ que, orientados e condicionados pelas normas e regras técnicas e políticas, imprimem-lhe uma dinâmica específica (LUCCHESE, 1992, p. 167).

Quando estamos falando em vigilância sanitária, não podemos perder o foco de que esse espectro da ação em saúde esta vinculada diretamente aos grandes interesses econômicos no interior da administração. Para Lucchese (1992 p. 175) “as frações do capital monopolista, principalmente dirigentes de empresas se instituem como ‘privilegiados’ interlocutores com o executivo – neocorporativismo, lobbies e anéis burocráticos”.

É com esse olhar que não podemos perder de vista a relação das práticas institucionais entre Estado e sociedade civil observando as correspondências e o modo concreto de hegemonias. E de novo chamamos Gramsci, que na atualidade talvez seja mais contemporâneo que no seu tempo, para nos apossarmos de sua radicalidade em termos de proposta para sociedade onde a “sociedade regulada” é uma construção progressiva – Gramsci (2002, p.67) fala em “elementos cada vez mais numeroso” – de uma ordem social global fundada no consenso, no autogoverno, na qual a esfera pública como manifestação da e na “sociedade civil” subordina e absorve em si o “poder” e o “dinheiro”, isto é, o Estado coerção e o mercado.

É com esta radicalidade que penso vigilância sanitária. Uma “sociedade regulada” nas palavras de Gramsci (2001, p.47) é: “um sistema complexo onde as lutas sociais sejam capazes de progressivamente eliminar a divisão das classes antagônicas e os homens e mulheres passem a regular de modo consensuado as suas interações sociais, eliminando também a necessidade de ajustes administrativos” na elaboração das políticas em vigilância sanitária.

²² Lei da Agência

²³ o termo funcionários do Estado é desenvolvido pelo autor a partir da contribuição de Poulantzas (1985, p. 177) que utiliza-o para analisar o comportamento dos funcionários do Estado. Poulantzas define pessoal de Estado como categoria social diferenciada, detentora de unidade própria, que seria efeito da organização do estado e da sua autonomia política, e que a ocupação de cargos reproduz a divisão de classes.

Bom, esse é o desejo, mas por enquanto o que podemos analisar é o que está presente e, nesse sentido, Pedroso em sua tese refere:

A agência social é desenvolvida pelos agentes sociais (indivíduos) nas suas múltiplas práticas sociais, em situação de interação social rotineira – como grupos ou classes sociais – podendo ter maior ou menor grau de consciência de como essas práticas se processam (2003 p. 45).

O Estado brasileiro dentro de uma perspectiva neoliberal, ao propor a criação de Agências, tinha em mente o condicionamento da ação dos sujeitos (através de normas de conduta, regras, constrangimentos) capacitando-os (através de recursos, instrumentos, meios de intervenção sobre a situação). Com essa proposta tinha garantido a continuidade das práticas cotidianas, ou seja, a preservação das estruturas e a intervenção através dos sujeitos que poderiam alterar modificar ou até transformar os acontecimentos sociais. Esse é o objetivo de manutenção da regularidade institucional e da reprodutividade das práticas sociais, através da internalização das regras e seu compartilhamento como os indivíduos e com as instituições em suas memórias sociais.

Ao propor a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o governo está plenamente acordando o previsto no Programa Nacional de Desestatização instituído em 1991 e ampliado a partir de 1995, dando as bases para as privatizações das empresas estatais e implementando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Este movimento tem origem por diversos países entre as décadas de 70 nos Estados Unidos e se estende pelas décadas de 80 e 90, por países como Inglaterra, União Soviética e Chile.

Provavelmente as palavras de Engels (1987) sobre o “definhamento” do Estado foram sendo apropriadas pelos burgueses oportunistas utilizando-se de pano de fundo como falsificação oportunista do marxismo. Porém, segundo Engels (1987, p 31), o definhamento do Estado “se refere aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista e não como o alardeado pelos capitalistas e pela burguesia como Estado-mínimo”. A receita do estado mínimo faz parte do ideário neoconservador ou neoliberal que propõe um estado elitista de democracia frente ao participativo. Estabelece limites drásticos ao papel do Estado, que se ocuparia tão-somente de obras e da ordem pública. Ou seja, garantir a comodidade e a segurança dos cidadãos, ao invés de intervir para assegurar a liberdade e a

equidade. Um Estado que regule Educação e Saúde, mas, não se constitua como provedor destes direitos. Segundo Machado (1997, p. 46) “o liberalismo tem como pressupostos o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia”, o que mostra que o dito neoliberalismo é uma “retórica sedutora” que serve de apoio ao bulário do Estado-mínimo.

O interesse desta nova ordem mundial era a de que os empréstimos financeiros aos países ficassem condicionados aos programas de ajuste estrutural neoliberal. A crise internacional se agrava, os fundamentos ideológicos são questionados e as forças intervencionistas do Estado desenvolvimentista passam a ser gradativamente substituída pela de regulação. Desta forma, a partir de 1996 são criadas as Agências Reguladoras, sendo em que no ano de 1999 é criada a primeira da área social a ANVISA. Nesse momento se percebe a nítida separação entre as Secretarias dos Ministérios responsáveis pela formulação das políticas e as Agências que a partir daí se responsabilizam pela implementação das políticas. As agências são Autarquias dotadas de autonomia especial e qualificadas como executivas, pois passam a exercer atividades típicas do Estado, tais como regulação e regulamentação de mercado arrecadação de impostos, segurança pública, fiscalização de cumprimentos de normas legais, seguridade social e promoção e proteção da saúde. Podemos dizer que as Agências, no Brasil, possuem como princípios básicos:

- a- Independência decisória, assegurada por uma diretoria colegiada indicada pelo Presidente da República;
- b- Aprovação dos seus diretores pelo Senado Federal;
- c- Estabilidade no cargo conferida por mandato não coincidente, sofrendo destituição somente na evidência de improbidade pública ou quebra do cumprimento do Contrato de Gestão;
- d- Autonomia Financeira;
- e- Ampla e transparente publicidade de normas e procedimentos;
- f- Participação das partes interessadas no processo de elaboração de normas, procedimentos e ações;
- g- Celeridade processual;
- h- Simplificação das relações com os consumidores;
- i- Estabelecimento de metas e compromissos mediante Contrato de Gestão como o Ministério ao qual se vincula; e
- j- Controle social.

Os itens acima destacados exemplificam a atuação do Estado-mínimo na regulação dos interesses do capital.

3.2 Tempo e Movimento das Perplexidades

Pensando no tempo como um sistema assimétrico entre passado e futuro, um tempo irreversível de acordo com as observações de Ilya Prigogine (1990b), verifico que a ciência herdou do século XVII a visão dinâmica clássica, determinista e reversível, baseada na negação do tempo e a visão termodinâmica do século XIX fundamentada no crescimento da entropia²⁴ que contextualiza então um tempo irreversível. Nesse sentido o tempo necessário para desenvolver as atividades de VISAPAF poderia ser pensado como uma equação onde um sistema tende a se aproximar do outro, sendo esse sistema a relação dos agentes reguladores com os regulados, e esta aproximação coincide com o aumento da entropia. Se as atividades desenvolvidas estão voltadas para dar conta do controle do risco, então quando o risco não existir acaba a necessidade de existir quem o controla, desarticulando a relação no tempo. É a “morte da ação”.

No desenvolvimento de seu trabalho os trabalhadores em VISAPAF estão diretamente vinculados a um tempo, que determinado por sua histórias, deles e da instituição, os levam a aperfeiçoar atitudes que vão ao encontro de dar conta de suas características dadas ao longo dos tempos da instituição. As características construídas no tempo e as dificuldades de capacitação para os trabalhadores apontam para práticas imediatistas e de resolução efêmera. A precariedade como era tratada a vigilância sanitária como um todo, especialmente em relação aos “recursos humanos” servindo mais como um balcão de negócios do que para promover e proteger a saúde é tratada na dissertação de mestrado defendida em 1996 por Ana Cristina Souto. Em entrevista para pesquisadora o pesquisado B1 coloca o seguinte: *“A dificuldade técnica, o nosso despreparo, o meu despreparo para dar conta daquela tarefa é abissal”* (p. 69). O seguinte entrevistado A2 afirma:

²⁴ Entropia é uma propriedade de estado; uma medida do número de combinações (complexões) dos estados possíveis de um sistema; uma medida que traduz o grau de desordem de um sistema. A entropia está ligada aos processos naturais que atraem os sistemas em equilíbrio (PRIGOGINE, 1996, p. 31)

Pessoal, pessoal qualificado. A máquina burocrática não funciona por uma série de questões: desinteresse falta de organização e a falta de recursos. Não que não existisse dinheiro, tinha dinheiro a rodo, o que precisava na época, era concurso público para contratação e aí deveria se estruturar um plano em Brasília e disseminar para os estados (p. 69).

Nesta dissertação ainda é possível perceber a inexistência de formação para os trabalhadores em VISA, pois VISAPAF nem era citada como integrante da estrutura da SNVS, a não ser quando houve o episódio da Cólera e alguém lembrou de VISAPAF, mas mesmo assim com grande desdém pelos administradores da SNVS. A formação era privilégio de alguns trabalhadores, inclusive com cursos no exterior. Esse privilégio, entretanto não se tornava patrimônio da VISA, pois os selecionados não eram trabalhadores concursados, eram cargos de confiança, e, quando trocava o governo esses retornavam a outra atividade. Para Marx (1980) as categorias que exprimem as relações dessa sociedade permitem ao mesmo tempo,

[...] dar-se conta da articulação e das relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas com os resíduos e os elementos sobre os quais ela se edificou, e onde certos vestígios não ainda ultrapassados por uma parte subsistem nela, onde aquilo que não tinha senão sentido indicativo tornou-se, ao desenvolver-se, significação explícita (1980, p.39).

Foi no tempo (junho de 2004), em que escrevi o projeto de dissertação que estavam sendo qualificadas em torno de 32 pessoas muitas dessas com cargos de confiança e que em função de trocas de cargos de direção em breve, poderiam perder seus cargos. Um dos critérios utilizado para a seleção do grupo que participou dessa formação, E isso é bom, pois mostra que existe algum critério, foi o de estarem gestores naquele momento. Conforme será analisado no capítulo V - CARTA ABERTA USUÁRIO DE VISAPAF. Assim mesmo, busco na história os acontecimentos citados na pesquisa de Souto (1996), onde o entrevistado A1 cita:

Eu assumi a Secretaria com um grupo de técnicos muito difamado, era um grupo que estava lá há vinte anos sem treinamento muito grande, mandamos 27 técnicos para o exterior. Fizemos um corpo técnico excelente e por questões políticas, foram mandados embora. Era cargo de confiança e ao invés de manter, o governo seguinte demitiu (p. 52).

Santos nos ajuda a pensar sobre essa materialidade:

A materialidade artificial pode ser dada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também,

técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são fenômenos históricos. Por isso, é possível identificar o momento da origem. Essa datação é tanto possível a escala de um lugar, quanto à escala do mundo (1996 p. 46).

É nesse espaço, com esse tempo histórico que observo as marcas deixadas no campo das idéias, ou seja, na consciência. Pois, embora a ação esteja totalmente automatizada, portanto não é preciso pensar para fazer, ela é consciente, pois como produto social faz parte de um conjunto de conexões limitadas com os outros sujeitos da ação que podem estar em si ou no outro e isso não limita o fazer.

O que assisto é um reconciliar histórico de forma absolutamente identificável com os objetivos burocráticos da estrutura capitalista, onde investir em trabalhadores significa dar satisfação momentânea à sociedade do que se faz com os recursos financeiros arrecadados através de taxas e impostos, tentando de forma discursiva e ilusória emitir uma aparente construção de conhecimento entre os que fazem o trabalho e os que precisam mostrar o que fazem com os recursos.

Para Santos (1996), “[...] a forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma conseqüência sobre as formas de vida possíveis naquela área” (p. 35). Na reflexão do espaço em VISAPAF é importante ter em conta que esse é o lugar da memória do passado e expressa o presente se processando, sendo assim “[...] cada lugar, pois o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (p. 113).

Esse é o espaço e o tempo em VISAPAF e, é nele que se encontra o que Santos (1990, p. 59) definiu como “ rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, passagem, o que resta do processo da supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Para Santos (1996) ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões de trabalho já passados (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações.

Ao estudar VISAPAF percebo a resistência que impregnadas pelas rugosidades transforma em inércia o novo como fonte de oposição adquirida pela consciência e também, talvez, como forma de protesto ao imaginário construído, porém próximo do real, de que são sujeitos descartáveis. Cidades distantes, sobretudo cidades globais, têm comando político, mediante ordens, disposição da mais valia controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a

regulação. A tecnologia se pôs ao serviço de uma produção interplanetária, onde “[...] nem os Estados, nem os recursos, nem os direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro” onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-los (SANTOS, 1996, p. 144).

A necessidade de discutir o lugar que ocupa os trabalhadores em VISAPAF e a formação/educação destes está relacionada ao modo como a tecnologia se põe a serviço de uma produção interplanetária. É necessário que não olvidemos esforços para que os acessos a estas tecnologias sejam coletivizados também de forma planetária, para não ficar a serviço de poucos, onde o lucro seja a tônica e o distanciamento através da apropriação do conhecimento tenha como lógica a dependência, a subserviência e a exploração das massas.

Além dos espaços que se relacionam politicamente com as tecnologias no e do trabalho ainda é necessário atentar às descobertas e aos usos do conhecimento que a ciência vai trazendo neste contexto, como diz Santos:

[...] plantas e animais já não são mais herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. É desse modo que se produzem nexos estranhos à sociedade local, e mesmo, nacional e que passam a ter um papel determinante, apresentando-se tanto como causa quanto como consequência da inovação técnica e da inovação organizacional. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção (1996 p. 242).

3.3 Tempo e Movimento: Lugares de Estranhamento

Esse é o lugar. É nesse tempo que nós, trabalhadores em vigilância sanitária, nos ocupamos. É nesse “fio da navalha” que apreendemos como promover e proteger a população. É trabalhando nessas “rugosidades” que somos implicados a conduzir as relações de promoção e proteção da vida, mas é também nesse lugar que agimos conforme as ondas capitalistas na relação tempo e movimento. É com esse pensamento/sentimento que estudo VISAPAF. Tenho encontrado apoio e colo em autores que dialogam com nossa sociedade com projetos e propostas de conduzir,

sim, a soberania de nosso país. Mas, isto sem deixar que a velocidade das exigências capitalistas, em nome de um desenvolvimento de poucos, atravesse nossa soberania de ser sujeitos dignos, trabalhadores éticos e sobretudo condutores de uma política de promoção e proteção da saúde da população.

O movimento nosso de cada dia nos faz trabalhadores, contribuindo para a formação de um Estado e de nosso próprio estado, pois o movimento é o de promover e proteger a população. Desta forma, estamos usando nosso trabalho para o coletivo e para nós mesmos. Para estabelecer a compreensão a respeito da **formação/educação em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados** a reflexão sobre que Estado estou conversando é ponto inercial para a caminhada de reflexões contraditórias que me coloco, pois ao fazer estas, penso em Freire (2000, p. 56) “o futuro não nos faz. Nós e que nos refazemos na luta para fazê-lo”. Esse é o movimento, pois nele encontramos diversos estranhamentos, lugar onde as coisas se orientam por uma organização manejada a distância que sustentam a transnacionalidade do capital. Segundo Santos,

[...] cada grupo construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência porém os novos nexos e também desejos e necessidades se fazem segundo parâmetros estranhos as suas necessidades íntimas, o que culmina na economia mundializada atual sustentada por um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos(1994; p. 18)

A globalização é “universalização” (SANTOS, 1988, p. 14). Universalização da produção, das trocas, do mercado, do consumo, do espaço. É esse o movimento da VISAPAF, é no interior desse turbilhonamento de universalizações que seus trabalhadores fragmentam-se enquanto cidadãos constituídos de identidades na relação atemporal da globalização.

Marx e Engels já percebiam essa fragmentação assim citada numa das passagens do Manifesto de 1847 – 1848:

[...] dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma (1987, p. 24).

Com esse movimento, nesse tempo, o tempo social da globalização, que gera por excelência uma velocidade excedente, é o lugar onde os sujeitos, agentes da

VISAPAF, são jogados a participarem independente de uma tomada de consciência da universalização do controle dos bens, das mercadorias, dos meios de transporte e das pessoas, interferindo no movimento e no tempo acelerado da transnacionalidade dos riscos.

Para Marx a consciência é a categoria chave para tratar do campo das idéias, pois é na consciência que estão representadas as idéias e os pensamentos que por sua vez, é determinada pela base material:

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. [...] A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1984: p. 43-45).

Os trabalhadores em VISAPAF por serem agentes de controle, que intervêm no movimento e no tempo, interagem na velocidade das exigências mundiais. Portanto, estão sujeitos ao controle das idéias, silenciando muitas vezes seu pensamento em nome de uma aceleração da produção, do consumo, de novas tecnologias, nos modos de produção e da conformação política entre os países, onde seus gestores lhes silenciam para garantir o estabelecimento das “boas relações” entre as nações.

No breve relato que abordei acima, penso que se de um lado podemos estar engessados em um tempo irreversível, a história nos coloca em contradição, pois ao caminhar pelo presente entro no passado que constrói o presente e viabiliza a construção do futuro. Hobsbawn (1999) nos ajuda nesta perspectiva quando ao refletir sobre o breve século XX se questiona como sujeito da história tanto quanto escriba desta história dos sujeitos ao se referir:

[...] não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente [...] as pessoas de determinadas idade, independentemente de origem e histórias pessoais, passaram pela mesmas experiências (1999, p. 14).

Na construção histórica da vigilância sanitária os sujeitos, embora ocultos, ou melhor, destituídos de suas presenças, transformaram a idéia de tempo irreversível em uma andança histórica no seu fazer cotidiano. Assim se fez a vigilância sanitária que presente no passado dos sujeitos da história se apropria deste passado para movimentar e transformar o futuro em uma dialética permanente do tempo.

3.4 Os Sujeitos Sentir – Pensantes nos Movimentos, no Tempo e na Construção da VISAPAF

O estudo do "sujeito" humano emergiu no século XVII através do processo da psique humana constituir-se como um objeto de conhecimento (FOUCAULT, 2003). Com este voltar-se para si-mesmo reflexivo, a psique humana tornou-se não apenas o objeto, mas também o sujeito de nosso campo. Foi a aparição da noção de sujeito auto-reflexivo no século XVII que mais caracterizou o movimento da Escolástica Medieval para aquilo que se tornou conhecido hoje como Modernidade. Antes de Descartes e do século XVII, a existência era predicada em um Deus, matéria ou formas eternas transcendentais. Porém, com o cogito *ergo sum*, "Penso, portanto, eu existo", de Descartes, o sujeito humano é pela primeira vez colocado diretamente no centro da metafísica e compreensão psicológica ocidentais. A teoria do cogito de Descartes (1996), o **sujeito pensante** [grifo meu], assinalou uma mudança maior na compreensão psicológica ocidental. A teoria cartesiana do sujeito pensante contém o começo do projeto filosófico moderno de prover um fundamento antropológico para nossa psicologia e metafísica. Não estavam mais as formas ideais, Platão (1987), matéria Aristóteles (1981) ou Deus (Filosofia Medieval) no centro de nosso sistema de pensamento. Pois, no centro, Descartes (1996) coloca o sujeito humano.

O sujeito da modernidade é uma concepção da psique humana como um agente ativamente conhecedor. O estudo deste sujeito e o processo através do qual o pensamento está constantemente interligado com o não-pensamento levou, no século XX, ao desenvolvimento da psicologia profunda. Hoje nos achamos no ponto de transição entre a Modernidade e a Pós-Modernidade. Esta transição em nosso sistema de pensamento subjacente é tão profunda quanto à passagem, no século XVII, da Escolástica e das suposições medievais para a concepção Moderna do mundo e da natureza humana.

As coordenações gerais da atividade humana, ou melhor, o sujeito epistêmico, é o resultado de uma construção. E é por isso que se diferencia do sujeito transcendental de Kant (1996). Ele não é um dado a priori nem do sistema nervoso nem do pensamento. mas tem uma gênese. Piaget (1967) postula um "isomorfismo estrutural entre as organizações biológicas e as organizações cognitivas" (PIAGET, 1967). As funções de todo o organismo vivo tem adaptação ao

meio e organização interna - constituem o elo comum entre o biológico e o lógico. Estas "invariáveis funcionais" são a origem do sujeito epistêmico.

O sujeito epistêmico é um sujeito que se constrói, se estrutura, pela sua própria atividade, através de um processo de descentração que lhe possibilita uma melhor compreensão do mundo e de si mesmo. Resulta assim a possibilidade de construção de uma autonomia em relação tanto às condições do ambiente quanto às próprias condições psicológicas. Se uma operação particular pode parecer depender das decisões de um sujeito individual, a composição das operações em estruturas de conjunto é regulada do interior por um conjunto de condições prévias, de tal maneira que as estruturas mais interiores são as mais independentes das decisões "subjetivas". O mecanismo através do qual esse processo se realiza é o da abstração reflexionante. Se as funções são fixas, a estrutura é, então, variável. Um dos resultados mais significativos da epistemologia genética foi a descoberta que as diversas estruturas do sujeito epistêmico correspondem a organizações lógico-matemáticas como o grupo dos deslocamentos práticos. O sujeito epistêmico é razão, biologicista e individual.

Já nos anos 20, Jung (1989) questionava acerca do sujeito da representação, levando-o a posicionar-se diante do fato de que no interior da personalidade não existe apenas um, mas dois sujeitos. O ego "representa" o sujeito consciente, enquanto o Si-mesmo representa um outro sujeito superior. O ego em sua relação com o Si-mesmo na psicologia Junguiana, mantém uma posição similar ao papel do sujeito em relação ao discurso no Pós-modernismo, onde o sujeito do pensamento pós-moderno perdeu seu *status* ontológico primário em relação à linguagem. Assim também, na psicologia Junguiana tradicional, o ego perdeu seu *status* ontológico primário em relação ao Si-mesmo. Podemos dizer que o sujeito junguiano pode ser definido como um feixe de ficções que compõe o tecido, e o evento, a linha que permeia e trança estes fios, sendo o processo de individuação a realização das ficções do sujeito, das suas múltiplas histórias no mundo. A natureza do evento é, portanto, o inesperado na trama, que traz novas possibilidades, felizes ou terríveis, mas por sua característica de ser irrecusável, acarreta sempre o novo.

Estas observações Junguianas permitem que possamos observar a tessitura de outros sujeitos, como o sujeito de direito. Esse não existe só. Esses se relacionam subjetivamente, em suas formas de viver e de relacionar-se consigo e entre si. Porém, atendem a uma disciplina, de dever e direito, determinada

socialmente, o que os faz reproduzir fatos e ações que mesmo ainda não conscientes se estabeleçam como determinantes para suas ações. Estes sujeitos estão a serviço do mercado, pois não conscientes produzem as falas e ações que mesmo forjadas em determinado tempo-espço, produzem efeitos nas relações entre sua cotidianidade.

Em relação ao inconsciente, há a formação de um outro território: o da diferença que o sujeito faz de si em relação à razão. Diferença por não se tratar somente do campo da razão como constitutiva do indivíduo, mas de uma região de desconhecimento, diferença em relação a um "eu" consciente de si mesmo, de impossibilidade do governo de si por ferramentas da consciência – produção de sujeitos do inconsciente, sujeitos do desejo que são sujeitos “estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 11). Diferente do anterior, não se trata do sujeito que conhece, mas do sujeito marcado pelo desconhecimento, pois é onde o ser humano se desconhece que se torna sujeito, quando torna consciente seu deslocamento real da subjetividade.

Sobre o **Sujeito Sentir - Pensante**, digo que este é o construtor constituído de subjetividades que o transforma em homem/mulher-sujeito, onde a consciência exprime o fato de que além de seu mundo interior existir, existem momentos condicionados pela realidade objetiva que independem do seu próprio eu e dos outros eus. Esse sujeito tem em si a compreensão que ele existe rodeado de objetos e que esses estabelecem relações entre eles e com ele próprio.

O Sujeito Sentir - Pensante toma consciência de que produz e é produzido através e para além de seu saber, estabelecendo uma conexão com o todo, na maioria das vezes não expressa e não percebida explicitamente com os objetos que os circunda. Porém com o seu olhar, sua atenção ou sua avaliação, pode emergir de um determinado todo a partir de uma parte e precisamente este não percebido nem observado em sua singularidade. Podemos dizer que ao se constituir como sujeito este estabelece malhas na relação social onde age, pensa e sente. Isto antes mesmo de ter consciência de sua presença na realidade, na familiaridade no mundo da manipulação e da cotidianidade, como nos traz Kosik (2002, p.34) “[...] é na impessoalidade de um alguém - ninguém que age dentro dele, pensa dentro dele, protesta dentro dele com seu nome e com o nome eu”.

Marx ao pensar no sujeito/classe operária tratava de tornar o sujeito capaz de autoconsciência que subsume em si subjetividades individuais, ou seja, é capaz de expressar a referida existência de maneira a engendrar do seio do ser intelecto irreal os seres naturais, seu próprio intelecto abstrato (MARX, 2003).

Diferente de Durkheim (1978), segundo o qual o indivíduo isolado é uma pura abstração, e o sujeito é um produto da sociedade. Em palavras textuais: “Os indivíduos são como marionetes de uma ilusão de liberdade”. Estudiosos do marxismo colocam como pensamento de Marx, a respeito do sujeito e seu papel às vezes como sujeito histórico, o reconhecimento do sujeito como uma ação coletiva organizada e outras como sujeito individual na qualidade de categoria social. Lukács (1970) em *História e Consciência de Classe* busca reviver no pensamento Marxista a idéia do sujeito ativo. O desenvolvimento histórico tem mostrado quão problemáticas são do ponto de vista teórico, político, organizativo e prático, essas premissas de Lukács. Isto é, ao privilegiar a historicidade apenas da classe (em última instância, um conceito de ênfase econômica), Lukács (1970) deixou escapar a complexidade das realidades históricas e a singularidade dos sujeitos.

Kosik (2002) se apóia em Marx, *Fetichismo da mercadoria* (1971) e a *Fórmula trinitária* (1971), quando desenvolve seus textos. Ele analisa como o valor incorporado que cada produto do trabalho é um hieróglifo social, ou seja, o sujeito no mundo é o que o seu mundo é. Surge na relação, como “mercadoria” e daí como relação entre coisas e entre pessoas. O fetichismo consiste na falsa consciência onde o real se mostra como mercadoria porque, realmente, na sociedade burguesa as relações entre pessoas, às relações sociais, apresentam-se como relações entre coisas (produtos de trabalho). Nessa relação o sujeito aparece como se não lhe pertencesse e isto tanto na forma de falsa individualidade, como da falsa coletividade, os nós fetichizados (KOSIK, 2002). Portanto, o pensamento social que constrói os instrumentos analíticos, para dissolver a névoa do fetichismo, só pode fazê-lo em nível do conhecimento do sujeito. Ou seja, trata-se de uma operação social que pode ser realizada apenas por sujeitos históricos.

No texto da *Fórmula trinitária* Marx (1971) tenta desvelar a cortina ideológica que nos leva a pensar o capital produzindo lucro, a terra produzindo renda fundiária e o trabalho produzindo valor, apropriados como capital. Ao revelar a reificação do pensamento que reduz tudo à relação entre coisas, Marx demonstra que estão aí implicadas profundas relações sociais de dominação historicamente condicionadas.

Quais as implicações históricas neste tempo que produzem valor em troca de um salário?

Na existência deste sujeito ele se mistifica ou se torna real, preenche o lugar vazio que na cotidianidade se transforma em instrumento e máscaras do sistema. Portanto, a economia é a aparência resultante de intrincadas relações entre os seres humanos. Neste sentido, os sujeitos aparecem como o ser que estabelece o par dialético entre as forças produtivas e as relações de produção onde os limites são indeterminados. Portanto, necessitam “ao mesmo tempo ser produtor de seu próprio produto e um agente histórico que não pode, em caso algum, passar por um produto” (SARTRE, 1978, p. 28). Porém, este par dialético aparece e pode ser produto do ponto de vista econômico, como fetiche ou como superação enquanto sujeito sentir – pensante.

A noção de que tanto a natureza como o social não é dado, pois resultam do processo histórico que os origina e transforma, traz referência clara ao marxismo, destacando a dimensão histórica da realidade, seja esta físico-biológica ou social. Deste modo, natureza e social não são dados, há um movimento permanente que os produz e modifica, caracterizando-se tanto a natureza quanto a própria coletividade humana enquanto processo:

A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente (MARX; ENGELS, 1984, p. 23-24).

Destaca-se aqui a dimensão materialista-histórica da teoria marxista: existe um mundo material que antecede à existência do próprio homem; este mundo, porém, uma vez conhecido/transformado pela ação humana, deixa de ser natureza em si para se transformar em natureza significada e, portanto, cognoscível. É nesse momento que talvez tenhamos a maior expressão do sujeito sentir – pensante. ao mesmo tempo em que cognitivamente reage também transforma pensamento em um agir afeto - intuição incorporando portanto a noção de si e do outro, deixando as ações de isolamento do outro em função de sua própria posição no universo para estabelecer uma relação generosa com o mundo e com suas relações sociais.

O sujeito sentir - pensante tem em sua tessitura a formação de humanos capazes de introjetar as experiências contraditórias de sua história e das concepções históricas coletivas constituindo-se de movimentos e de transformações

que estabelecendo relações unificadoras desmistifica a presença do sujeito / sujeito no sentido foucautiano. Assim, encaminha-se para a transposição da experiência da subjugação real para construir sujeitos. Sujeitos capazes de produzir não por alienação, mas por processos que mobilizam outros sujeitos constituindo a base para a incorporação das experiências vividas de relações de produção, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de exploração, tomando assim a forma de consciência social com disposição de agir como classe.

Não é o pensamento que determina a possibilidade de mudança, nem tampouco o sentimento. O pensamento às vezes está imbricado no emaranhado da construção da subjugação social e cultural dos sujeitos e seus níveis de consciência não lhes permite romper com o repetir sem crítica as ações mobilizadas pelas organizações que determinam seu modo de agir. Quanto ao sentimento, este tem como força os estímulos advindos das necessidades individuais e coletivas. No entanto, nem sempre toma consciência de que os apelos aí jogados constam de uma estratégia para adesão dos sujeitos ao sistema, sem que o mesmo tenha possibilidade de romper com as amarras que lhes foram colocadas invisivelmente para a subjugação do sentimento ao pensamento.

O sujeito sentir - pensante é aquele que ao movimentar dialeticamente essas funções, sentimento (afeto - intuição) e pensamento (razão), adquire a capacidade de modificar a lógica imperialista da vontade dos sistemas. Discutir, para além das amarras, novos campos de construção social recuperando a capacidade de ao mesmo tempo ser crítico do tempo em que vive e das imposições a que lhe submetem. Agir afetivamente com o outro no sentido de afirmar o caminho de desenvolvimento individual e coletivo para a construção de uma sociedade solidária e de enfrentamento aos diferentes interesses de escravidão social e mental.

3.5 Tempo e Movimentos dos Desafios para os Sujeitos Sentir - Pensantes

A minha construção como trabalhador, sujeito sentir – pensante, em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados me permite refletir sobre a necessidade e a urgência de revisar aspectos da formação/educação desses trabalhadores. Também, de reescrever o futuro do processo formativo frente a uma

nova realidade, retratada nas transformações radicais que vem ocorrendo nas maneiras de ver, de pensar, de sentir, de conhecer, de produzir e de relacionar-se no contexto sócio-econômico e geopolítico que configura a sociedade brasileira.

A aventura que me permito é a de navegar por caminhos desconhecidos até então aos trabalhadores em VISAPAF. O problema de estudo aqui, é: **a formação/educação dos sujeitos sentir – pensantes na Vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados - VISAPAF a partir de 1996.**

Enquanto justificativa e relevância, pretendo com este estudo despertar na instituição o interesse em promover modificações nos processos educacionais, valorizando o ensino como mandato social, como responsabilidade de Estado. Onde o envolvimento “organismo social” seja efetivamente partícipe na convicção de que o melhor sistema educacional é o que decorre da construção coletiva da sociedade. Impõe-se, por conseguinte, introduzir modificações na práxis como teoria e prática da formação profissional, assumindo como parâmetros os ditames humanísticos, éticos e comunitários, mas sem esquecer que a nossa realidade esta conectada a contemporaneidade de um mundo globalizado.

Os trabalhadores mesmo sem perceber, sem refletir, pois são somente “treinados para ação”, manifestam de forma silenciosa a sustentação das ideologias do Estado e de oposição a eles mesmos, diante das relações de produção que o trabalhador estabelece com o seu trabalho.

Observando as exterioridades a que são submetidos os trabalhadores de VISAPAF, bem como as contradições entre os anseios destes com os desejos da instituição me permiti construir as seguintes teses:

Tese principal:

No trabalho de VISA/PAF, o trabalhador tem possibilidades de, através das relações que estabelece com o seu trabalho, organizar coletivamente seus caminhos de formação/educação para desenvolver, diante das condições atuais de realização do trabalho uma luta pelo direito a uma formação/educação para saúde, de forma que esta oportunize as ferramentas do conhecimento necessárias para o desenvolvimento de suas ações como trabalhadores de saúde, participando com consciência crítica

no objetivo de buscar uma educação que transcenda o simples treinar e apreender em serviço.

Teses secundárias:

1. A mercantilização do trabalho em saúde - VISAPAF é uma amostra dos processos de privatização do espaço público na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
2. O espaço público – VISAPAF - é organizado e desorganizado pelo exercício do trabalho, diante das condições em que são realizados.
3. Transversalmente ao exercício do trabalho em VISAPAF, os trabalhadores lutam para manter o espaço público, conclamando por uma formação/educação que lhes permita dar conta das ações a que estão submetidos quando do exercício de suas funções, contraditando a sustentação a que inconscientemente estão servindo para a ideologia dominante.

Estas teses resultam do processo de discussão do problema inicialmente formulado no projeto: refletir criticamente, junto com os trabalhadores de vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na sede, em suas Coordenações Estaduais e em seus Postos nos municípios: Quais são os processos de formação/educação que circulam até o momento e que levaram os trabalhadores a darem como resposta o distanciamento entre a prática (policialesca) e a construção de uma consciência/cultura sanitária?

Após realizar o processo de pesquisa e a coleta de dados e organização de idéias foi preciso (re)significar o **problema de pesquisa**: refletir a cerca dos conteúdos e das propostas de educação realizadas ou elaboradas até o presente e oferecidas aos trabalhadores de VISAPAF. Também observar quando se estabelecem os pontos deste treinamento em que o Estado fixa as metas para que os trabalhadores passem a ser os sustentadores das ideologias deste Estado, deixando, assim, de serem trabalhadores, somente, atentos a suas tarefas, para exercê-las também com a plena reflexão sobre o caráter de sua ação, para exercerem uma atividade que perpassa o campo tarefairo das ações de fiscalização. Porém passando a alcançar as dimensões das relações de mercado, da atividade produtiva, das

relações diplomáticas que o Brasil estabelece com outros países, das hegemonias econômicas mundiais, sem se falar no processo de privatização do Estado em torno do movimento, articulado, dito neoliberal.

Ao realizar este estudo busquei alcançar os seguintes **objetivos**: conhecer os sujeitos capazes de ensinar/apreender/ensinar dentro de uma dialética, enquanto construtores de um Estado, mediante o qual podem construir os papéis da formação/educação técnico e profissional na produção social da existência humana; avaliar/reavaliar e socializar os conhecimentos necessários à formação e construção dos processos de formação/educação, na busca de concretizar em ações os conhecimentos técnicos científicos de forma crítica, não deixando que o pragmatismo dito neoliberal o transforme em mero TREINAMENTO e sim gerando autonomia aos sujeitos, na relação com o trabalho. “*Desmistificar o conceito de fiscal/regulado*” (ROC – MI).

IV O FAZER NO TEMPO E NO MOVIMENTO EM FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO

Neste capítulo, construo o caminho percorrido na realização da pesquisa. Depois de delimitado e determinado o objeto do estudo, descrevo o tipo e sua natureza qualitativa, a população e a amostra, os instrumentos que usei para a coleta de dados e o caminho que percorri para a análise e interpretação dos mesmos. Este estudo tem como fundamento teórico e metodológico os pressupostos do materialismo histórico dialético.

4.1 Conhecimento e Formação/Educação

A minha grande preocupação é o método enquanto caminho de conhecimento. Mas a gente ainda tem que perguntar em favor de que conhecer e, portanto, contra que conhecer; em favor de quem conhecer e contra quem conhecer. Essas perguntas nos levam a outra obviedade que é a natureza política da educação. (FREIRE, 2004, p. 37).

Retomando a história do espermatozóide, tal como na história das articulações políticas entre eles e os ovócitos de II ordem (aqui também a escolha do método é política e se dá por meio da articulação entre a história), o trabalho como espaço de contradições e a vida como totalidade.

Na busca de articular o projeto de pesquisa do PPGEduc com a instituição a ser pesquisada, ANVISA, o PPGEduc / FACED/ UFRGS encaminhou carta de apresentação do pesquisador, solicitando autorização para a realização da pesquisa junto a instituição, conforme anexo A.

Após realização de reunião da Diretoria Colegiada da Agência, o PPGEduc / FACED/ UFRGS recebeu o documento datado de 29 de outubro de 2003, onde a diretoria autorizava a pesquisa e se comprometia a fornecer todo o apoio para o desenvolvimento do projeto, conforme anexo B. Portanto, por tratar-se de uma pesquisa que envolve seres humanos, sujeito político com vontade, liberdade e consciente de suas funções sociais. Importante tratar esse trabalho com as devidas considerações éticas, não só para atender determinações legais, mas por que se

assim não o fosse estaria incorrendo na mais inacreditável falsidade ideológica. Para dar conta desta demanda estudei e apliquei os conhecimentos sobre a ética em pesquisa com seres humanos tão exaustivamente estudados por Goldim (1997). Foi encaminhado aos entrevistados um Termo de Consentimento Livre e Informado conforme apêndice B. Os participantes das oficinas foram informados oralmente do vínculo com a pesquisa e disponibilizaram o material que quiseram para efeito do estudo. Os envolvidos foram esclarecidos de que se tratava de uma iniciativa acadêmica de pós-graduação, de inteira responsabilidade do pesquisador e que contava com a orientação e amparo legal do Programa de Pós - Graduação em Educação – PPGEdU da Faculdade de Educação - FACED da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Informei que estaria garantida a preservação do anonimato e do sigilo na coleta de informações e na construção do relatório final, na tese.

Essa pesquisa se fundamenta nos propósitos do materialismo histórico que procura as causas mediatas e imediatas do acontecimento pesquisado, com o escopo de compreender as reproduções historicamente intrínsecas no desenvolvimento do fenômeno. Com o apoio no estudo de caso, como modelo de pesquisa, recostei-me nos pressupostos da complexidade da teoria marxista para escorar a análise do acontecimento. De acordo com Triviños (1987, 2001), o estudo de caso na perspectiva da pesquisa de natureza qualitativa, permite analisar o fenômeno aprofundadamente em uma dada realidade social. Sendo assim, esta pesquisa se constitui em um saber em torno do acontecimento estudado. Desta forma, a formação/educação dos trabalhadores em VISAPAF e os resultados obtidos a partir desta pesquisa se constituem de generalidades que podem vir a interessar a grupos de especialistas como ponto de análise que caminhe no desenvolvimento de idéias, significados e compreensão sobre o fenômeno estudado.

Ao buscar os objetivos pretendidos, ou seja, como se deu e se dá os processos de ensino-aprendizagem em VISAPAF usei o método qualitativo baseado na dialética crítica, pois segundo Kosik (2002, p. 22) “o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal”

Dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (KOSIK, 2002 p. 39).

Nesse sentido é preciso entender o método como pesquisa vivenciada e sabendo que sem o “pleno domínio de tal método, “qualquer dialética não passa de especulação vazia” (KOSIK 2002, p. 37). Para Triviños:

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais (1987, p.130).

Triviños ainda nos chama atenção para o fato de “que devemos ter certeza que o objeto de estudo é um fenômeno material ou que também pode ser relação entre fenômenos” (2001, p. 41).

Minha pesquisa centrou-se no estudo relativo ao grupo que atualmente exerce as funções de controle sanitário em VISAPAF, bem como nas relações intra e interinstitucionais da ANVISA com órgãos formadores, analisando a perspectiva dos processos de ensino aprendizagem, dentro de um contexto com saberes, níveis de escolaridade e categorias profissionais tão distintas. Lugar esse em que os conflitos ideológicos, cognitivos, educacionais e de formação estão permanentemente presentes.

O referencial teórico - metodológico é orientado pela perspectiva que considera a produção do conhecimento em dadas relações de produção. A postura dos chefes/responsáveis de postos é de sujeitos históricos do processo, intervindo nos elementos estruturantes da situação pedagógica. Segundo Cheptulin (1982) e também Kosik (2002) o trato com o conhecimento, as relações de poder e as formas de construção do conhecimento são elementos fundamentais para dar cabo à necessidade de refletir criticamente a formação/educação destes trabalhadores.

Delimito como problemática significativa específica para o estudo, o par dialético: *a organização do processo do trabalho em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados - o trato com o conhecimento.*

Implícita em qualquer proposta metodológica se oculta uma concepção do valor que se atribui à educação, ao ensino, assim como certas idéias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e de apreender. Segundo Kosik (2002) o método da pesquisa compreende três graus:

1. minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis disponíveis;
2. análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material;
3. pesquisa-ação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas do desenvolvimento (2002, p. 37).

No intuito de atender aos três graus apresentados realizei, primeiramente, a coleta de dados; em segundo lugar analisei detalhadamente o material coletado e posteriormente, interpretei, à luz das contradições manifestas, a coerência que compõe a totalidade do fenômeno do estudo.

O processo de pesquisar reúne o pensamento e a ação de muitas pessoas no esforço de elaborar um conhecimento sobre aspectos da realidade que deverão ser úteis para a formação de propostas e encaminhamentos de solução dos problemas da pesquisa.

[...] enquanto uma postura ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 2000, p.73).

4.2 Coletando Elementos para Propor Mudanças

Para a coleta de dados lancei mão de três procedimentos metodológicos: 1. a observação participante para apreensão dos dados significativos realizada com a participação nas oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF e da Oficina de Sensibilização realizada com os Chefes de Postos de PAF; 2. entrevistas semi-estruturadas e, 3. a análise dos conteúdos das oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF, da Oficina de Sensibilização realizada com os Chefes de Postos de VISAPAF e da legislação da área de Vigilância Sanitária.

A população na pesquisa qualitativa, como diz Triviños (2001), é considerada uma referência, sendo a amostra, uma parte desta população delimitada pelo pesquisador, a partir de critérios intencionais, de acordo, com os objetivos da investigação que orienta a seleção dos sujeitos que participarão da pesquisa. A

população deste estudo (entrevistados) é constituída por gestores da ANVISA e da extinta Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária.

Ao utilizar a entrevista semi-estruturada como técnica na coleta de informações entendo que esta seja a melhor forma, pois permite ao investigador, orientado pela teoria, elaborar as perguntas adequadas e como conseqüência também permite ao sujeito da pesquisa organizar e reorganizar seus conhecimentos a cerca do material estudado. A cerca disso Triviños nos diz:

A entrevista semi-estruturada, com um conjunto básico de perguntas que aponta fundamentalmente para a medula que preocupa o pesquisador, é uma das ferramentas que utiliza a pesquisa qualitativa para alcançar seus objetos. A entrevista semi-estruturada começa com um número determinado de interrogativas, podem concluir com trinta, quarenta, sessenta ou mais perguntas, porque cada pergunta feita pelo entrevistador, à resposta recebida pode originar outras perguntas do investigador (2001, p. 35).

Assim, realizei 09 entrevistas das 12 inicialmente previstas no projeto, algumas em Brasília e outras no Rio de Janeiro e São Paulo ainda no período em que vivia a expectativa de ter minha recomendação de mudança de nível de mestrado para o doutorado aprovado.

Para cada entrevista gravada e transcrita, formatei conforme o roteiro de perguntas. Corrigi expressões e palavras, tendo sempre o cuidado de manter os relatos mais fidedignos da fala dos entrevistados. Várias foram as vezes que escutei e reli as entrevistas na busca das categorias empíricas, sendo que as perguntas básicas foram as que melhor me auxiliaram nesta definição. As perguntas do roteiro, comuns aos entrevistados, fixam a possibilidade de limites dos fenômenos, pois, a partir destas e com a obtenção das respostas, surgem perguntas derivadas que aprofundam os horizontes da temática pesquisada. (Apêndice A – Roteiro de entrevistas). As entrevistas tiveram duração média de duas horas. Os entrevistados foram:

1. Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;
2. Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária 1;
3. Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária 2;
4. Responsável pela Comissão de Recursos Humanos da Anvisa;
5. Gerente de Recursos Humanos da Anvisa;
6. Gerente Geral de Vigilância Sanitária de Portos Aeroporto e Fronteiras da Anvisa;

7. Gerente de Planejamento, Avaliação e Acompanhamento da Gerente Geral de Vigilância Sanitária de Portos Aeroporto e Fronteiras;
8. Gerente de Inspeção de Produtos e Autorização de Empresas em Portos, Aeroportos, Fronteiras;
9. Coordenador da Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras, Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador.

Todos os entrevistados, quando citados, são nomeados pela letra E acompanhada de um número obedecendo à ordem das entrevistas. Os fragmentos das falas são utilizados neste estudo como conteúdo básico e de acordo com Cheptulin (1982) servem como elementos essenciais de definição da categoria, permitindo que ocorra distinção entre outras categorias, pois é importante saber que esse conteúdo não é acabado, nem tampouco petrificado na sua realidade. Após muitas releituras e com o objetivo de identificar as falas dos entrevistados construí as categorias empíricas definidas e identificadas de acordo com as fragmentações das falas como mostra o quadro (1) a seguir.

CATEGORIA	CONTEÚDOS: entrevista com gestores/nível central não trabalhadores de VISAPAF
TRABALHADORES DE VISAPAF	1.avaliação de desempenho 2.antigos e novos 3.adestramento de.habilidades 4.perfil 5.profissionalização 6.treinamento 7.carreira 8.risco 9.reciclagem 10.aprender pela prática 11.qualificação
TRABALHO EM VISAPAF	1.avaliação de desempenho 2.carreira 3.risco 4.aprender fazendo 5.desempenho das ações 6.controle 7.regulação
FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO	1.plano de capacitação 2.políticas de RH 3.reciclagem 4.treinamento 5.aprender fazendo

Quadro 1: Temas e categorias empíricas construídas a partir da transcrição da fala dos entrevistados

Fonte: Coleta de dados realizada no Brasil entre 2004 – 2007.

Na década de setenta muitas pesquisas classificaram o mundo do trabalho como composto pelos trabalhadores, pelos administradores e pelos técnicos. André

Gorz no livro *Crítica da Divisão do Trabalho* (1980) identifica os técnicos como o grupo que realiza trabalho assalariado, recebe altos salários (no sentido fordista do termo) e se percebe como representante da administração. Nesta pesquisa não pretendo uma ação classificatória deste tipo. Ao contrário, é a partir deste pressuposto que organizo a forma, no entanto a compreensão que estabelece se dá no movimento dialético entre quem faz e gesta, quem gesta e faz e quem gesta e não faz.

Inicialmente o estudo seria realizado através de grupos focais como instrumento operacional do respectivo processo pesquisativo, porém como já citado anteriormente, durante o processo investigativo assumi o lugar de direção dos sujeitos participantes da pesquisa. Foi necessário utilizar outro mecanismo para a abordagem com os trabalhadores - 08 (oito) oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF com a presença de representantes de todas as Coordenações da área. Abrangeram as cinco regiões geográficas do território, e na região nordeste foram realizadas duas oficinas, levando em consideração o número de estados que compõem a região, totalizando seis oficinas e uma nacional com representantes das seis oficinas. Para dar conta da coleta de dados foi necessário realizar uma oficina em que estivessem presentes os chefes de postos.

As oficinas foram realizadas através de um projeto articulado entre a ANVISA e a UFRGS sob a coordenação das professoras Carmen Lucia Bezerra Machado e Mara Nibia da Silva, tendo em vista que, como gestor do sistema, pude colocar em ação o que entendia como motivação para a proposta inicial de dissertação de mestrado, como nos diz Freire (2004, p.15): “A motivação faz parte da ação. É um momento da própria ação. Isto é, você se motiva à medida que está atuando, e não antes de atuar”. E esta foi uma das técnicas utilizadas no processo de pesquisa, contatando diretamente com os sujeitos que realizam a ação de fiscalização e, com eles captar, construir e recriar o conteúdo deste estudo.

Utilizar as oficinas como recurso pesquisativo facilitou o emergir do que está acomodado internamente nos sujeitos e as condições que o grupo lhes proporcionou garantem a segurança para desvendar as contradições, as dúvidas e suas opiniões, muitas vezes silenciadas pelo costume de ser silenciosos / silenciados pela necessidade de ser o operador da ação, abrindo a oportunidade de ser um sujeito que

pense, critique, sinta e, por meio da relação com o conhecimento, possa decidir pela operação em ação.

Ao abordar o estudo através de oficinas, busquei como orientação para o desenvolvimento os ensinamentos das técnicas de Grupos Focais na pesquisa social. Nesse momento, tornou-se importante este tipo de técnica tendo em vista que estou construindo outras possibilidades de futuro no campo social com a finalidade de possibilitar formular novos juízos, que ,dialética e historicamente, caminhem para o desenvolvimento de trabalhadores autônomos em suas reflexões e sensíveis na sua humanidade. A escolha se deu, tendo em vista que a demanda deste estudo estabelece uma postura crítica e dialética, visando à superação dos pontos contraditórios, tornando-os públicos para que possam também ser submetidos a outras críticas, o que requer esforços analíticos que ao (re) interpretarem e trabalharem em consonância com as demandas dos cidadãos, coloca-os em posição de destaque no campo metodológico.

Entendo que é na ação humana, que os Sujeitos Sentir - Pensantes demonstram o movimento de refletir conscientemente construindo verdades, vivendo a realidade e se relacionando afetivamente (subjetivamente) não com esquemas fetichizados, mas com outros sujeitos que genericamente e historicamente movimentam-se, constituindo-se em suas contradições riquezas de poderes corporais e espirituais. Neste sentido Eagleton (1999) nos ajuda a pensar “[...] Marx propõe-se a resgatar as instituições humanas da falsa eternidade que o pensamento metafísico lhe atribui; o que foi historicamente criado pode sempre ser historicamente mudado”.

Os sujeitos da pesquisa ao participarem das oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF e da Oficina de Sensibilização realizada com os Chefes de Postos de VISAPAF se comunicaram a partir de sua verticalidade, referenciados por suas experiências pessoais. Como afirma Pichòn-Rivière (1991), foram porta-vozes de seu grupo de referência e, portanto, sua verticalidade abarca a horizontalidade do grupo a que pertencem.

Este procedimento sugere que se inter-relacione determinadas expressões ou temas mais recorrentes em contextos específicos, a fim de se constituírem categorias de análise. A categorização constitui um fator fundamental na análise de conteúdo, pois através dela é possível visualizar e atribuir significação às características que são identificadas nas mensagens analisadas (TRIVIÑOS, 1987).

As oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF foram realizadas em 06 (seis) estados da federação, cada uma com duração de 24 horas. Os locais das oficinas foram: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Goiânia, Maceió, Recife e Belém, num total de 144 horas e uma nacional, realizada em Porto Alegre com duração de 12 horas, resultante da solicitação dos participantes de todas as oficinas. Desta maneira tivemos 156 horas de atividades coletivamente realizadas.

Cada oficina contou com a participação de 4 a 6 representantes por Estado de acordo com os seguintes critérios: paridade entre níveis de escolarização por realizarem a mesma atividade de trabalho; semelhante representação de gênero; predomínio de trabalhadores que não ocupassem postos de chefia.

A realização de cada oficina foi efetivamente composta de três momentos: Sensibilização como expor de si, do outro e do coletivo; exercício do olhar: redimensionando o trabalho como cuidado consigo, com o outro e com o coletivo e avaliação de necessidades em VISAPAF: da repetição - impotência à criação-compartilhada, com vistas a construir os movimentos que permitiram à sensibilização e a avaliação das necessidades de formação dos trabalhadores, numa abordagem técnica, ética e comprometida com a sua educação e com a produção de conhecimento em VISAPAF, necessária para estabelecer as relações com os usuários deste serviço.

Cada oficina teve duração de três dias de intenso convívio onde se desenvolveu um processo que circulou da timidez, raiva, resistência à troca, interlocução, apropriação da fala, restituição da política como espaço de construção coletiva da visibilidade de si e do outro (MACHADO; SILVA, 2007).

Para construção deste texto os registros das falas, a leitura das modelagens em argila/massa, das imagens fotográficas ou filmagens, ou as escritas manifestas pelos trabalhadores de VISAPAF estão identificados como ROSA – Relatório das oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF. Estão acompanhadas de MI quando se tratar de manifestação individual; MG quando manifestação do pequeno grupo de 4 a 6 trabalhadores e MC quando se referirem as conclusões coletivas. Nenhuma delas estará identificada por local ou pessoa atendendo ao compromisso ético de não identificação dos participantes da pesquisa.

Pudemos trabalhar diretamente com quem realiza as ações em VISAPAF caminhando para além do significado de trabalharmos o indivíduo, mas poder em seu espaço trabalhar o coletivo solidário, promovendo o reconhecimento do trabalho e do trabalhador em VISAPAF. Percebe-se em algumas falas dos participantes:

As sensações expostas pelos diversos colegas, me mostram uma coisa que julgo interessante: Somos humanos, estamos vivos, queremos mudanças, estamos dispostos a buscar e fazer as mudanças necessárias para que outras pessoas possam descobrir a humanidade e vida em si mesmas (ROSA-MI).

Saudades dos amigos que passaram pela ANVISA, com idéias inovadoras que poderiam inovar as ações inerentes à vigilância sanitária, mas que foram incompreendidos (ROSA-MI).

Nesta etapa do estudo escutando, transcrevendo, lendo e olhando as imagens analisei todos os materiais gravados em áudio e em mídia visual – filmagens, modelagens e fotografias - busquei obter o mais fidedigno relato possível das falas, dos escritos, bem como das imagens individuais, as do pequeno grupo ou do coletivo. Após esse exercício construí categorias empíricas que são apresentadas no quadro 2 e que será orientadora das análises a partir das categorias essenciais, matéria, consciência social, prática social, ideologia, relações de produção da historicidade, força de trabalho em relação aos meios de produção e da totalidade. No apêndice D trago a síntese do relatório da oficina.

CATEGORIA	Conteúdos: oficinas chefes/VISAPAF
TRABALHADORES DE VISAPAF	1.Sujeito da ação 2.Capacitação para gestão 3.Remuneração(Antigos Novos) 4.Reconhecimento do lugar de .trabalhador (direito e deveres) 5.Informação (coordenação – postos) 6.Preparo ?? exigência do setor regulado 7.Exigência de conhecimento por parte do setor regulado 8.Diferença de oportunidade de capacitação entre os níveis dentro do grupo antigos 9.Lugar que VISAPAF ocupa na ANVISA (direitos) 10.Status (poder) 11.falta gratificação – disputa(não existe) 12.Qualificação 13.Reconhecimento de VISAPAF .Carreira típica de estado 14.Identidade profissional 15. RH (falta e capacitação) 16.Valorização 17.Descontinuidade administrativa (política)

	18.Desmotivação 19.Lidar com a política acima da .saúde (pressão para ação) 20.Critérios de risco 21.Avaliação (Reconhecimento financeiro) 22.Desconhecimento das ações de VISAPAF pela sociedade
TRABALHO EM VISAPAF	1.Remuneração (antigo e novo) 2.Reconhecimento do trabalho (direito e deveres) 3.Informação (coordenação – postos) 4.Exigência de conhecimento por parte do setor regulado 5.Lugar que VISAPAF ocupa na ANVISA (direitos) 6.Reconhecimento de VISAPAF como carreira típica de estado 7.Descontinuidade administrativa (política) 8.Critérios de risco 9.Desconhecimento das ações de VISAPAF pela sociedade
FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO	1.Capacitação para gestão 2.Qualificação (desigual entre antigos e novos – 3.Redistribuídos e concursados) 4.Preparo ?? Exigência do setor regulado 5.Exigência de conhecimento por parte do setor regulado 6.Diferença de oportunidade de capacitação entre os níveis dentro do grupo antigos e entre os novos 7.Descontinuidade administrativa (política) Critérios de risco

Quadro 2: Temas e categorias empíricas construídas a partir da transcrição da fala do material escrito, das imagens dos ROC.

Fonte: Coleta de dados realizada no Brasil entre 2004 – 2007.

Outro mecanismo construído para efetivação da busca de material para análise foi a Oficina de Sensibilização realizada com os Chefes de Postos de VISAPAF, em Florianópolis de 06 a 10 de novembro de 2006, também coordenada pelas professoras Mara Nibia da Silva e Carmen Lucia Bezerra Machado, em que estiveram presentes 109 chefes de postos, todos trabalhadores de VISAPAF concursados e pertencentes ao quadro específico de servidores – PEC/ANVISA. A carga horária para o desenvolvimento dos trabalhos foi de 40 horas. A metodologia da oficina seguiu o mesmo formato das Oficinas de Sensibilização e Avaliação das Necessidades de Formação para as Ações Estratégicas em VISAPAF, tendo em vista que o objetivo era poder buscar juntos aos trabalhadores que ocupavam o cargo²⁵ de chefia (gestor,) naquele momento, condições de avaliação coletiva das necessidades, possibilidades e dificuldades do lugar de chefe de posto utilizando as técnicas de: *Sensibilização*

²⁵ Aqui o cargo de chefe aparece às vezes como função gratificada e outras como responsabilidades sem a função gratificada respectiva. Situação esta que sempre colocou os servidores em discussão e várias vezes foram utilizadas como forma de negociação entre os sujeitos que ocupavam tal responsabilidade e a coordenação para ganho individual, tanto por parte da coordenação como dos trabalhadores envolvidos.

como expor de si, do outro e do coletivo; exercício do olhar: redimensionando o trabalho como cuidado consigo, com o outro e com o coletivo e avaliação de necessidades em VISAPAF: da repetição - impotência à criação-com-partilhada.

Cabe salientar que digo quadro específico, pois atualmente nas agências reguladoras existem quadros distintos com carreiras de servidores concursados para exercerem as funções de Analista e Especialista Técnico em Regulação e Analista e Técnico Administrativo sendo que os trabalhadores de VISAPAF ocupam o quadro chamado de Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – PEC/ANVISA. O PEC/ANVISA é formado pelos trabalhadores que foram redistribuídos da antiga Secretaria de Vigilância Sanitária e será extinto à medida que seus ocupantes aposentem-se ou por qualquer outra razão deixem a ANVISA.

Aqui as falas e as escritas dos participantes das oficinas estão identificadas como ROC - Relatório das Oficinas de Sensibilização realizadas com Chefes de Postos. Quando forem fala ou escritas individuais, serão identificadas como manifestação individual – MI, ou manifestação de pequeno grupo – MG ou ainda manifestação coletiva – MC. Nenhuma delas estará identificada por local ou pessoa atendendo ao compromisso ético de não identificação dos participantes da pesquisa.

Aqui também construí a partir das falas, escritas e imagens as categorias empíricas que me ajudaram a desenvolver as análises deste estudo, conforme quadro 3. A síntese do relatório da oficina está no apêndice E

CATEGORIA	Conteúdos: oficinas com os trabalhadores VISAPAF
TRABALHADORES DE VISAPAF	1. Invisíveis (ausência da fala entre outros) 2. Sem reconhecimento 3. Descompromisso da chefia 4. Valorização (dos outros, de si mesmo como forma de ser reconhecido) 5. Interação 6. Companheirismo 7. Mais trabalhadores para funções 8. Mais do que mero agente de fiscalização Fiscais (para garantir a saúde humana) 9. Postura profissional 10. SUS não fazia parte da nossa cabeça 11. Mídia (tornar-se visível) 12. Poder esclarecer a população 13. Comunicação (com os postos, com a coordenação, com o nível central, com a mídia e com a população) 14. Atenção à saúde do trabalhador 15. Ética 16. Perfil fiscal
TRABALHO EM VISAPAF	1. Local inadequado 2. Valorização

	<ol style="list-style-type: none"> 3. Ação verticalizada de cima para baixo 4. Não há comunicação entre gerencia e coordenação 5. Falta de estrutura formal das coordenações 6. Padronização das ações 7. Sistemas de informação (entre os postos) 8. Reconhecimento da instituição 9. Trabalho em equipe 10. Criação de políticas para VISAPAF 11. Descentralização de recursos financeiros para estados e postos definam sua aplicação 12. Ética profissional 13. Equipamento adequado 14. Qualidade de vida 15. Identidade profissional 16. Avaliação da coordenação Por eles) 17. Otimização de RH nas coordenações 18. Planejamento estratégico
FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informação necessária 2. Especialização descentralizada 3. Formação permanente dentro da área de interesse em VISAPAF 4. Treinamentos específicos 5. Capacitação que proporcionem segurança para ação (aumento do conhecimento) 6. Capacitação em ética 7. Capacitação com ênfase na prática 8. Risco sanitário – conceito e abrangência do termo em VISAPAF 9. Cursos (básico de VISAPAF, línguas, informática, produtos, viajantes, legislação, epidemiologia gestão e planejamento, saúde pública) 10. Na oficina várias referências sobre a liberdade da fala)

Quadro 3: Temas e categorias empíricas construídas a partir da transcrição da fala do material escrito, das imagens dos trabalhadores.

FONTE: Coleta de dados realizada no Brasil entre 2004 – 2007

Neste estudo foram envolvidos sujeitos com diversas formações escolares (nível superior, nível médio e nível fundamental), com formações profissionais diferenciadas (medicina, enfermagem, farmácia, nutrição, engenharia, sociologia, psicologia, arquitetura, pedagogia, relações internacionais, economia, técnicos de enfermagem, auxiliares administrativos, agentes de portarias, auxiliares de serviços diversos, etc), mas que realizam as mesmas tarefas: as ações de controle sanitário em portos, aeroportos e fronteiras, o que penso constituir uma das contradições deste processo de trabalho e de formação/educação.

O movimento foi o de oportunizar uma visão ampliada das relações entre quem “pensa” e quem “executa” a ação, pois, com as entrevistas, tive um panorama do pensamento dos gestores em VISAPAF e, com as oficinas, um panorama da situação do conhecimento dos trabalhadores para ação.

Complementando o material foram analisados todos os documentos que emergiram da Oficina de Sensibilização realizada com os Chefes de Postos de VISAPAF e das oficinas de sensibilização e avaliação das necessidades de formação para as ações estratégicas em VISAPAF e as seguintes normas e os documentos solicitados a Agência conforme apêndice C.

Lei nº. 6437, de 20 de agosto de 1977, atualizada pela Medida Provisória nº 2190-34, de 23 de agosto de 2001;

Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990, atualizada pela Lei nº 1108, de 07 de abril de 2005;

Lei nº. 9782, de 26 de janeiro de 1999, atualizada pela Lei nº 10871, de 20 de maio de 2004;

Decreto nº. 3029, de 16 de abril de 1999, atualizado pelo Decreto nº 4220, de 07 de maio de 2002;

Resolução RDC nº. 1, de 01 de outubro de 1999, atualizada pela RDC nº 50, de 28 de março de 2001;

Lei nº. 9986, de 18 de julho de 2000, última atualização em 15 de setembro de 2005 através da medida Provisória nº269.

A análise de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico, segundo Delgado (1999) pode ser re-elaborada de acordo com os objetos da pesquisa. Durante a pesquisa, as análises dos documentos assemelharam-se àqueles realizados na observação sistemática do comportamento natural ou como nos diz Bardin (1977, p. 6) “ele se presta para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”.

Analisando os documentos, as entrevistas e as oficinas, pude então com o auxílio das idéias dos teóricos com os quais me construo, enquanto sujeito histórico, Sujeito Sentir – Pensante, contribuir efetivamente com propostas de transformação para a formação/educação dos trabalhadores da vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

A partir deste enfoque, o estudo qualitativo dá conta desta necessidade, no sentido de ensejar condições na busca de reunir e reconstituir informações detalhadas, com vistas a apreender as contradições que compõe não apenas a situação atual, mas o trabalho e a formação/educação destes trabalhadores.

V O MOVIMENTO QUE INTEGRA O TEMPO, AS CONTRADIÇÕES, OS CONFLITOS E O SUJEITO SENTIR – PENSANTE EM VISAPAF

Diante dos conteúdos reunidos nas categorias empíricas inicio a sistematização de como analiso, explico e compreendo as categorias do materialismo histórico e dialético. Os fragmentos selecionados das falas foram agrupados e analisados, tendo como base as categorias científicas, podendo então, através do materialismo histórico e dialético apresentar-se ao mesmo tempo em uma, ou duas ou até três das dimensões estudadas do fenômeno nas categorias empíricas que emergiram das dimensões concretas estudadas: Trabalhadores em PVISAPAF; Trabalho em VISAPAF e Formação/Educação em VISAPAF.

Ao iniciar a análise indico como formulei o processo, classificando os materiais agora estão classificados dentro de uma perspectiva filosófica e também científica. Científica porque trabalho com o materialismo histórico e filosófico diante da perspectiva do materialismo dialético. Das categorias fundamentais do materialismo histórico, resalto, o modo de produção, e nesse caso o modo de produção capitalista que estabelece entre os sujeitos relações de trabalho submissas de exploração e de apropriação privada do produto às vezes de forma aberta em outras manifesta como comportamento paternalista.

Ao mergulhar nas profundezas do estudo sinto emergir das análises os fragmentos das entrevistas que compõem os caminhos históricos dos sujeitos da pesquisa. Surgem como ponto de ancoragem vários temas como, por exemplo:

- Avaliação de desempenho, que se destaca como uma fala para a construção de uma outra alavanca;
- A carreira;
- A invisibilidade do trabalho;
- A descontinuidade das ações:
- A profissionalização
- Ética profissional;
- Riscos e critérios de risco
- Instrumentalização para a realização de tarefa;
- Capacitação para gestão;
- Descontinuidade política administrativa;

- Adestramento de habilidades, treinamento de tarefas e reciclagem;

Todos esses temas permeiam as categorias empíricas identificadas como movimentos que me apoiarão na análise a partir das categorias científicas às quais vinculo meu estudo.

5.1 Construindo o Conhecimento dos Sujeitos

Em nome de responder as pressões do poder - econômico financeiro internacional o governo acelera a descapitalização nas dimensões sociais, culturais, de saúde, ambientais, patrimoniais. Esse é o lugar onde a Anvisa está e institui a desindustrialização, decorrente da abertura das importações, fazendo com que se acredite que o futuro possa ser decidido sobre uma mesa de jogo. Como observa Arendt (1993, p.22) “vivemos um período de apogeu da expansão de todas as maneiras dignas e indignas de exploração da natureza humana”. A nova ordem internacional promove a desestabilização de serviços e segmentos profissionais que tenham por função a execução de atividades de responsabilidade do Estado.

Para dar conta dessa tarefa de sustentação ao capitalismo as instituições precisam concretizar na ação de seus trabalhadores os modelos que atendam a essas exigências. Tais evidências ganham apoio em temas que surgiram durante a pesquisa e agora estão concretizados na transcrição das falas como: adestramentos de habilidades, avaliações de desempenhos, perfis, profissionalizações, exigência por parte do setor regulado, reciclagem, ética, descontinuidade administrativa, entre outros. Observo ao ler e escutar os trabalhadores, gestores, trabalhadores/gestores que os olhares são distintos, pois, para quem gesta existe a construção de uma identidade profissional, mas para quem é trabalhador ou trabalhador/gestor existe um processo de invisibilidade de si mesmo e de suas ações.

Valorização, visibilidade e reconhecimento profissional; promoção de uma identidade profissional (ROSA-MC).

Por exemplo, tem dois anos que nós fazemos a avaliação de desempenho desses servidores. Qual é o objetivo final da avaliação de desempenho? No final cada servidor de portos e aeroportos ter um plano de desenvolvimento. Aquilo ali era para estar sendo executado, agora, tem uma série de falhas,

vamos dizer (pensativo). O que é colocado pelas coordenações individualmente para cada servidor eu acho que (silêncio) elas não têm um planejamento (silêncio) não está ligado a um planejamento estratégico da ANVISA, não está ligado a um plano da GGPAF maior. Então, o que chega aqui para mim em termos de plano de desenvolvimento, eu vejo muito pontual, em função do que o servidor quer. Isso é um problema. E mesmo aquilo que a gente consegue agrupar por coordenação eu acho que tem problema da ANVISA enxergar aquilo com a devida importância, porque nós não conseguimos implementar (E5).

O que percebo nessa fala como pressuposto são as implicações sociais que de acordo com a visão histórico-estrutural, Marx (1987) destacou a determinação como última instância nos fenômenos históricos. Neste caso observo que a avaliação de desempenho tem uma função estigmatizadora, punidora, classificatória e excludente. Vejo na fala que não existe visibilidade destas avaliações por parte da direção da Anvisa e menos ainda pelos coordenadores, pois estes estão próximos ao trabalhador. Neste sentido penso que no plano ideológico tenta-se ostensivamente empurrar procedimentos avaliativos como trambique neoliberal, qualquer que seja a intenção, privatizante ou não; ou ainda para excluir ainda mais as camadas populares.

A discussão em torno das classes sociais nem sempre leva em conta a tessitura dialética, às vezes confunde com as desigualdades sociais ou com grupos sociais ou hierarquias. As classes sociais estão condicionadas ao fenômeno da mais valia.

Entendo que as avaliações propostas até o momento e falo neste momento porque novamente o governo encurrala os trabalhadores através de uma Medida Provisória nº. 441 de 29 de agosto de 2008 que oferece vantagens pecuniárias (capital) de forma diferenciada a trabalhadores que ocupam as mesmas funções e têm as mesmas atividades, porém, como estão em quadro de extinção - PEC/ANVISA, prontos para a “morte”, irão ter seu trabalho valorizado pela metade. Assim mesmo para que esses trabalhadores possam ter acesso **a meia morte** precisarão passar **por avaliações de desempenho**.

“Estamos muito preocupados em relação à situação atual dos servidores redistribuídos (PEC/Anvisa) e as avaliações de desempenho para a gratificação” (ROC-MI). O que antes era uma “preocupação” agora é norma com força de Lei.

Podemos estabelecer nessa fala o lugar que ocupa este tipo de avaliação. Pergunta-se qual é o lugar de avaliação de um produto que será classificado materialmente para receber um valor de troca:

Os produtos intelectuais das nações isoladas tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais vai se formando uma literatura universal (MARX; ENGELS, 1987, p.54).

De todas as classes que se defrontam hoje com a burguesia, só o que entendemos como proletariado é uma classe realmente revolucionária. As classes restantes vão se degenerando e afundam sob a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais genuíno. Homens produto precisam ser avaliados.

Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital, desenvolve-se, desenvolve-se o proletariado, a classe dos modernos operários, os quais só subsistem enquanto encontram trabalho, e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Esses operários que têm de vender-se um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado (MARX; ENGELS, 1998, p.9).

Acredito que não podemos nos tornar só contestadores de uma proposta precisamos estar atentos e para isso é preciso exercer a crítica. Os sujeitos fizeram suas histórias sofrendo avaliações. Penso novamente em nosso espermatozóide, dos inúmeros que viajaram até o terço superior da trompa sendo que só um, após ter passado por várias avaliações uniu-se ao ovócito de II ordem e transformou-se em zigoto e daí todos os processos que decorrem em sua existência. Isto se ele ainda estiver vivo nessa sociedade excludente. Ao nascer e ao percorrer seus percursos de vida muitas são as avaliações que esse sujeito sofrerá e pra quê? Para dar conta de sua existência? De suas competências? Ou simplesmente porque é a ordem dos sistemas globais? Afinal, é necessário adestrar?

Freire (2000) nos faz pensar sobre as visões pragmáticas- tecnicistas que estão contidas em discursos reacionários pós-modernos. A criação de instrumentos que asseguram uma boa produtividade na visão do gestor:

As avaliações propostas pela agência não abordam efetivamente a construção dos processos de ação do trabalho que executamos, pois quem as consolidou nunca esteve diante das dificuldades que é realizar nossas tarefas, portanto, novamente aplica-se na agência a máxima, “faz quem sabe, avalia quem suspeita que sabe” (ROSA-MI).

*A gente está muito na posição de (silêncio) em função das demandas. Esse plano em função da avaliação de desempenho está dando uma visão mais ampla para a gente tentar realmente estruturar **alguma coisa**. Agora metodologia a gente pensou, a gente pensa em várias, principalmente trabalhar com VISAPAF, mas a gente não tem o suporte aqui dentro para isso. Sabe há quantos anos eu estou tentando desenvolver um sistema para formação? Dois. Eu já levantei três vezes o requisito, três vezes eles (referindo-se aos demais membros da Diretoria) me mudaram a linguagem, sabe a gente está num ponto...e a gente escuta ainda dizer assim: vocês (aqui se refere a gerência de Recursos humanos) não são nossa prioridade. E aí se para a ANVISA nós não somos prioridade [...] (E5).*

Essa fala reafirma meu olhar sobre o que é, e para que serve, neste lugar, esse processo de avaliação. Se para a instituição Anvisa que ainda trata sujeitos como recurso e possui uma Gerência de Recursos Humanos e esta não é prioridade, então estamos diante de uma realidade concreta. Nesse sentido, resgato o pensamento de Bensaid (1999) quando nos traz a idéia de que o sujeito aqui é um não sujeito e, ao ter como meta a avaliação e ao mesmo tempo não priorizar seus “recursos humanos”, a instituição anula no pensamento e no sentimento desses sujeitos a idéia dos contrários, contribuindo para desconstrução da “subjetividade soberana”.

Ainda sobre esse tema lembro de Freire e suas perplexidades:

[...]. O que me faz perplexo não é a queda do muro de Berlim, nem a globalização da economia ou a questão do “futuro sem trabalho ou do trabalho sem futuro”, mas o açodamento com que progressistas de ontem aderem à ideologia neoliberal de hoje (2000, p.95).

Apoiado em Gramsci (1976), penso que o conjunto de normas criado para orientar a conduta dos sujeitos em consonância com as exigências da sociedade, (regulados da Anvisa) é imposta através de pressão coercitiva, exercida pela sociedade política (Anvisa) através da formação/educação. Esta pressão pode ser externa (Anvisa) ou intra-subjetiva (trabalhador), ou seja, o sujeito apreende a exigência, incorpora como realidade concreta e passa a acreditar em um conformismo de adesão voluntária.

Para Gramsci (1976), o Estado Moderno não pode ser entendido como um sistema burocrático-coercitivo. As suas dimensões não podem se limitar aos instrumentos exteriores de governo, mas deve abarcar também a multiplicidade dos

organismos presentes na sociedade civil, espaço onde se manifesta a livre iniciativa dos sujeitos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores e onde se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia.

Nesse sentido, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos com sua cultura, com seus valores éticos e políticos e suas dinâmicas associativas. É o lugar de grande importância política, onde as classes dominadas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar por um novo projeto hegemônico de sociedade, seja lutar por uma carreira ou pelo ingresso de servidores já preparados.

A fiscalização somente pode ser reconhecida apenas por fiscais sanitários, por autorização de portaria publicada em Diário Oficial da União. Mas que apesar de existir a portaria que autoriza o exercício da função de fiscal, juridicamente não tem amparo legal para os servidores que exercem a função de fiscal da agência. Necessário se faz rever a amplitude do exercício de fiscalização e a eficácia dos atos emanados pelos servidores da agência como agência reguladora (ROC –MI).

Olha, eu acho que primeiro a gente tem que pensar no perfil de entrada desse servidor. Ele já ser preparado para a ação que ele vai desempenhar que é o que se pretende com a carreira. Já contratar um servidor com determinado perfil e a partir desse perfil você vai qualificá-lo, não é nem qualificar aí é mais uma atualização para a ação que ele vai desenvolver (E7).

No século XXI, Mézáros (2002) sustenta que o sistema sócio - metabólico do capital é uma ordem em que capital (propriedade privada dos meios de produção), Estado (aparato político-institucional) e trabalho assalariado exigem, reiteradamente, a reprodução de todo um controle social, ao qual – sem negar as possibilidades de resistência, até porque os antagonismos fundamentais continuam a existir – o conjunto de sociabilidades necessita se referenciar. **Esta sociedade civil** é a da ordem do capital, em que, claro, as lutas de classes se fazem presentes, e, por isto mesmo, não é um setor à parte, eivado da negação da lucratividade, ou seja, da dinâmica de valorização do capital e dos processos de sua legitimação. A ANVISA como sociedade política sofre as pressões da Sociedade Civil, pois o conjunto de regulados por ela são os proprietários dos meios de produção para os quais as ações da agência normatizam. Ao mesmo tempo, como aparato político institucional,

compõe também, esta mesma sociedade civil pela qual é pressionada através do olhar de sociedade política.

Ninguém vai valorizar nosso trabalho se esse valor não for dado primeiro por nós mesmos (ROSA – MI).

[...] muitos absorvidos pela antiga divisão de portos, aeroportos e fronteiras, eles (gestores do Estado) começam a inserir dentro da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras a preocupação com o controle sanitário de mercadorias importadas e aí começa a valorização de categorias profissionais que até então eram tidas, no período inicial dos portos, aeroportos e fronteiras como marginais [...] (E8).

Na perspectiva indicada por Gramsci (1995), segundo a qual a organização da dominação de classes -função precípua do Estado- extrapola o sentido estrito de Estado -sociedade política, incluindo a disputa por hegemonia - sociedade civil, sustento que a ANVISA, como parte da sociedade civil, é um dos aparelhos estatais de hegemonia, articulando, produzindo e disseminando, dentro e fora da produção de serviços materiais e simbólicos, visões de mundo, valores, concepções, inserindo-se na busca de estabelecer uma direção moral, intelectual e política- isto é, hegemonia.

O mando, porém, continua vindo de cima e, o interesse a ser perseguido continua sendo o do capital, a destruição que precisa ser feita é a do fetichismo da mercadoria (sujeito) no mundo das relações. A cada contato com os entrevistados fui construindo e revelando a essência destes sujeitos. Estes fazem parte da história, mas ao construí-la não se incluem como sujeitos partícipes da e na sua história, conforme declaração de 2004, passados cinco anos da criação da Anvisa.

Ah [...], eu não conheço a história da vigilância. Quando eu trabalhava no Ministério no RH a gente não tinha contato com a vigilância. Eu vim conhecer vigilância quando eu vim para cá em 99. Então assim eu leio sobre (E5).

Ao pensar na nossa história precisamos ter um re – olhar de busca no local de trabalho, as coisas e as pessoas, para através desse olhar pensar nas novas maneiras de crescimento como pessoas e trabalhadores (ROSA – MG).

Particularmente relacionado ao tema invisibilidade, observo a necessidade de que circule a idéia do significado da palavra sanitária nos ambientes de trabalho. Ou

seja, que o cuidado da coisa pública (produtos e serviços) esteja voltado a todos os habitantes, bem como o entendimento de que todos são responsáveis por cuidar dos processos de produção, dos produtos e dos serviços oferecidos à população.

Significa, que todos são responsáveis por, proteger a pessoa, denunciar a outros órgãos, que também cuidam da coisa pública, como as necessidades de assistência, regulação e controle. O sentimento do trabalhador de VISAPAF é de que suas ações estão distorcidas, portanto, sua identidade como trabalhador também. Marx e Engels (1987) me ajudam a pensar o que os trabalhadores relatam como invisibilidade do trabalho, pois podemos estar diante do sentimento da alienação e da invisibilidade do trabalho abstrato. Ninguém vê e ninguém sabe como e por quem as ações são feitas. O trabalho é tão irreconhecível quanto à exploração imprescindível do trabalho no processo social de produção do capital.

Os trabalhadores não reconhecem a si próprios nem ao próximo como ele mesmo, num estranhamento individual, coletivo e material. Acerca do trabalho em saúde, ou melhor, em VISAPAF, este pode ser até improdutivo, conforme Braverman(1987), mas contribui indiretamente para a mais-valia, compondo parte essencial do trabalho coletivo social abstrato e das estratégias do Estado para garantir que as mercadorias e os serviços cheguem até a população com a certificação de que estão prontos para o consumo. As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, acalorados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação, especialmente na formação profissional.

Expressões, como qualificação, competência, formação profissional ocupam lugar de destaque nos discursos e documentos dos diferentes agentes e instituições sociais. Largamente utilizadas em outros momentos históricos, oriundas de visões teóricas com matrizes epistemológicas diversas, aparecem, por vezes, como sendo unívocas politicamente neutras e consensuais. Daí a minha preocupação em abordá-las a partir de uma perspectiva histórico-crítica, o que não constitui um mero exercício intelectual, como poderiam interpretar alguns, mas uma tentativa de demarcar as diferenças existentes nos enfoques, seja no âmbito teórico ou político. Tais conceitos expressam sentidos e intenções diferentes. Numa linguagem política significa dizer, como afirma Dagnino (1994, pág. 103), que os diferentes sentidos, mesmo comportando reatualizações e ressignificações, "expressam e respondem a um

conjunto de interesses, desejos e aspirações" diferenciados dentro da sociedade e que as diversas formas de apropriação remetem a projetos e estratégias políticas que estariam sendo adotadas pelos Sujeitos Sentir-Pensantes.

Também é com esses temas, dentro das categorias constituídas pelos trabalhadores e pelos chefes/responsáveis por postos, que vamos buscar o entendimento do porquê deste estudo e o que tem a ver com formação/educação. Esse foi o desafio deste momento histórico-social - o da formação humana, necessária pelas carências ônticas e pela contingência ontológica dos homens, mas possível pela educabilidade humana. Quando se fala, pois, em educação para além de qualquer processo de qualificação técnica, o que está em pauta é uma autêntica Bildung, uma paidéia, formação de uma personalidade integral. *“Associar o lado regulador ao lado educativo, orientador e humano (promoção da saúde)”* (ROC-MI).

Lendo e relendo, escutando e olhando esses trabalhadores certamente é na obra de Karl Marx (1977)) que o caráter determinante da essência humana pelo social é mais assumido teoricamente e justificado, questionando, de vez, qualquer referência metafísica de caráter essencialista. Herdeiro da tradição dialética hegeliana, Marx e Engels (1987) vêem o homem se constituindo historicamente mediante seu agir prático coletivo. Em que pese seu idealismo metafísico exacerbado e romântico, Hegel (1997) já havia integrado em sua síntese filosófica a participação do processo histórico real da sociedade humana e de sua manifestação política sob a forma do Estado, como figuras substanciais da realização do Espírito Absoluto. Escoimando o hegelianismo dessas dimensões metafísicas, que entende ser puras ilusões, Marx (1987) incorpora a dialeticidade do processo histórico real que se realiza na história da sociedade humana.

Muito sensível à dura realidade histórica e social de sua época, quando o modo de produção capitalista já se encontra em pleno vigor, Marx (2002) adentra-se, sob a perspectiva da ciência histórica, no estudo da economia política, solo da efetiva realização dos seres humanos. Analisando as condições reais em que se dá a produção concreta da existência humana sob os ditames da economia capitalista, Marx (1977) explicita a tragédia da existência histórica do homem como despossuído de sua essência pela alienação do trabalho imposta pelas “leis” da produção material. E para chegar à realização de si mesmo como humanos inteiramente emancipados e totalmente humanos, a partir de sua condição de ser natural, de ser sensível num mundo sensível, os Sujeitos Sentir-Pensantes que se

alienam em sua história coletiva só podem engendrar-se como homens por meio de seu trabalho.

O trabalho, dinâmica responsável pela efetiva condição do modo de ser humano, só é realizável no contexto histórico-social. Se, de um lado, ele é o lugar da alienação, da perda da essência, ele é também o único espaço para a realização do humano. Os Sujeitos Sentir-Pensantes são seres ativos, práticos, produtores de objetos sensíveis, não em sua condição de gênero universal, mas em sua existência histórica e social, em sua realidade, constituída pelo conjunto de suas relações sociais. O trabalho, como força engendradora do indivíduo humano e meio de produção e reprodução da existência, pressupõe a presença efetiva dessa rede de relações sociais com um mínimo de equidade e liberdade, o que exige a permanente luta política revolucionária contra todas as formas históricas de opressão, numa sociedade burguesa e capitalista, hierarquizada e cristalizada em classes sociais, com interesses objetivos conflitantes.

Para Marx (1987), o homem se define em sua humanidade pela relação com a natureza e com a sociedade. Ele não é um indivíduo solitário nem um elemento avulso da humanidade em geral, mas um ser histórico e social, cujo perfil concreto é definido pelas leis provisórias de um determinado modo de produção. Marx (1987) pensa a reificação e a alienação como conseqüências de modos históricos de produção e não como determinações essenciais do homem em geral, pois aceitar isso seria recair na reificação e na alienação.

A concreta realidade humana não é resultante nem da realização da Idéia ou do Espírito Absoluto, conforme afirmou Hegel (1997), nem da consciência racional dos homens, de suas vontades puras e reflexões abstratas - Metafísica clássica e Idealismo moderno – mas, do real movimento histórico das forças produtivas, desencadeado e sustentado pelos homens a partir das contradições permanentes que devora suas entranhas.

Se teoricamente e em abstrato estes argumentos são coerentes, ao analisar dados coletados encontramos afirmação que sustenta estas contradições no espaço pesquisado:

*A ANVISA ela tem, primeiro, ela tem **uma definição legal** das suas competências, ela tem um **planejamento estratégico**, tem a sua missão bem definida que é da prova da **aprovação e proteção da saúde e da garantia do acesso com segurança** a produtos e serviços de alguma forma. Então, isso é passado*

sempre assim, qualquer curso que vá de encontro a essa missão institucional, qualquer curso que vá (pausa) que não satisfaça isso (pausa) isso de alguma forma é analisado pelo Comitê²⁶ de Políticas de Recursos humanos que a dinâmica começa nas próprias gerências que solicitam o curso, que o representante do Comitê analisa o processo da pertinência daquele curso para que ele possa vir a ser financiado pela Agência ou para haver liberação de erário (E6).

O conjunto de normas jurídico e políticas, criados para orientação das ações dos sujeitos trabalhadores em VISAPAF, tais como definição legal, planejamento estratégico, análise por um comitê com regras para seu financiamento como exigências da sociedade política, bem como da sociedade civil, é imposto através de pressão coercitiva.²⁷ “[...] então, isso é passado sempre assim, qualquer curso que vá de encontro a essa **missão institucional**, qualquer curso que vá [...]” (ROSA – MC) ou através da educação do consentimento, que se realiza na sociedade civil. Daí a imagem de identidade entre sociedade civil e Estado, formulado também como “Estado sem Estado”, “sociedade regulada” ou “Estado Ético”, que Gramsci entende como Estado cuja função mais importante.

É a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou nível) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. (GRAMSCI, 1976, p.143)

Ao buscarmos caminhos que construam sujeitos capazes de mudar para não se acomodar, considerando as idéias do amanhã, não como algo dado, mas como algo que deve ser perseguido, levamos em consideração que sempre haverá certa reestrutividade social em confronto com o a realização do desejo, mas poderá se

²⁶ O Comitê de Política de Recursos Humanos para Vigilância Sanitária da Anvisa foi criado pela Portaria nº 593, de 25 de agosto de 2000. Tem como atribuições estabelecer diretrizes para a especificação e dimensionamento dos perfis de recursos humanos no âmbito da agência; propor critérios para capacitação e desenvolvimento de recursos humanos da Agência, consolidando contribuições das áreas técnicas; subsidiar a Diretoria Colegiada no acompanhamento e avaliação de ações relacionadas ao desenvolvimento de recursos humanos; acompanhar e avaliar as ações e a implementação de projetos relacionados ao desenvolvimento de recursos humanos no âmbito da ANVS e do SNVS; estabelecer parcerias institucionais para o desenvolvimento de projetos associados a capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; analisar e propor estratégias visando o suprimento das demandas de recursos humanos para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; analisar e propor investimentos da Agência em capacitação e desenvolvimento de recursos humanos próprios e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; propor à Diretoria Colegiada as políticas e diretrizes de desenvolvimento de recursos humanos para o sistema nacional de vigilância sanitária.

²⁷ Tal pressão encontra-se naturalizada tendo em vista não se problematizar na agência a construção de projetos democráticos para a formação de seus trabalhadores.

equivoco quando universalizado o grau antagônico que esta na contradição que chega sob a forma burguesa. Por esse movimento, a consciência produz seu objeto enquanto objeto de conhecimento. Ele é a relação do saber com o objeto se resolve no absoluto enquanto sujeito-objeto. O interior é o exterior e no movimento da vida criando uma circulação deste exterior para o interior esse é um dos fazeres dos sujeitos sentir – pensantes.

Autores como: Helena Lastres, Sarita Albagli e Vicente Falconi Campos, trabalham com o conceito de que na “Era do Conhecimento” busca-se o ‘homem global’, o homem integrado. Com a Tecnologia da Informação, o homem volta a se envolver - como nas sociedades tribais - completamente em seus papéis. Nessa nova organização, o homem se transforma em coletor de informações, num conceito inclusivo de ‘cultura’. A Cultura Organizacional adquire uma importância ainda mais crucial. A ponte da Gestão do Conhecimento para a administração de Recursos Humanos se dá, justamente, pela Cultura Organizacional. As organizações são microcosmos da sociedade que as envolve. Assim, ao lidar com questões de mudança numa organização, o profissional de RH estará lidando com questões culturais mais gerais. Esta é a organização dada pela Agência para fazer gestão de seus ainda “Recursos Humanos”.

Para Gramsci (1968), de fato, como para Marx (1977), o pensamento é parte integrante da realidade e existe uma ligação inseparável entre o agir e o conhecer. A conquista de um conhecimento crítico, autônomo e criativo é tão crucial para a liberdade e a afirmação do projeto político dos setores subjugados que Gramsci (1996) chega, em diversos momentos, a traçar as linhas do seu processo de formação. Em primeiro lugar, observa, ser preciso respeitar o saber popular mesmo na sua desorganicidade e fragmentação, sem, contudo, deixar de fazer uma avaliação crítica das opiniões e das “crenças” disseminadas no “senso comum de modo a estabelecer uma relação dialética com o “bom senso” presente em tantos conhecimentos. Mas, principalmente, é necessário aprender a criar um distanciamento crítico do saber “acumulado” e “repassado” oficialmente, visto não como óbvio e natural, mas descoberto como organizado e administrado por uma classe que visa precisos objetivos políticos.

A partir dessa referência encontro sujeitos divididos entre a obediência e resistência às demandas organizacionais, parecendo encarnar, estrategicamente, as “proibições” de manifestação do sofrimento, reproduzindo assim a atual cultura do

individualismo na gestão do trabalho. Todavia, esse movimento não se faz sem a resistência de alguns sujeitos envolvidos, situação que reforçou o desejo de compreender como se articulam as dimensões do sofrimento e trabalho, da produção e reprodução de determinadas ideologias. O sujeito em Gramsci (1984) é entendido não como sujeito individual, mas resultado de um processo histórico de relações sociais concretas, sujeito coletivo. O trabalho está no centro do processo de humanização do homem, configurando-se, portanto, como referencial fundante da *práxis* social.

O homem adquire, com o desenvolvimento do trabalho, a diferenciação em relação ao mundo natural, e é essa distinção que o direciona para o simbólico. A dificuldade de realizar, com satisfação, as atividades da vida diária e a perda de interesse pelas coisas expressam uma situação de desprazer. Mostram como uma vida marcada por atividades sem significação leva ao sofrimento. É possível que se trate de um embotamento afetivo em que o sujeito torna-se estranho a si mesmo.

Há descompromisso, desconhecimento da importância, falta de valorização da sua importância, um não reconhecimento das chefias, uma descontinuidade das ações, dos plantões. Já dei o que eu tinha que dar no serviço público (ROSA-MI).

Conceber pela mediação política, do trabalho e das relações humanas a construção do conhecimento é o caminho que impregnado de mudanças e elevado pela capacidade de responder as questões históricas que o envolve e envolve o coletivo construindo sentidos de vida e estruturando mediante a maneira fecunda de estar junto ao outro vai se dissolvendo o obediente “ator social”. Desta forma, dá lugar a um sujeito que sente, portanto, convive com seus conflitos e adquire capacidade para superá-los, sendo uma das alavancas para seu amadurecimento, bem como reflete acerca do que ocorre no mundo real, na concretude das ações e se torna agente de transformação social a partir de si e de seu trabalho.

Olha, na criação da Agência, da ANVISA esse pessoal que era de portos e aeroportos já atuava na Secretaria de Vigilância Sanitária. O conhecimento que eu tenho do Ministério da saúde em termos de capacitação, olhando para recursos humanos, eu não via nenhum plano de capacitação voltado para a área de vigilância sanitária (E5).

Ao analisar essa fala, percebo o quanto tem de desqualificação do sujeito da ação, o sentimento pejorativo do termo o que leva a pensar no que Lucáks (1970)

chama de falsa consciência. Ou seja, este tipo de consciência procura tratar das idéias e valores contrários aos interesses do operariado e que, no entanto, vicejam em seu meio. A essa falsa consciência, o autor imputa os seguintes atributos: ela é inadequada aos interesses dos operários, estreita, preconceituosa, psicológica, ilusória, passageira e arbitrária - atributo que, levado a sério, bloqueia a análise sociológica do movimento operário. A falsa consciência é, na verdade, um desvio (empírico) daquilo que (racionalmente) o estudioso poderia esperar da consciência operária. Pois, o lugar em que a entrevistada está falando é o de quem desenvolve de forma operária o trabalho a ser exercido por quem ocupa no momento, lugar de chefia. Aqui aparece a tentativa de autonomização do lugar de trabalhador de VISAPAF, discriminando o sujeito que faz a ação.

Ao desvalorizar o outro a partir de seu trabalho, a desvalorização se dá também na relação que deveria estar estabelecida entre o entrevistado como trabalhador e gestor dos processos de trabalho da ANVISA e neste caminho está a representação da fluidez da ação para os cuidados com a vida, pois é deste lugar que os trabalhadores são desqualificados. Ao pensar no trabalho e na apropriação deste como forma inerente dos sujeitos, como natureza e bens que produzem para produzir sua própria existência, como refere Frigotto (2001b), não poderíamos deixar de lembrar de Marx.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade- é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1980, p. 50).

Deste modo também não podemos deixar de considerar as conclusões dos trabalhadores participantes da oficina de sensibilização:

Convocar os trabalhadores que não têm o ensino fundamental a fazê-lo, tendo em vista que esse nível de ensino envolve, não só certificação, mas o auto- reconhecimento de cada um, e cria mecanismos de estímulo e controle necessários para a qualificação e o comprometimento no trabalho, no processo de humanização e omnilateralidade, oportunizando as condições para a efetivação desta convocação (ROSA-MC)

O papel estratégico a ser desempenhado passa a se repensar as atividades próprias da área de RH em termos estratégicos, de forma a integrar os objetivos de longo prazo da organização, as variáveis relevantes do ambiente e as necessidades

decorrentes em termos de pessoas. Devana *et al.* (1984) descrevem como devem ser os subsistemas de seleção, avaliação, recompensas e desenvolvimento, a partir da ótica estratégica e, principalmente, a partir da visão que a organização tem do tipo de contrato que quer estabelecer com seus empregados.

Esta visão compreende elementos como os seguintes:

1. a relação que a organização quer estabelecer com o empregado, se limitada a recompensar desempenho ou se baseada na troca de comprometimento por qualidade do trabalho a ser realizado;
2. o grau de participação que se pretende dos empregados;
3. a ênfase dada ao recrutamento, se interno ou externo, quando necessário;
4. e, por fim, se o desempenho será baseado e avaliado de forma individual, ou em equipes, ou, ainda, alguma mistura entre os dois.

É esta visão que vai definir, em princípio, como os subsistemas serão administrados. “*Comprometidos apesar das limitações tentando sempre acertar sem nunca ser valorizado*” (ROC-MI).

Siehl e Bowen (1997) identificam outro papel para RH, ligado às mudanças por que passam as relações de trabalho. De acordo com os autores, o antigo contrato psicológico existente entre empregado e empresa, que previa relação duradoura e emprego para a vida toda, tornou-se obsoleto e vem ruindo com a flexibilização das relações de trabalho e o surgimento de novas formas de se trabalhar.

É preciso, portanto, redefinir e comunicar um novo contrato psicológico. O profissional de RH deve trabalhar com a alta administração o conteúdo deste contrato e depois mostrá-lo aos trabalhadores. Os autores vêem também como grandes desafios para RH, a facilitação do trabalho entre trabalhadores separados fisicamente e a promoção da flexibilidade entre as pessoas, acostumadas a outro modo de agir.

E a gente também percebeu que são diversos níveis de possibilidades de captação de informação, quer seja prestada através de um treinamento, curso de capacitação. A gente percebe que existe um número expressivo de servidores que chegou no seu limite máximo, talvez, de captação de informação do ponto de vista intelectual, como também interesse pessoal, em função de serem servidores absorvidos, servidores com uma qualificação que eu digo confusa, não planejada, muito levada no emocional, sem a sensibilidade de perceber se era a metodologia adequada pra formar esses

servidores e, também, pelo descontentamento em cima de política de recursos humanos, em termos até mesmo financeiros dentro da expressividade dos governos que geriram nas décadas de 90 e no início de 2000 (E8).

Na área da saúde, portanto, não é muito diferente, pois, pode-se dizer que inicialmente havia nas organizações um departamento de pessoal que se ocupava dos aspectos burocráticos e processuais, como anotação de frequência, férias, folha de pagamento, etc. Logo, esse tipo de unidade, embora reconhecidamente importante - afinal, é onde se concentra um dos aspectos mais visíveis e mais propícios à reclamação em qualquer unidade de pessoal, o pagamento, devido à quantidade de rotinas envolvidas entre suas tarefas - passou a ser considerada pouco nobre. Não se mudou sua composição nem sua estrutura, mas sugeriu-se a mudança de sua denominação, passando a chamar-se **Recursos Humanos**.

Outro nome atribuído a esse tipo de unidade foi **relações humanas**, mais ou menos ao mesmo tempo em que se adotava **relações industriais**. A idéia era infundir uma característica mais dinâmica à unidade, uma vez que o termo **relações** implica a existência de duas partes que interagem.

Principalmente na área da saúde, o resultado foi a dicotomização da área, colocando a parte menos processual, dita mais nobre e mais profissional, em níveis mais elevados da organização, perto dos tomadores de decisão, enquanto o velho departamento pessoal, burocrático e desvalorizado, continuava em baixos escalões, sem autoridade real no que diz respeito aos rumos da organização, com pessoal menos especializado e entre os últimos a se beneficiar de quaisquer inovações tecnológicas.

Aqui na ANVISA ainda não conseguimos isso. Eu acho que a gente está muito longe de ter um plano de desenvolvimento de capacitação, não de ter um plano, mas de executar o plano (E8).

Quando o próprio dirigente da Agência tem um modelo e percebe que não o realiza, mostra a falência e a fragilidade das estratégias e das posições políticas da instituição e do próprio plano, numa visão quase mágica e esperançosa de que alguém ou algo vai tornar real o desejo do dirigente e da instituição.

Na sua origem, a questão central parte da observação de que as intervenções realizadas na área da saúde foram capazes de modificar, de forma irreversível,

organizações estatais e reorganizar pactos federativos e sociais, mas não alcançaram, de forma similar, os responsáveis pela execução dessas políticas públicas – os **recursos humanos** (RH) - gerando um estado de culpabilização.

Recentemente, os debates introduzidos pelas concepções de **modelos gerenciais inovadores** que consubstanciam as reformas setoriais propostas realocam a dimensão recursos humanos entre as questões centrais para a gestão do sistema de saúde²⁸. As novas modalidades de administração pública sustentam-se no referencial, a flexibilidade associada a conceitos, que envolvem a capacidade de adaptação do Estado a diversificados tipos de mercado.

Desta forma, assiste-se à flexibilização das relações laborais focadas na estabilidade no emprego, que por um lado, que favorece a proliferação de formas e vínculos não estáveis com o Estado e formas diferenciadas de remuneração. De outro, uma demanda por quadros qualificados, com uma capacidade de adaptação crescente às mudanças tecnológicas dos processos de produção e facilmente cambiáveis.

Enquanto estava escrevendo sobre o tema da desqualificação do sujeito da ação, recebo em meu e-mail esta carta aberta que nos mostra a sensibilidade dos gestores para tratar com os sujeitos que ao longo de suas vidas contribuíram para a construção de referenciais de vigilância sanitária. Tratamento este dado por um técnico que serve como aparelho do Estado para desenvolver, sem crítica, sem refletir e de forma subordinada. Insensível, cumpre os desmandos de uma gestão falida em relação a uma categoria de trabalhadores que como a própria instituição reconhece, em “extinção” (quase mortos). Para esta coordenadora da carta aberta, a morte chegou mais cedo. Revelando o fazer da gestão de Recursos Humanos e deste técnico gerente que aos primeiros minutos do primeiro tempo de seu exercício como Gerente Geral de VISAPAF toma tais atitudes e também aceita a posição submissa aos desígnios políticos de seus superiores para manter-se no lugar de poder que ocupa há vários anos.

²⁸ O termo **gestão de recursos humanos** pode ser aplicado em relação ao conjunto de políticas e estratégias formuladas em nível político, e a **gerência de recursos humanos** para ações desenvolvidas em nível operacional. De acordo com Dussault e Souza (2000), a subordinação do nível operacional ao político faculta a utilização do termo **gestão** em uma direção ampliada que envolve políticas, estratégias e ações desenvolvidas em ambas dimensões.

CARTA ABERTA. USUARIO DE PAF

Por força da MP 441, art. 33 (ainda não aprovada pela câmara e pelo senado) e pela vontade do Senhor Gerente Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no dia 10/09/08, as 12:35 hs, durante o intervalo do curso de PGD, na ENAP (Brasília), fomos abordadas, eu e a [REDACTED]²⁹ (CVPAF-BA), pelo Sr. Gerente Geral de PAF/GGPAF/ANVISA informando-nos que havia realizado uma reunião com GERHU para decidir a situação dos Coordenadores de VISAPAF nos Estados do Piauí e da Bahia, informando que recebíamos CCT – IV e segundo ele não havia outra forma de nos pagar, nem com CAS, (cargo de assessoramento), pois éramos gestores, falou claramente que “Ele não tinha dinheiro para nos pagar”. Portanto só tinha a nos agradecer pela contribuição dada às coordenações do PI e da BA dizendo que havia conversado com [REDACTED] (GGRHU) e que deveríamos permanecer até o final do mês - 30/09/08. Pediu-nos então que indicássemos nomes para nossa substituição e que encaminhássemos os currículos dos servidores por nós indicados. Ciente dos fatos, só tenho a dizer que muito aprendi com a experiência de ser Coordenadora da CVPAF-PI, tive muitas oportunidades de crescer profissionalmente e como pessoa. Aprendi com a capacidade intelectual e humana do [REDACTED], com a dedicação para com as pessoas e conhecimento das leis da [REDACTED], com a forma de ser do [REDACTED], com a autenticidade da [REDACTED] que sempre estiveram disponíveis e atenciosas, aos ex e atuais coordenadores, queridos colegas e amigos das CVPAFs de todos os estados, cada um com sua maneira peculiar de ser, ex-servidores e servidores da CVPAF-PI, colegas, amigos e irmãos. Não encontro adjetivos definidos para me expressar. Obrigada pela convivência de 14 anos e oito meses. Certa do dever cumprido. Maria de Jesus Paz Rua: Prof. James de Azevedo nº 100 CEP- 64.957-750 – Teresina PIEmail: maria.jesuspaz@hotmail.com

Quando ao longo de meu estudo trabalho com movimentos e tempos, caminho pelos espaços que os sujeitos imprimem e tem marcado em suas histórias. Chamam-se os ir e vir dos processos que politicamente afetam as estruturas das instituições e fazem destes sujeitos produtos de consumo para o capital, seja ele público ou privado. Durante a pesquisa, que ocorre a partir de 2004, várias foram as falas da desqualificação e dos processos de invisibilização dos sujeitos confirmadas agora, 2008, pela carta aberta acima exposta.

Acentua-se a ênfase em processos de profissionalização, na introdução de mecanismos de avaliação de desempenho e na capacitação para adequação técnica desejada. Com relação à remuneração, aporta-se o estabelecimento de formas diferenciadas, que incluem a introdução de parâmetros estabelecidos e relacionados com produtividade e desempenho (CASTRO, 1999; DAL, P *et al.*, 1998).

²⁹ Foram borrados todos os nomes que identificavam outros trabalhadores de VISAPAF.

Depois, quer dizer, com a criação da Agência é que se insere esses planejamentos que antes eram muito na área de VISAPAF, dentro do Comitê de política de recursos humanos vinculados a um colegiado, aí sim se começa a discutir uma forma de organizar esse investimento no desenvolvimento de pessoas aqui dentro e aí se trata estratégias de cursos que se chamam corporativos que são para todo mundo tipo informática básica, línguas, idiomas, que é para toda instituição independente de ser VISAPAF ou não, você tem ainda cursos corporativos específicos para área de conhecimentos, para quem trabalha na gerência, seria um caso específico (E6).

Essas relações, duplamente dialética, da "falsa consciência" não mais permite tratá-la restringindo-se a descrever o que os sujeitos pensaram, sentiram ou desejaram efetivamente sob determinadas condições históricas, nas determinadas situações de classe, etc. O que aí está é apenas o material, e, para dizer a verdade, muito importante, do que os trabalhadores e gestores exercitam como relações de trabalho, submissão e resistência. Estabelecendo a relação com a totalidade concreta, de onde saem as determinações dialéticas, supera-se a mera descrição e alcança-se a categoria da possibilidade objetiva. E relacionando-se a consciência à totalidade da sociedade, descobrem que os pensamentos e os sentimentos que os sujeitos teriam tido, em uma situação vital determinada, se tivessem sido capazes de perceber perfeitamente essa situação e os interesses que daí decorrem, tanto no que se refere à ação imediata como à estrutura, conforme esses interesses, de toda a sociedade. Em nenhuma sociedade o número de tais situações é ilimitado. Mesmo se a sua tipologia está elaborada tem-se por resultado alguns tipos fundamentais claramente distintos uns dos outros cujo caráter essencial está determinado pela tipologia da posição dos sujeitos no processo da produção. Isso, pois a consciência de classe é a reação racional adequada que deve, dessa maneira, ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção.

Essa consciência não é nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe, tomados separadamente, pensam, sentem, etc. Entretanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade está determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo. E essa ação não pode ser conhecida a não ser a partir dessa consciência. É nesta caminhada de produção de saberes, tomadas de consciência, pois ai estabelecemos o pensamento

concreto e nos afetos disponibilizadas para a construção de suas práticas que vamos nos construindo como Sujeito Sentir - Pensantes.

O momento da hegemonia é o da direção do que se pensa ensinar. Sua eficácia se sustenta no constrangimento que é dado por determinada ideologia, convertendo-a em história. Ao se reconhecer como unidade hegemônica inicia-se um processo de aquisição de uma consciência de solidariedade de interesses e o Estado aparece apenas como que para se obter uma igualdade político - jurídica. Os sujeitos caminham no sentido de reivindicar a participação da administração, na formulação da legislação. Nesse processo inicia-se a passagem da estrutura para superestrutura, onde as ideologias geminadas colocam-se em confronto e entram em luta até que uma combinação delas difunda-se determinando a unidade intelectual e moral, mediante a um plano não corporativo, mas universal. Esse momento ontológico-dialético, Gramsci (1995) chamou de catarse a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos sujeitos. Ao se constituírem como sujeitos sentir – pensantes os trabalhadores exercem o processo de construção de uma classe sem a visão particularista das hegemonias atuais, mas reconhecendo em seus companheiros trabalhadores os valores próprios da hegemonia e da sua perspectiva de totalidade. *“no contexto geral é peru no circulo de giz em busca de uma identidade”* (ROC – MI).

Para os trabalhadores de VISAPAF existe a necessidade de se constituir a Agência com novos trabalhadores, principalmente na área de VISAPAF como podemos observar no resultado do relatório das oficinas de sensibilização, *“Dispondo de Recursos Humanos para trabalho”* (ROSA-MC).

5.2 O Homem Consumo e a Transformação

O processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada. Na área de VISAPAF, o trabalho está relacionado diretamente

com o modo globalizado de circulação de mercadorias e pessoas e aqui, o trabalho com as pessoas vai além do cuidado com a saúde interfere direta ou indiretamente com o funcionamento do deslocamento do capital. Ao agir nas fronteiras controlando o trânsito de pessoas, os trabalhadores estão também interferindo na circulação de capital, pois podem estar agindo nas negociações transnacionais ou nas novas formas de transformar sujeitos em consumo através do turismo.

Aqui o trabalho posto em ação está aplicado à produção de serviços e aparece como valor excedente. Neste sentido, Braverman (1987, p. 347) nos faz ver que “As várias formas de trabalho que produzem mercadorias para o capitalista devem ser consideradas como trabalho produtivo”. Tanto faz ser os trabalhadores que constroem um navio como os trabalhadores da VISAPAF que o inspecionam, todos produzem do mesmo modo valor e mais-valia.

[...] trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. (MARX, 1987, p.132-133)

O que está em jogo é se indagar sobre até que ponto e em que sentido os trabalhadores têm participado dos distintos segmentos organizados da instituição, nas instâncias que efetivamente avançam no processo de “democratização da democracia”. Ou, eles simplesmente, quando estão realizando suas ações de fiscalização, reforçam a presença da dimensão privada e particularista no processo de formulação das políticas da vigilância sanitária dados os diferentes interesses aí presentes na produção do valor e mais valia. “[...] *Integração com antecedência aos servidores para participação em eventos, (em tempo hábil)*” (ROSA-MC).

Ao refletir as dimensões do trabalho de VISAPAF e da participação dos sujeitos de VISAPAF na estrutura política das ações de saúde, lembro de algumas falas de chefes de postos e dos trabalhadores de VISAPAF: “*SUS não fazia parte de nossa cabeça*” (ROSA- MI).

Como tratamos da integralidade das ações em VISAPAF? Diria que a integralidade não é apenas uma diretriz do SUS definida constitucionalmente. Ela é uma "bandeira de luta", parte de uma "imagem objetivo", um enunciado de certas características do sistema de saúde, de suas instituições e de suas práticas que são consideradas por alguns, diria eu, por nós, desejáveis. Ela tenta falar de um conjunto de valores pelos quais vale lutar, pois se relacionam a um ideal de uma sociedade

mais justa e mais solidária. Integralidade como modo de organizar as práticas relaciona-se com a organização dos serviços e das práticas de saúde, crítica à separação entre práticas de saúde pública e práticas assistenciais entre ações de saúde coletiva e atenção individual, crítica aos programas verticais – integralidade tomada como horizontalização dos programas.

É (pausa) hoje, falando como presidente me incomoda muito saber que nós temos um contingente grande, metade da força de trabalho da ANVISA é descentralizado, está nos Estados e, portanto, nos Municípios também, embora sua ação não seja voltada para a localidade, isso não nos traz uma interlocução melhor, não nos traz uma integração melhor com o Sistema (E1).

Então, retornamos ao compromisso da promoção da saúde, que é o compromisso ético do próprio Sistema Único de Saúde, com a integralidade e a gestão participativa, uma vez que se trata de estabelecer modos de atenção e gestão das políticas públicas em saúde que operem na indissociabilidade entre a clínica e a promoção e entre necessidades sociais e ações do Estado. O ideário da integralidade compõe um processo que se inicia na formulação de políticas do nível macro pelo Estado, passa pela gestão e gerência nos distintos níveis até a produção de ações de cuidado de saúde por meio das práticas para a atenção e o cuidado dos sujeitos.

Entendemos a integralidade no cuidado de pessoas, grupos e coletividade tendo o usuário como sujeito histórico, social e político, articulado ao seu contexto familiar, ao meio ambiente e a sociedade na qual se insere. Neste cenário se evidencia a importância das ações de educação em saúde como estratégia integradora de um saber coletivo que traduza no indivíduo sua autonomia e emancipação. Com base nesta compreensão o estudo busca refletir acerca do princípio da integralidade como eixo norteador das ações de educação em saúde. A educação em saúde como processo político pedagógico requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras, enquanto sujeito histórico e social capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para o cuidar de si, de sua família e da coletividade. (MACHADO *et al.*, 2007, p. 51)

A formação e desenvolvimento dos trabalhadores da vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados têm como desafio não dicotomizar a atenção individual da atenção coletiva, as doenças e adoecimentos da vigilância em saúde; a qualidade de vida (biologia) do andar da vida (produção

subjetiva); não fragmentar, mas Integralizar os grupos de trabalhadores (da gestão, da atenção e da vigilância); não perder o conceito de atenção integral à saúde e realizar o trabalho educativo junto à população e, aceitar que há incerteza na definição dos papéis profissionais, onde há alternância de saberes e práticas de cada núcleo constituído das profissões de saúde e do campo da atenção integral à saúde. Isto tendo em vista que o grupo que realiza as ações de VISAPAF é constituído por diferentes sujeitos, com várias profissões, níveis de escolaridade que incluem a titulação desde o ensino fundamental até o nível superior, independente de gênero, raça, religião ou etnia enfim, de diferentes origens.

Mas a (Gerência) Portos, Aeroportos e Fronteiras, nessa seleção, nessa absorção de servidores, não se preocupou em fazer uma triagem, uma seletividade visando compatibilizar a área de execução com a formação profissional adequada. Então a gente tem exemplos de coveiros dentro da Coordenação do Estado do Amazonas em função do Ministério da Saúde possuir um hospital e esse hospital ter um cemitério vinculado a ele. Então existiam coveiros trabalhando nessa área (E8).

Jung, em seu ensaio denominado “Alma e Morte”, diz que:

É no misterioso momento do meio dia da vida que acontece o nascimento da morte [...]. Vida significa ascensão e queda, desenvolver-se e definhando e, diante dessa totalidade de vida – e – morte, deve-se ainda perceber o desejo de viver e o desejo de morrer. (1972, p.56)

Ao refletir sobre as mortes em nossas vidas observamos que ao longo deste caminho sinuoso encontramos fatos, pessoas e contradições que irão se transformando em verdadeiras fontes de mudanças e essas nos levam a ter sentimentos de perdas, pois os ganhos são seguidos de perdas para que efetivamente se possa ter consciência da mudança. Em VISAPAF estas mudanças levam seus trabalhadores a sentir, em alguns momentos, as transformações como perdas e daí os sentimentos de morte de seu lugar. Pois onde já se viu um Biólogo trabalhar com um coveiro? E a Integralidade fica onde?

Dentro da concepção de integralidade, destacam-se as ações de educação em saúde como estratégia articulada entre a concepção da realidade do contexto de saúde e a busca de possibilidades de atitudes geradoras de mudanças a partir de cada profissional de saúde, do trabalho em equipe e dos diversos serviços que buscam uma transformação nas condições da saúde da população. Uma educação

em saúde nos moldes da integralidade em VISAPAF inclui políticas públicas, ambientes apropriados para além dos espaços transfronteiriços, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, envolvidas na melhoria da qualidade de vida e na promoção do homem.

Somos mais do que meros agentes de fiscalização, dentro de uma perspectiva de punição. Somos sim fiscais, mas com uma proposta muito maior, garantir a saúde humana e promover os meios ao seu alcance. Através do exercício de olhar de novo o já concebido, é possível ver de novo coisas já vistas e que nos trazem possibilidades de novas descobertas (ROSA –MI).

Trabalhar nos processos de educação dos trabalhadores em VISAPAF tendo como apoio o princípio da integralidade trata-se de não fragmentar, mas integralizar o fazer do conhecer, o agir do sentir, o fiscalizar do educar. A ação aqui, em última instância, é realizada e controlada pelo próprio processo produtivo, é o trabalhador que, embora tenha que cumprir as normas, possui uma ampla possibilidade discricionária. Ao definir a seqüência de atividades a serem realizadas durante sua jornada de trabalho, ele possui liberdade de ação para criar. Além disso, aqui ele é o dono de seu processo produtivo, ou deveria ser, participando desde o início até o final do processo de trabalho. Codo e Gazzotti afirmam que “esta não é a única peculiaridade deste tipo de atividade. Todo trabalho envolve algum investimento afetivo por parte do trabalhador, quer seja na relação estabelecida com outros, quer mesmo na relação estabelecida com o produto do trabalho” (1999, p.50). Trabalhar com os afetos - afetar, tocar, no caso dos trabalhadores de VISAPAF, significa transgredir, ir além do que está permitido. Suas ações estão imersas em subjetividades, mesmo sendo ações concretas.

Ao liberar um órgão para transplante, liberar um traslado de cadáver, orientar um viajante para os cuidados necessários para que sua viagem transcorra, tanto do ponto de vista da saúde como do cuidado e respeito à cultura e à história dos povos que serão visitados, o trabalhador mergulha no profundo espaço íntimo dos sujeitos que ao serem afetivamente tocados participam do trânsito necessário para a construção de sujeitos capazes de ao agirem construir outros como a si mesmos, pois a ação aqui desenvolvida pode em outro momento ser ação para si.

Quando os sujeitos se relacionam com o mundo, imprimindo-lhe suas marcas, além da energia física desprendem também uma energia psíquica, enquanto dá significação às coisas (CODO; GAZZOTTI, 1999). Este é um dos movimentos que

constrói os sujeitos sentir – pensantes. *“Associar o lado regulador ao lado educativo, orientador e humano (promoção da saúde)”* (ROC – MI).

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. (FREIRE, 1992, p. 66)

Acho que em geral são para a atribuição, mais cotidianas, são conhecimentos que não são específicos de nenhum curso de graduação e que tem que ser adquirido nas formas e que estejam ao nosso alcance para a formação, inclusive a forma atual de formação na prática (E1).

O trabalhador de VISAPAF não pode estar alheio às condições concretas do tempo-espço em que se dá sua prática, estas têm a ver com a maneira como precisa ser entendida a sua presença em seus locais de ação e suas relações com a dos seres humanos no mundo.

Agora, acho que nós temos andado muito devagar, não apenas na ação em VISAPAF, mas na Agência como um todo, andado devagar na discussão sobre de que maneira nós nos inserimos na discussão internacional sobre controle sanitário. Claro, existe uma discussão específica que é liderada pela área de VISAPAF na revisão do regulamento sanitário internacional e alguns instrumentos semelhantes que são pactuados para a intervenção específica em fronteira. Isso se relaciona muito pouco ainda com uma revisão estratégica do papel dessa área na regulação do comércio internacional de maneira geral, da inserção econômica do país de maneira geral (E1).

Se suas presenças forem somente determinadas ou condicionadas, então é necessário um (re)conhecimento de si e de sua ação para que a força de trabalho possa ir além. Se com o trabalho podemos ser atuantes, curiosos, capazes de correremos risco, transformadores, nesse movimento seremos sujeitos que ao agir marcarão as ações com seus sentimentos. Como pesquisador e trabalhador de VISAPAF também penso e sinto que estaremos aptos para estar/agir no mundo, mais do que puramente a ele nos acomodar.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar. (FREIRE, 2002, p. 37)

Ao estudar a formação dos sujeitos em VISAPAF é preciso pensar com generosidade para abordar com responsabilidade e a complexa realidade na qual estão envolvidas as suas práticas. Pensar com generosidade é abrir o pensamento sob uma postura solidária e desejante diante do outro, de querer entender a profunda diferença que afasta e aproxima a humanidade, em um jogo de luz e sombra, do visível e do invisível, que cria o paradoxo próprio da dimensão humana.

Dar um tom generoso ao estudo sobre a formação dos trabalhadores de VISAPAF é confrontar uma imagem esvaziada e pobre de sentido sobre esta atividade, presente na maioria das elaborações sobre ela, com outra mais dinâmica, fraterna e recheada de concretude e afetos. O tempo foi adequado ao relógio da produção, compartimentando disciplinas para aumentar a produtividade, capacitando para uma democracia de cunho patrimonial e de uma tecnologia pragmática. Assim como ratificou a objetificação do conhecimento em função da acumulação, por um caráter cientificista. No entanto, observamos que não foi o trabalho quem criou tais princípios, longe de ser sujeito, configurou-se como verdadeiro instrumento. *“Você pode ter conhecimentos científicos do risco envolvido a partir de várias disciplinas, mas a formação nessa área, ela de alguma forma não se encontra”* (E6).

Perante essa relevância do ato de aprender de todo ser humano, na relação educador/a, e educando/a, Freire (2002, p. 25) pontua que não há docência sem discência, ou seja, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Quando o/a educador/a se vê como sujeito formador do processo educativo e seus alunos e alunas como “objetos” que devem ser formados, portanto, recebem passivamente conhecimentos pertencentes ao sujeito que sabe e que são a ele transferidos, ocorre um esvaziamento da relação dialética de aprendizagem de todo o humano. Contrapondo-se à educação “bancária”, Paulo Freire evidencia a educação libertadora, que considera todo indivíduo como agente de transformação, reconhecendo-o como sujeito histórico inserido na realidade de forma crítica. Desse modo, a relação educador - educando é amparada pela irrecusável prática do entender, do sempre desafiar o/a educando/a com quem se comunica a produzir sua própria compreensão do que vem sendo comunicado.

A educação para a libertação deve privilegiar o exercício da compreensão crítica da realidade e possibilitar não só a leitura da palavra, a leitura do texto, mas também a do contexto, a leitura do mundo:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2004, p.67).

Uma capacitação mais eficaz dos servidores que trabalham e inspeção para prevenir a intimidação dos mesmos em algumas situações, onde o domínio maior da própria legislação daria mais confiança aos mesmos. Após dois dias de uma avalanche de novas informações que muito contribuirão para condutas renovadoras, posso afirmar que eu mesma já me vejo com outros olhos, assim sendo, “quebrar paradigmas”, renovar, principalmente acreditar na capacidade e potencial de cada servidor será o meu foco, a minha missão individual, para que com atitudes eu seja um elo de transformação (ROSA – MI).

Detalhando: a concepção de formação integral toma a superação da divisão do trabalho, a união do trabalho manual ao trabalho intelectual e o processo histórico-concreto de construção da sociedade, sob o qual a formação integral se constrói. A perspectiva é de que esta formação integral leve os trabalhadores ao domínio científico e tecnológico do novo processo de produção em curso, e propicie as condições para a construção de uma estrutura social, na qual os trabalhadores se constituam como classe dirigente. A discussão de Marx (2002) sobre a educação da classe operária tem como contexto a intensificação rápida do modo de produção capitalista. O novo processo de trabalho, a nova organização política, social e cultural que decorre desse novo modo de produzir e a apropriação da ciência e do saber do trabalhador pelo capital, permanecem.

Ao estudar a VISAPAF vejo as concepções de trabalho que estamos caminhando é a de estruturas capazes de dar conta dos novos momentos tecnológicos ao mesmo tempo em que são criadas estruturas de transformação de sujeitos em produtos de sustentação da mais-valia (produção) para que o lucro (circulação/consumo) e o capital se mantenham em íntima relação de ganho absoluto. Os trabalhadores de VISAPAF tanto são, o produto que produz capital quanto são objeto de controle para que os produtos (sujeitos e tecnologias) tenham a sua viabilidade certificada dando ao capital a dimensão dos novos fenômenos

dinâmicos, como desvio, da relação produto – objeto para produto – afeto – atuação – produção de trabalho que são justamente forças que falseiam as energias de prazer que estão presente nos sujeitos limitando a reflexão e a crítica. Na fala do participante da oficina: “[...] *capacitação mais eficaz dos servidores que trabalham e inspeção para prevenir a intimidação dos mesmos em algumas situações [...]*” (ROSA – MI), observamos a estrutura capitalista de apoderamento das capacidades do trabalhador e o efeito de intimidação próprio do capitalismo que se baseia na exploração das convicções dos sujeitos para extrair o máximo de lucro. Ao pedir capacitação mais eficaz esse trabalhador está pleiteando a possibilidade de romper com estas estruturas de empobrecimento da capacidade de reagir dos trabalhadores.

Ainda, cabe aqui salientar desta fala:

[...] Após dois dias de uma avalanche de novas informações que muito contribuirão para condutas renovadoras [...] que ao investir na criatividade e respeitando os conhecimentos empíricos ou simplesmente ouvindo esses trabalhadores já podemos ver resultados [...] que eu mesma já me vejo com outros olhos, assim sendo, “quebrar paradigmas” renovar principalmente acreditar na capacidade e potencial de cada servidor será o meu foco, a minha missão individual[...] (ROSA-MI).

[...] é nessa travessia que podemos situar a ciência, a tecnologia, a educação em geral ou a educação profissional como instrumentos de ampliação e legitimação da exclusão ou mediações importantes sociais, culturais, econômicas e estéticas de emancipação humana. (FRIGOTO, 2001a, p. 73)

Nas últimas décadas, profundas transformações vêm ocorrendo tanto nas formas de materialidade, quanto na esfera da subjetividade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, estas formas de contradições de socialização e organização societal foram sendo fetichizadas em sociedades democráticas, de crenças na desmercantilização da vida, no fim da ideologia e de uma sociedade viável em interações subjetivas através de formas intersubjetivas entre os sujeitos. Desta maneira, foi sendo construído um imaginário de falsas esperas que atingiremos em pouco espaço de tempo o paraíso, a ociosidade, pois a forma de exploração do trabalho terá se rendido e atendido às necessidades humanas de lazer, momentos de reflexão sobre a vida e participação efetiva do viver planetário.

O desafio, portanto, é olhar para uma sociedade que vá além do capital, mas que tem de dar também respostas imediatas para a barbárie que assola a vida cotidiana do ser social que trabalha. Em outras palavras, buscar a imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica de clara conformação anticapitalista, tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores. O que recoloca uma vez mais a importância decisiva da criação de novas formas de organização internacional dos trabalhadores. (ANTUNES, 1999, p.5)

Ao longo das discussões deste estudo observamos o lugar de ação do trabalhador de VISAPAF, seu exercício permanente de participar das relações de força dos capitais estrangeiros, quando estabelece regras para entrada e saída de produtos que circularão internacionalmente, pois é no dia-a-dia que os trabalhadores de VISAPAF se estabelecem como sujeito/produto/consumo. Trata-se da precarização da força de trabalho, da superexploração do trabalho. Combina-se a extração da mais-valia relativa com a expansão das formas de extração da mais-valia absoluta destituindo o trabalho de subjetividades.

Sensibilidade, respeito, humanidade, companheirismo, confiabilidade (foi o que passou [...] ontem em sua fala) e transparência, me fez crer que esse pequeno movimento ora iniciado (nas oficinas) há de ser transformar e institucionalizar, coroando de forma plena e absoluta essa semente plantada (ROSA – MI).

Essa fala simples de um trabalhador nos faz acreditar que é possível construir caminhos de liberdade, de trabalho coletivo não escravizado, reflexivo e com múltiplas possibilidades de educação e formação. São esses trabalhadores que construíram e constroem o Estado brasileiro e que em muitos momentos são aviltados por outros sujeitos – não sei se devo me referir a estes como – mas são esses “humanos” que para manter-se empoderados em seus castelos de areias movediças tratam os trabalhadores como podemos observar na pág. 115.

O que quero dizer é que o produto deste trabalho vai se construindo o tempo todo entre trabalhadores, agência e regulados sendo que aqui nesta relação o trabalhador de VISAPAF fica pressionado para cumprir as normas emanadas pela sociedade política e as necessidades da sociedade civil. É com esses processos e nestes níveis de exigência e de tensão para o trabalho que nosso fazer, enquanto trabalhadores, sustenta o modo de organização da instituição. Instituição que foi construída para ser apenas uma agência reguladora, mas esqueceu que uma parte

dela está presente em todos Estados e em muitos municípios cumprindo seu papel fiscalizador e agindo diretamente com os mercados, os produtos e o capital o que faz desta também uma agência executiva, embora seus agentes diretores assim não a considerem.

Mas existe gente doente entrando no país e para controlar esse fluxo a impressão que eu tenho é que em grande parte o nosso olhar para a questão ambiental, incluindo vetores, mesmo para controle de cargas é um olhar muito empírico e até tenha a ver com a formação do nosso quadro, no caso de meio ambiente. Eu sei que a gente já teve agência em alguns lugares isolados que tiveram diversas iniciativas de capacitação, de ter um olhar um pouco mais preparado para problemas dessa natureza de agravo do meio ambiente; gerais, mas que nos levaram só ao olhar empírico, não ao olhar do zelador do espaço (E1).

É necessário entender a face real da fala a que o dirigente remete. Oliveira (2000) caracteriza-a como “totalitária” e numa insistência de que não há alternativas, ou seja, processo autoritário e centralizado como uma ideologia da única via. Entendo que não é possível dissociar educação e trabalho, pois assim estaríamos dissociando o homem de sua história, o trabalho da prática e ambos das relações sociais de produção e da vida humana. Neste sentido entendo que pelo trabalho se educa e não há educação sem se considerar a realidade da dimensão do trabalho, entendida não somente como práxis produtiva, mas como práxis humana.

De que espaço está falando? O espaço privado? O espaço público financiando o privado? Ou será o espaço em que os sujeitos tenham que garantir as transformações de matéria em produto que seja efetivamente controlado e certificado para o uso? *“Precisamos ter um re-olhar de busca no local de trabalho, as coisas e as pessoas, para através desse olhar pensar nas novas maneiras de crescimento como pessoas e trabalhadores”* (ROSA – MI). Diferente do olhar do dirigente, o trabalhador vê seu trabalho como atividade criativa, experiência, habilidade e desenvolvimento da forma mais ampla que podemos pensar. Ao estar no mundo do trabalho e no espaço modifica não apenas o mundo, mas também o sujeito que o executa.

Me parece óbvio que a educação de que precisamos, capaz de formar pessoas críticas, de raciocinar rápido, com sentido do risco, curiosas, indagadoras não pode ser a que exercita a memorização mecânica dos educando. A que “treina”, em

lugar de formar. Não pode ser a que “deposita” conteúdos na cabeça “vazia” dos educandos, mas a que, pelo contrário, os desafia a pensar certo. (FREIRE, 2000, p. 100)

Se a relação do mundo e a formação e educação constroem subjetividades as normas estabelecem o concreto legal da atividade destes trabalhadores.

Ao considerar as normas que hoje fazem parte do ordenamento jurídico da agência estamos diante de regras que estabelecem os vínculos entre os trabalhadores e os regulados e neste movimento compõem as lógicas globalizantes — conjunto de princípios, normas e práticas mais ou menos institucionalizadas que asseguram a reprodução relativamente pacífica da ordem capitalista mundial. Um exemplo da norma em VISAPAF é o Regulamento Sanitário Internacional - RSI 2005 (OMS, 2008):

Artigo 2 Propósito e abrangência: O propósito e a abrangência do presente Regulamento são prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças, de maneiras proporcionais e restritas aos riscos para a saúde pública, e que evitem interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais. (RSI – 2005)

Insta os Estados Membros a:

- (1) desenvolver, fortalecer e manter as capacidades exigidas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e a mobilizar os recursos necessários para esse fim;
- (2) colaborar ativamente entre si e com a OMS, em conformidade com as disposições relevantes do Regulamento Sanitário Internacional (2005), de modo a garantir sua implementação efetiva;
- (3) apoiar países em desenvolvimento e países com economias em transição, caso assim o solicitarem, no desenvolvimento, fortalecimento e manutenção das capacidades de saúde pública exigidas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005);
- (4) tomar todas as medidas adequadas para favorecer os propósitos e a eventual implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005), antes de sua entrada em vigor, incluindo o desenvolvimento das capacidades de saúde pública e dos dispositivos legais e administrativos necessários, e, em particular, iniciar o processo para introduzir o uso do instrumento de decisão contido no Anexo 2 (RSI, 2005).

Para Gramsci (2003), para ser hegemônico um Estado tem que fundar e proteger uma ordem mundial que seja universal na concepção, isto é, não uma ordem em que o Estado explore diretamente os outros, mas uma em que a maior parte dos outros países a identifique como compatível com seus interesses. A hegemonia no plano internacional se expressa em normas universais, instituições e

mecanismos que geram regras gerais de comportamento para Estados e para as forças da sociedade civil - regras que suportam o modo dominante de produção.

No plano nacional, as leis 8.080 de 19 de setembro de 1990; 9.782 de 26 de janeiro de 1999, respectivamente, Orgânica da Saúde e da criação da ANVISA normatizam as ações de vigilância sanitária no Brasil, bem como estabelecem as regras para circulação de pessoas e mercadorias entre os países e o Brasil. Com estas normas os trabalhadores de VISAPAF, juntamente com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº. 1 de 01 de outubro de 1999 e atualizada pela RDC nº.1270, de 02 de outubro de 2008, ficam autorizados pelo Estado a fazer o controle sanitário de entrada pelas fronteiras terrestre, marítimas, fluviais e aéreas de viajantes e mercadorias.

Desta forma o Estado é concebido, segundo Gramsci (2003), como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo. Essa expansão para ser eficazmente levada a cabo, não pode aparecer como a realização dos interesses exclusivos dos grupos diretamente beneficiados. Ela deve apresentar-se como uma expansão universal (expressão de toda a sociedade), por intermédio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente. Incorporação essa que é o resultado contraditório de lutas permanentes e da formação de equilíbrios instáveis e de arranjos de força entre as classes. Processo limitado pelas necessidades de reprodução da própria ordem e que se restringe, portanto, ao nível das reivindicações econômico-corporativas.

VI OS CAMINHOS DOS SUJEITOS SENTIR - PENSANTES NO TEMPO E NO MOVIMENTO

Neste início de século XXI as relações entre os homens têm se dado na medida em que as articulações entre as classes dominantes e as classes dominadas determinam a acumulação da riqueza e a pauperização da pobreza, embora toda a construção retórica do final do milênio tenha sido a de transformar o mundo em um lugar de se viver com liberdade e justiça social. Em seu livro “A era dos extremos”, Hobsbawm nos deixa algumas indagações sobre o final do século:

Que eram na verdade, as potências internacionais, velhas ou novas, no fim do milênio?... Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabeleciam, ou pelo menos ratificava, fronteiras contestadas? [...] Qual seriam a natureza e o âmbito das autoridades responsáveis pelas decisões – supranacionais, nacionais, subnacionais e globais, sozinhas ou combinadas? Qual seria a relação delas com as pessoas sobre quem se tomam as decisões? (1999, p. 538).

No campo político o movimento dito neoliberal atravessa o tempo e nos chega com a proposta da construção de um planeta habitado por sujeitos vivendo em Estados territoriais sem fronteiras, territórios globais, de divisão de misérias. Acredito que as políticas estão espreitando-se em um movimento ainda não muito bem percebido, mas, com certeza, não é liberal, nem tão pouco neoliberal, pois é mais perverso.

As lutas de hoje são no sentido de estabelecer o “equilíbrio” entre as “potências” mundiais. Porém, os embates são no sentido de somente lutas políticas e não na da construção de uma sociedade sem classe como nos afirma Gramsci:

Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra do movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando prepara minuciosamente e tecnicamente no tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc (GRAMSCI 1984, p. 92).

6.1 Os Sujeitos no Tempo no e em Movimento

É nesse movimento, espaço e tempo que estudo a vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados compartilhando com meus companheiros de trabalho as contradições da marca histórica desta que é a atividade que está presente antes e depois de estarmos vivos no planeta. A vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados reúne um campo intersetorial, cujo conhecimento advém, além de campos específicos acerca do objeto em que age – enfermagem, farmácia, nutrição, biologia, engenharia, epidemiologia, medicina e direito sanitário. Mais do que isto, precisa do auxílio de disciplinas que não pertencem ao campo da saúde, por exemplo, o direito internacional, o direito administrativo, as relações internacionais, os direitos difusos, a política tributária, o planejamento, a matemática probabilística, a política industrial, as políticas sociais e as ciências sociais.

O espaço da vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados constitui um campo complexo de relações que transitam da produção de um bem ou serviço, à circulação de meios de transportes, viajantes e mercadorias, das relações com outros sistemas e níveis de exigências sanitários internacionais.

A pesquisa realizada junto aos trabalhadores, responsáveis pelos postos e pelos gestores da ANVISA foi fundamental para o enriquecimento do processo de formação e educação dos sujeitos sentir – pensantes que executam suas ações de proteção da vida nesta instituição que tem como missão: proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso; como valores: conhecimento com fonte da ação, transparência, cooperação e responsabilização; e visão: ser agente da transformação do sistema descentralizado de vigilância sanitária em uma rede, ocupando um espaço diferenciado e legitimado pela população, como reguladora e promotora do bem-estar social.

Com base na pesquisa realizada, tendo como apoio os depoimentos dos trabalhadores e gestores e considerando o trabalho em saúde como um fenômeno social, há fortes evidências de que este trabalho manifesta-se contraditoriamente com a negação da organização do espaço público, a partir da organização do espaço privado e vice-versa. Isto ocorre partindo do processo de interação com as condições

de realização do trabalho e controle sanitário. A agência, devido ao seu processo de autonomia administrativa e financeira tem o mercado como um dos mecanismos vitais de sua sobrevivência.

Ao buscar o apoio de teóricos como Marx, Gramsci, Paulo Freire, Frigotto, Ramos, Kosik, Cheptulim, entre tantos, esquadrinhei a possibilidade de pensar e quem sabe achar a liberdade, a partir do saciar de nossas necessidades, no processo de interação com a realidade. O materialismo histórico potencializa o homem, o trabalho na construção e na transformação de sua história como ser de opção, de desejo, de vontade, de mudança que pode e deve optar pelos caminhos que deseja alcançar.

Neste sentido busco em Wood (2003) palavras que colaboram com o que pude sentir, pensar e viver durante esta caminhada em que convivi com sujeitos com tantas contradições e que ,falseados por um ideário neoliberal, acreditam que ainda é possível haver humanização dentro deste sistema que explora sua força de trabalho. Mudam seus hábitos, tornando-os produtos e consumo:

Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida. [...] um capitalismo humano, social, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo. (WOOD, 2003, p. 8)

Transformar a formação de sujeitos em sujeitos sentir - pensantes aparece como objetivo extremamente difícil, talvez, mais do que os pioneiros do socialismo em mudar o mundo, talvez até mais utópico ou mesmo idealista. “Mas continua a ser uma necessidade que não pode socorrer-se da garantia de qualquer fetiche que seja”, acredita Bensaid (1999, p. 75). Neste sentido meu estudo caminhou pela possibilidade de se fazer escolhas e transformações. A proposta é a de promover mudanças na formação dos sujeitos e em seu processo de educação para o trabalho.

A educação não é neutra, não é ingênua, é intencional e a decisão dos atos dos sujeitos pode colocar a educação, tanto a serviço, das mudanças do mundo, como podem colocá-la a serviço da imobilização e da injustiça.

O estudo me leva à descoberta de que através da categoria da prática social e de que todas as experiências com as práticas, ambas brotam da conjugação de organização e reorganização da matéria vêm da vivência que experienciamos. As

práticas apóiam o homem à ação, aplicação de seu patrimônio acumulado, no seu ir e vir da ação à reflexão, como prática social, como práxis. Foi no compartilhar com meus companheiros de trabalho que encontrei a força motriz para sentir - pensar de perto as contradições existentes sobre as práticas em VISAPAF, suas normas, suas discricionariedades e, mais uma vez me presenteei com o que nos deixou Freire (2002, p. 92): “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e reflexão”.

6.2 O Sujeito Sentir – Pensante: Construindo Caminhos de Formação/Educação para Si com os Outros.

O Trabalho, quando tem como origem a teoria e a prática, conjuga condições para que os sujeitos dialoguem cada vez mais com seus companheiros no se apresentar ao mundo. Se falha esta relação falha também as condições de diálogo e o sujeito não se sente capaz de pensar quando se vê explorado, impedido de participar da construção dos processos a que serão submetidos quando de suas formações. Isto posto, leva o trabalhador a adotar uma posição de receber e fazer sem criticar o reflexionar o seu fazer constituindo-se como um sujeito triste, sem motivação e adotando uma posição de retraimento nas relações sociais e de silêncio sobre seu fazer em VISAPAF.

A formação dos trabalhadores em VISAPAF está conectada com o fazer em saúde, com as políticas públicas nacionais e internacionais, com os setores regulados pela ANVISA tanto nacionais como internacionais integradores do fenômeno material que faz do exercício de controle nas fronteiras uma atividade de contato com o mundo. Portanto, precisa ser entendido como uma totalidade que estabelece as correlações de oposições, sem excluir os opostos correlativos, inclusive podendo ser transformado em permanente estado de organização e reorganização. Não existe nada definido. Pois não é nem a qualidade, nem a quantidade da formação isoladamente que criam um estado de organização ou de reorganização da matéria mas o processo de concomitância desta qualidade e quantidade. O fenômeno social, a formação, vistos pela categoria da totalidade me ajudou a entender os demais

fenômenos interligados à formação dos trabalhadores e como estes podem vir a se constituírem como Sujeitos Sentir – Pensantes.

Os trabalhadores com quem me relaciono e com os quais realizei esta pesquisa podem estar condenados ao aparato ideológico, pedagógico, tecnicista formador de práticas para reproduzir e expandir a ordem dita neoliberal que está comandando e subtendo-os ao poderio das políticas públicas nacionais e internacionais de sua formação e educação. Esses temas suscitam as contribuições de Frigotto, que parte da concepção que o homem que faz a sua história em condições não escolhidas por ele e isto não significa uma causalidade, pelo contrário, é um processo teleológico. Os próprios homens podem alterar as condições que não escolheram.

Constatar as dificuldades na implantação de propostas progressistas na formação e educação dos trabalhadores de VISAPAF me leva a concluir que a impossibilidade da transformação radical dos modelos até agora executados, tem como um dos grandes obstáculos a própria constituição da agência e sua vinculação vital com o mercado, o rompimento com a lógica transformista de sujeitos em mercadorias e a necessidade de seus trabalhadores se constituírem como sujeito sentir – pensantes, pois são as contradições próprias do capitalismo que impedem que essa tarefa democrática seja alcançada.

Este é o sujeito que ao executar seu trabalho se humaniza. A agência precisa olhar com lentes de instituição que promove a vida e, portanto, entender que as diversas formas até agora de treinamentos, ou como alguns pensam capacitação, está distante das necessidades para a integração com o SUS. Também é necessário olhar como se dá a construção de trabalhadores atentos aos seus “regulados”, pois, quando exercem seus compromissos funcionais estão, também, participando de um movimento político, ideológico e de sensibilização para o cuidado de todos.

Estudando junto aos meus colegas os entraves e as dificuldades para sua formação enquanto trabalhadores, busquei observar como estão estruturadas as forças capitalistas dentro dos planejamentos das ações em saúde. Nosso trabalho se insere no contexto da promoção e proteção da saúde. Também observei como as forças capitalistas se interpõem nas relações de trabalho de VISAPAF, sempre na tentativa de minimizar os riscos e aumentar o lucro. É com esse movimento que os sujeitos de VISAPAF se transformam em sujeitos/produtos/consumo. Minha tese tem como horizonte a possibilidade de formar sujeitos sentir – pensantes e elevá-los da

situação de mutilados, embrutecidos, alienados pelas sociedades de classes, e pelas divisões que são próprias delas, à condição de sujeitos livres, cujo desenvolvimento individual não mais opõe artificialmente condicionantes sociais. Tem como perspectiva a formação de sujeitos que resgatem suas contradições em suas próprias histórias.

É preciso estabelecer estratégias de aprendizagem que favoreçam o diálogo, a troca, a transdisciplinaridade entre os distintos saberes formais e não-formais que contribuam para as ações de promoção de saúde na área de VISAPAF.

A saúde, bem como a VISAPAF, em especial na década de 90, tem sido afetada pelas ações governamentais decorrentes da política de “Reforma do Estado”, apontadas como necessárias para o processo de modernização e inserção do País de forma competitiva no cenário internacional. Neste processo a agência tem participado de forma efetiva nos movimentos transnacionais de mercadorias, serviços e pessoas. A proposta de reforma defendeu a substituição do modelo administrativo das instituições públicas, localizando na questão gerencial, e no modelo de agência – ANVISA e ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, o nó crítico do problema das fragilidades dos serviços públicos de saúde. E os problemas de fundo que geram a desigualdade no País permanecem. Dentre eles o padrão de financiamento do Estado, sua incapacidade de produzir políticas de distribuição de renda e equalização do acesso a serviços públicos essenciais e da formação e educação destes trabalhadores. O modelo vigente, nestes serviços de saúde, guia-se pelas óticas ditas hegemônicas neoliberais e, na prática, essa visão acaba definindo a missão destes serviços e as conformações tecnológicas, atendendo a interesses poderosos, considerados legítimos.

A fragmentação, a imobilidade, a desarticulação das linhas de intervenção com os sistemas e a burocratização, são problemas importantes no trabalho de saúde pública brasileiro. O trabalho dos trabalhadores sofre influência da linha taylorista, fordista ou mesmo os chamados modelos pós - fordistas ou flexibilizados, traduzida pela acumulação de normas administrativas e padronizações técnicas, guiadas por crenças na possibilidade de controlar e regulamentar o conjunto total do trabalho.

O destino de um modelo, pois o que se pretende com os modelos de gestão da coisa pública, raramente está posto nas mãos dos que se encontram fora dela, pelo menos, não em se tratando da mera enumeração de suas inconsistências e

evidências de fracasso. Porque um modelo não se sepulta nem se abandona simplesmente. Até onde ele foi capaz de se constituir como objeto de adesão de pessoas, seus impasses e paradoxos remetem sempre para possibilidades abertas e (ainda) irrealizadas, ou mesmo irrealizáveis. Obviamente, não está dado de antemão qual será a direção tomada por tais (re)investimentos, tampouco se serão bem sucedidos. (Re)fundações, revisões, recomposições e reconstruções são algumas dessas propostas de continuar ou resgatar um legado.

Uma primeira tensão reside entre os marcos de análise macro-estruturais e a análise institucional das políticas. Não é novidade afirmar que a área da VISAPAF nasce e se desenvolve pelo do saber hegemônico, acompanhando e, de certa forma, liderando a constituição desse campo de conhecimento. Porém, quando me debruço sobre o assunto e faço este estudo, vejo que para que aconteçam as transformações que os trabalhadores desejam e estas estão explícitas nas análises dos dados, os movimentos destas transformações implicam na incorporação do significado do trabalho enquanto modelo explicativo: categorias, como capital e trabalho, e conceitos como classes sociais, contradição e luta de classes passam a nuclear o conteúdo de proposta para a formulação de políticas de educação para o trabalho e mudanças dos processos e entendimentos da produção social do processo saúde/doença. Diante desse movimento, o conceito gramsciano de Estado ampliado revela-se como suficientemente elástico para dar conta da complexidade que significa debruçar-se sobre uma educação social capitalista, e mais ainda do capitalismo à brasileira.

Trabalhar com as contradições, com a perplexidade, com o inusitado, com o fragmentado, enfim com a vida criando e (re)criando sujeitos em mobilização, pois mobilizar é desenvolver sensibilidades, é estar atento a confrontos entre algumas tensões que são necessárias nos processos de mudanças. Estes movimentos talvez sejam uma das possibilidades estratégicas de fazer do sonho uma prática materializada. O humano – sujeito sentir – pensante que sonha e mobiliza-se para que com a realização de suas práticas modifiquem o entendimento do que é fazer saúde, é o mesmo que no início da vida passou também pelo conjunto de articulações realizadas para que seu nascimento acontecesse, o espermatozóide alcançou o ovócito, se transformou, gerou mudanças no outro e em si mesmo dando ao processo histórico de sua vida a contribuição para que as vidas continuem, não como naturalização do processo, mas com disputa política agora educativa.

Assim como sujeito sentir – pensante que sonho e vivo na prática meu fazer humano no trabalho, acredito que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de VISAPAF não conseguem ofuscar o prazer e o encanto que os trabalhadores participantes desta pesquisa demonstram ter pelo exercício do seu trabalho em saúde, em VISAPAF. Sentem-se felizes ao estarem no serviço público e por poderem colocar a disposição da sociedade a viabilização de um desenvolvimento social, a partir do exercício do seu trabalho em VISAPAF.

Desejo, a partir deste estudo estar contribuindo para a reflexão do exercício do trabalho em saúde – VISAPAF - como manifestação de desenvolvimento dos espaços públicos; em defesa do acesso público ao conjunto de produtos e serviços para a saúde que são regulados pelos trabalhadores de VISAPAF; em defesa da liberdade no trabalho; e em defesa de um projeto político pedagógico para a formação/educação no trabalho de VISAPAF.

Permito-me utopicamente apresentar as sugestões construídas coletivamente:

1. Que os trabalhadores possam ter condições dignas de trabalho e que o trabalho em VISAPAF seja dignamente remunerado pelo Estado;
2. Que o Estado reconheça o trabalho em VISAPAF como carreira típica do Estado;
3. Que o Estado, através de sua sociedade política, construa junto com os trabalhadores uma única carreira, e que os trabalhadores de VISAPAF sejam reconhecidos como trabalhadores da carreira e não como sujeitos especiais, prestes a ter sua função extinta;
4. Que sejam criados mecanismos para que o Estado e a sociedade reconheçam que o trabalho de VISAPAF é ação de promoção e proteção da saúde;
5. Que a agência construa meios de comunicação com a sociedade a fim de que as atividades de VISAPAF possam ser olhadas como ação de defesa da vida e não como atividade que restringe, reprime ou tenha características policialesca, um bem público;
6. Que a ação em VISAPAF não seja vista pelo Estado e pela sociedade mercantilizada apenas como uma ação dispendiosa, repressora, certificadora de qualidade, mas como um investimento social de garantia da vida: não apenas como uma ação social, mas como uma ação que além de cumprir seu

- papel regulatório e executor, também cumpre campo de pesquisa em saúde, de formação de sujeitos trabalhadores comprometidos com a saúde pública;
7. Que a agência possibilite aos trabalhadores maior autonomia no gerenciamento dos processos de trabalho;
 8. Que os trabalhadores de VISAPAF avaliem suas ações no sentido de não serem sujeitos acríticos no processo de desenvolvimento do espaço público;
 9. Que os processos de formação/educação dos trabalhadores de VISAPAF objetivem o reconhecimento do trabalho realizado, a liberação de mecanismos de dominação e a criação de novos sujeitos, plurais, coletivos, e suficientemente potentes para possibilitar a identificação e realização de trabalhos coletivos;
 10. Que o trabalho em VISAPAF seja tratado como objeto de ocupação e preocupação dos profissionais envolvidos neste processo e particularmente de Projetos Educativos capazes de oportunizar um conjunto de informações a respeito das tendências sociais, de valores, que precisam ser mais do que planos unidimensionais;
 11. Que se constituam em processos coletivos que exige uma formação educativa capaz de promover o qualificado trabalho em Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados;
 12. Propor Curso de Especialização/Extensão alicerçando a construção de conhecimento científico, de caráter interdisciplinar para a constituição e o reconhecimento dos saberes da e em Vigilância Sanitária como ciência prospectiva e não apenas descritiva ou classificatória;
 13. Que as ações de Formação/Educação sejam capazes de construir sujeitos sentir – pensantes, promover e proteger a saúde, prevenir os riscos, passíveis de serem previstos para a saúde, neste caso, na especificidade do fazer presente em VISAPAF, com práxis.

Ao construir este estudo vi brotar de suas entranhas as contradições, os conflitos e as fragmentações típicas de uma sociedade em situação alienante e de um fetichismo do real das coisas em sua consciência. Mudar esses modelos exige uma intervenção consciente nos níveis de nosso viver individual. Nesse movimento de alienação e fetichismo encontram-se os processos de educação e formação dos humanos. O que vivi durante os últimos 04 (quatro) anos me permite dizer que se não ousarmos com transformações da e na sociedade na qual as práticas de

formação/educação cumprem as suas históricas funções de mudança, estaremos fazendo somente alguns ajustes. No entanto, sem provocar as reflexões necessárias para a construção de sujeitos capazes de romper com a lógica do capital e construir alternativas educacionais significativamente humanas e construtoras de Sujeitos Sentir – Pensantes, esquecemos o que Luckács (1970) expressa como classe para si. Mas, é outro anúncio. É deste lugar, o de sempre ousar e como sujeito sentir – pensante que fiz de minha experiência de vida um *lócus* de cuidado de mim e dos outros e a essa altura dos acontecimentos me coloco disponível para enfrentar novos desafios que já estão presentes em nossas vidas. Como vamos dar continuidade ao que fizemos até agora quando o que nos espera é ver um país cada vez mais maduro, cada vez mais velho?

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 1999.
- ARENDDT, H. **Was ist Politik?** Aus dem Naclaß. Munique: Piper Verlag, 1993.
- ARITÓTELES. Arte poética. In: **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1981.
- ARROYO, M. Trabalho, educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, 1998, p.138-165.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELMARTINO, S. Transformaciones internas al sector salud: la ruptura del pacto corporativo / Internal transformation to the health area: the rupture of the corporate agreement. **Cuad. méd. soc.** v. 68, p. 5-26, jul., 1994.
- BENSAID, D. Os tormentos da matéria (contribuição à crítica da ecologia política). In: _____. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BODSTEIN, R. A. **História e saúde pública**. A política de controle de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: PEC/ENSP, 1987.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999a**. Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Disponível em: <<http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=263>>. Acessado em 26 de julho de 2004.
- _____. Decreto Lei nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a organização do Ministério da Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, p. 17163, 31 dez.

1976. Seção 1. pt.1. Retificado no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 7 jan. 1977, p. 178.

BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei378-37.htm>>. Acessado em 26 de julho de 2004.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, p.18055, 20 set. 1990. Seção 1.

_____. Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999b. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 jan. 1999. Seção 1, v. 137, n. 18, p. 1.

_____. Medida Provisória nº. 1.791, de 30 de dezembro de 1998. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1998. Seção 1, p. 2.

_____. Ministério da Saúde / Ministério da Previdência e Assistência Social. Relatório final da 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução – RE nº. 2 de 28 de novembro de 2000**. Dispõe sobre a padronização de modelos para os atos de competência legal no exercício de atividades de fiscalização no âmbito da agência nacional de vigilância sanitária. Disponível em: <<http://e-legis.bvs.br/leisref/public/search.php>>. Acesso em: 02 de out. de 2005.

_____. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº. 217, de 21 de novembro de 2001**. Dispõem sobre Regulamento Técnico de vigilância sanitária nos portos de controle sanitário instalados no território nacional e embarcações que operem transportes de cargas e ou viajantes. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=1196&word=>>>. Acessado em: 04 de out. de 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara S.A., 1987.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: BARATA, R. B. **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p.31-75.

CASTRO J. L. Gerência de pessoal nos serviços de saúde. In: Santana J. P.; Castro J. L (Org.). **Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde**. Porto Alegre: EDUFRN, 1999. 449 p.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa/Ômega, 1982.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. Trabalho e efetividade. In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p 48 – 59.

COELHO, M.I.M.; CAMPOS, R.C.P. **Trabalho, Educação e Formação humana: a relação definidora da proposta do Mestrado em Educação da FaE-UEMG**, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <
<http://www.sitre.cefetmg.br/Arquivos%20CD%202006/Trabalho,%20educacao%20e%20formacao%20humana.pdf>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2008.

COSTA, E. A. **Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Vigilância sanitária, saúde e cidadania. In: CAMPOS, F. E. et al. (Orgs.) **Vigilância sanitária**. Belo Horizonte: Coopemed, 2001, p.15 – 27. Cadernos de Saúde, 4.

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: ROZENFELDT, S. (Org.) **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CZERESNIA, D. The concept of health and the difference between prevention and promotion. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 4, p. 701-709, 1999.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____(Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DAL, P. M. *et al.* Produtividade e desempenho dos recursos humanos nos serviços de saúde. **Human Resources Development**. Washington: OPAS/OMS, n. 10, 1998.

DELGADO, J. A. Pesquisa documental. In: **Seminário de pesquisa histórica**. Programa de Doutorado em Enfermagem: Universidade de Santa Catarina, 1999.

DESCARTES, R. O discurso do método. In: _____. **Coleção os pensadores**. Tradução de Guinsburg, J e Prado Júnior, B. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DEVANA, M. *et al.* **Estrategic wuman resource management**. New York: John Wiley & Sons, 1984.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DUSSAULT, G; SOUZA, L. E. **Gestão de recursos humanos**. Texto apresentado no workshop sobre tendências para a pesquisa em RH. São Paulo, 2000. (Mimeo).

EAGLETON, T. **MARX e a liberdade**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. Estratégia, poder-saber. **Ditos & Escritos**, vol. 4, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRAGA, H. J. de. **As bocas da rua: “eu te vejo, mas você não me vê”**, a cognicidade das memórias (res)sentimentos da cidade invisível. 2004. 110f. Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P, SHOR. I. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, C. M. **Trabalho e conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1989.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do Trabalho:** Perspectivas de final de Século. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun., 2001a.

_____. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. **Trabalho & Educação:** Revista do NETE, n. 9 Jul./Dez., 2001b.

GARCIA, D.S.C. **Representações sociais sobre vigilância sanitária entre trabalhadores da Anvisa:** um estudo na Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados do Rio Grande do Sul. 2006. 108f. Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GOLDIM, J.R. **Pesquisa em saúde:** leis, norma e diretrizes. 3 ed. Porto Alegre: HCPA, 1997.

GORZ, A. A crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GRAMSCI A. A concepção dialéctica da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Obras escolhidas**, vol. I. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. Maquiavel: a política e o Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. Maquiavel: a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Concepção dialéctica da história**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Cadernos do Cárcere, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos o cárcere**. . Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____. **O Estado e a Revolução**. Disponível em: <<http://vermelho.org.Br>>
Acessado em: 06 de jun. de 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HEGEL, G. W. F. Princípios da filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário e contagem da população, 2007. Disponível em: < <http://censos2007.ibge.gov.br/>>. Acessado em mar. de 2008.

JUNG, C. G. Collected works of C. G. Jung, vol. 3. Princeton University Press, 1972. 303p.

JUNG, C. G. **Fundamentos de psicologia analítica**. Tradução de Araceli Elman. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, SP: Unimep, 1996.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KURZ, R. O torpor do capitalismo. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 de fev.1996. Caderno Mais, p. 5 – 14.

LANGMUIR, A. D. William Farr: founder of modern concepts of surveillance. **International Journal of Epidemiology**, n. 5, p. 13-18, 1976.

LEFEBVRE, H. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. São Paulo: Ulisseia, 1972.

LUCCHESI, G. Burocracia política de saúde: arena ou ator? In: Teixeira, S.F. (Org.). **Estado y políticas sociales em América Latina**. Xochimilco: Universidade Autônoma Metropolitana, 1992. p. 157 – 179.

LUKÁCS, G. Conciencia de Clase. In: **Historia y Conciencia de Clase**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1970.

MACHADO, R. *et al.* **Danação da norma**: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, L. **Politécnica, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1989.

MACHADO, C.L.B. A retórica sedutora do (neo?) liberalismo e sua prática social positivista na educação, no Brasil, hoje. **Educação**, Porto Alegre: PUCRS. Ano XX, n.32, p.45-58, 1997

_____. Sentidos da experiênci-ação no trabalho docente na universidade. In: VII SEMINÁRIO DE LA RED LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOBRE TRABAJO DOCENTE, 1., 2008. **Anais do....** Buenos Aires, 2008. p.129.

MACHADO, M.F.A.S. *et al.* Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS - uma revisão conceitual. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, p.335-342, 2007.

MACHADO, C.L.B.; SILVA, M.N. Relatório das oficinas de sensibilização dos trabalhadores e trabalhadoras e avaliação das necessidades de formação para ações estratégicas em VISAPAF, Porto Alegre, 2007. (mimeo).

MARX, K. **Contribuição crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. **Textos**, vol. 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. **Manuscrits de 1857-1858** ("Grundrisse"), vol. 1. Paris: Editions Sociales, 1980.

_____. O 18 brumário de Louise Bonaparte. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 2, 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2, 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

_____. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 24 ed. São Paulo: Malheiros editores LTDA, 1999.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: BOITEMPO, 2002.

_____. **Educação para além do capital**. Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação. Tradução de T. Brito. Porto Alegre, Brasil, 28 de Jul. 2004. Disponível em: < http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html> . Acessado em Julho de 2007.

NOSELA, P. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. In: SILVA, T.T. da (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Classes sociais e mudanças e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

PAIM, J. S. Collective health and the challenges of practice. **PAHO**, Scientific Publication. The crisis of public health: reflections for the debate, n° 540, p. 136-50, 1992

_____. A reforma sanitária e os modelos assistenciais. **Saúde Coletiva**: Textos Didáticos, Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

PAIM, J. S. *et al.* **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. Collective health: a "new public health" or field open to new paradigms? **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, 1998.

PEDROSO, E.M. K. **A Nova Agência Social Sindical**. Tese [Doutorado]. UFRGS: Porto Alegre, 2003.

PIAGET, J. **A Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Tradução de. Marco Aurélio Fernandes. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PLATÃO. **A república**. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1985, 307p.

PRIGOGINE, I. **O nascimento do tempo**. Lisboa: Edições 70, 1990a.

_____. **Entre o tempo e a eternidade**. Lisboa: Gradiva, 1990b.

_____. **O fim das incertezas**. São Paulo: Unesp, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Regulamento sanitário internacional (2005)**. 2ª. ed. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/csr/ihr/IHR_2005_en.pdf>. Acessado em: mar. de 2005.

ROSEN, G. **Da policia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: UNESP/HUCITEC, ABRASCO, 1994.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou da Educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo da razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARTRE, J.P. **A imaginação**. São Paulo: Abril, 1978.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SIEHL, C.; BOWEN, D. The future of human resource management : March and Simon (1958) revisited. **Human Resource Management**, v. 36, n. 1, p. 57-63, 1997.

SOUTO, A. C. **Saúde e política**: a vigilância sanitária no Brasil. 1996. 227f. Dissertação [Mestrado] – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA, M. F. M. *et al.* Vigilância à saúde: epidemiologia, serviços e qualidade de vida. In: ROUQUAYROL, M. (Org.). **Epidemiologia & saúde**. Rio de Janeiro: Medici, p. 467-476, 1994.

TANCREDI, F.B. *et al.* Planejamento em saúde. **Saúde e Cidadania**, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 2, 1998.

THACKER, S. B.; BERKELMAN, R. L. Public health surveillance in the United States. **Epidemiologic Reviews**, n. 10, p. 165-190, 1988.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. v. 4, Porto Alegre: Faculdades integradas Ritter dos Reis, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: BOITEMPO, 2003. p. 264.

APÊNDICE A

Roteiro para Entrevista com os Gestores

Entrevista com gestores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como outros sujeitos que ao longo da história da vigilância contribuíram para o planejamento/gestão dos trabalhadores em VISAPAF

1. Como se deu, se dá à formação dos trabalhadores em VISAPAF?
2. O que é necessário para a formação dos trabalhadores em VISAPAF?
3. Qual a importância de formar trabalhadores para executar as ações de controle em VISAPAF?
4. Como formar trabalhadores com tantas categorias profissionais?
5. Como se deu à formação dos marcos conceituais em vigilância sanitária de portos, aeroporto e fronteiras?
6. Como se estabelecem às necessidades de formação dos trabalhadores em VISAPAF, tendo em vista a função regulatório e os processos internacionais de regulamentação?
7. Como se dá o processo de formação dos trabalhadores em VISAPAF para ocuparem suas funções como representantes do Estado nos pontos de fronteiras do Brasil?
8. Quais as metodologias utilizadas até o momento e quais os resultados alcançados?

APÊNDICE B

Consentimento Livre e Informado

Contando com sua colaboração em participar da pesquisa sobre A Formação/Educação dos Sujeitos Sentir - Pensantes em Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância/MS/Brasil, dirijo-me, no intuito de obter seu consentimento formal para proceder à entrevista individual, a ser gravada em áudio.

O principal objetivo a que me proponho ao final deste projeto de pesquisa é propor alternativas para a elaboração de um processo de práticas de formação/educação em vigilância sanitária que permitam a construção de Sujeitos Sentir – Pensantes trabalhadores em vigilância sanitária. Ideologicamente identificados com suas atividades e afetiva e intuitivamente responsável pelo seu atributo de agente de saúde, ou seja, propor a construção coletiva de uma cultura sanitária baseada no conceito de que saúde é uma ação coletiva da sociedade.

Nesta fase, através das entrevistas individuais, gravada em áudio, busco o relato das situações vivenciada por você, desde esse lugar o outros que já tenha ocupado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Esclareço que esta iniciativa faz parte da minha formação acadêmica no Programa de Pós - Graduação em Educação – PPGEduc da Faculdade de Educação - FACED da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Assim, é totalmente isenta de vinculações hierárquicas e administrativas ou de influências que possam interferir no seu de emprego com a ANVISA.

Ratifico o caráter confidencial da entrevista e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto às informações concedidas. Fica, também, assegurada a liberdade de optar pelo o ingresso e continuidade no estudo ou pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízos a você.

Como pesquisador responsável por este projeto (Paulo Ricardo Santos Nunes), coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, mesmo após a entrevista. O fone para contato é 0XX5391648264.

Nome e assinatura do participante:

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C**Solicitação de Documentos Referente a
Formação/Educação dos Sujeitos Sentir – Pensantes em VISAPAF**

Sr. Presidente:

Venho através deste solicitar a V.S. a disponibilização dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados no intuito de contribuir como dados na pesquisa do projeto de dissertação **“A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS SENTIR - PENSANTE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA/MS/BRASIL”**.

Porto Alegre, ... de..... de

Ilmo Sr. Cláudio Maierovitch P. Henriques
M.D. Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
Unidade 1 / SEPN Q. 515, Bloco B, Ed. Ômega, 4º andar
Brasília-DF - CEP: 70.770-502

Documentação para análise:

1. Relação dos Servidores em PAF em 1994.
2. Relação dos trabalhadores em PAF em 2008.
3. Relação dos trabalhadores com seus respectivos graus de escolaridade e categoria profissional em 1994 e 2008.
4. Relação dos trabalhadores e os respectivos cursos realizados no período de 1994 a 2008.
5. Relação das atividades educativas realizadas para os trabalhadores em PAF de 1994 a 2008.
6. Relação das atividades desenvolvidas em serviço para os trabalhadores de PAF no período de 1994 a 2008.
7. Relação de participação em eventos dos trabalhadores em PAF no período de 1994 a 2008.
8. Propostas pedagógicas dos cursos oferecidos aos trabalhadores em PAF no período de 1994 a 2008.
9. Relatório das atividades de formação dos trabalhadores em PAF de 1994 a 2008.
10. Currículo dos cursos oferecidos aos trabalhadores em PAF de 1994 a 2008.
11. Documentos legais que identificam a normatização das ações de controle sanitário no Brasil.

APÊNDICE D

Síntese do Relatório das Oficinas de sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF

As sínteses encontram-se listadas abaixo na forma original em que foram produzidas e aprovadas pela maioria dos integrantes de cada uma das oficinas, como parte do terceiro momento de trabalho:

a) Síntese Oficina Sudeste – Rio de Janeiro

- ▶ Especialização em Vigilância Sanitária mediante convênios da ANVISA com universidades, de forma descentralizada nos estados.
- ▶ Cursos em Saúde Pública.
- ▶ Formação permanente dos servidores em suas áreas de interesse em PAF
- ▶ Postura profissional.
- ▶ Cursos sobre informações técnicas e treinamentos específicos nas áreas de VISAPAF aberto a todos.
- ▶ Cursos de Idiomas (instrumental).
- ▶ Cursos sobre transporte e armazenamento de Cargas perigosas.
- ▶ Cursos em Direito Sanitário e Legislação Sanitária consolidada.
- ▶ Curso Comércio Exterior e legislação aduaneira.
- ▶ Formações voltadas para relações interpessoais: colegas, regulados e público em geral.
- ▶ Capacitação dos servidores para a Sala de Orientação aos Viajantes.
- ▶ Convênios para educação complementar.
- ▶ Encontro entre servidores e Oficinas para uniformização dos procedimentos em PAF.
- ▶ Revisão dos termos legais.
- ▶ Implantação de Procuradoria em todas as coordenações de VS
- ▶ Divulgação da instituição ANVISA e das suas atribuições.
- ▶ Agilidade dos canais de comunicação entre os postos e o nível central da ANVISA.
- ▶ Especialização em Orçamento e Finanças, RH, Gestão de Pessoas, Logística.



Foto 1: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Sudeste – Rio de Janeiro.

b) Síntese Oficina Centro-Oeste – Goiânia

- ▶ Curso de formação em: Direito Sanitário, Epidemiologia, Segurança alimentar.
- ▶ Estudos de casos.
- ▶ Curso de línguas conforme as mais usadas na região e oratória.
- ▶ Planejamento estratégico como fazê-lo?
- ▶ Curso de Neurolinguística (Relações interpessoais).
- ▶ Capacitação em SISCOMEX e AFE.
- ▶ Implementação de especialização dos trabalhadores.
- ▶ Capacitação dos servidores nas unidades, tais como RH, logística, financeira, liderança
- ▶ Estudo de legislação.
- ▶ Curso procedimentos de mecanismos para unificar ações do PAF e recintos alfandegados, capacitação de formas de acesso a Internet e Intravisa, curso de relações pessoais, curso ou incentivo a produção científica em PAF e recintos alfandegados.
- ▶ Curso gestão de pessoas, arquivo e protocolo, curso de segurança alimentar e montar a cartilha de procedimentos, cursos de vetores em reservatórios, de climatização, em resíduos sólidos, de radio proteção. Treinamentos de cargas perigosas, de análise e conhecimento dos resultados das análises da água.



Foto 2: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Centro – Oeste - Goiânia.

c) Síntese Oficina Nordeste I - Maceió

- ▶ Padronização das ações (atualização)
- ▶ Curso de Vigilância Sanitária especializações das ações (atualizações);
- ▶ Controle de qualidade de água potável e fluentes;
- ▶ Controle de vetores, inspeção sanitária em produtos sujeitos:
- ▶ Lei de responsabilidade fiscal;
- ▶ Gestão orçamentária e financeira;
- ▶ Leis RH, Licitação e contrato;
- ▶ Processo Administrativo disciplinar e sanitário;
- ▶ Oficina de desenvolvimento e contrato;
- ▶ Padronização dos procedimentos administrativos.;
- ▶ Capacitação do uso do cartão corporativo;
- ▶ Processo de importação (SISCOMEX);
- ▶ Capacitação em SISVEG, DATAVISA, STATIPAF;
- ▶ Curso relação inter pessoal;
- ▶ Curso climatização;
- ▶ Curso cargas perigosas;
- ▶ Reestruturação RDC 02 e 217;
- ▶ Curso Ética regionalizado;
- ▶ Curso tanque de dejetos;
- ▶ Curso viajante, veículos terrestre;
- ▶ Curso água de lastro;
- ▶ Curso gestão participativa em VISA;
- ▶ Curso de capacitação em restos mortais;
- ▶ Curso AFE;
- ▶ Curso direito sanitário, educação e saúde.
- ▶ Todos os cursos teóricos com ênfase na prática

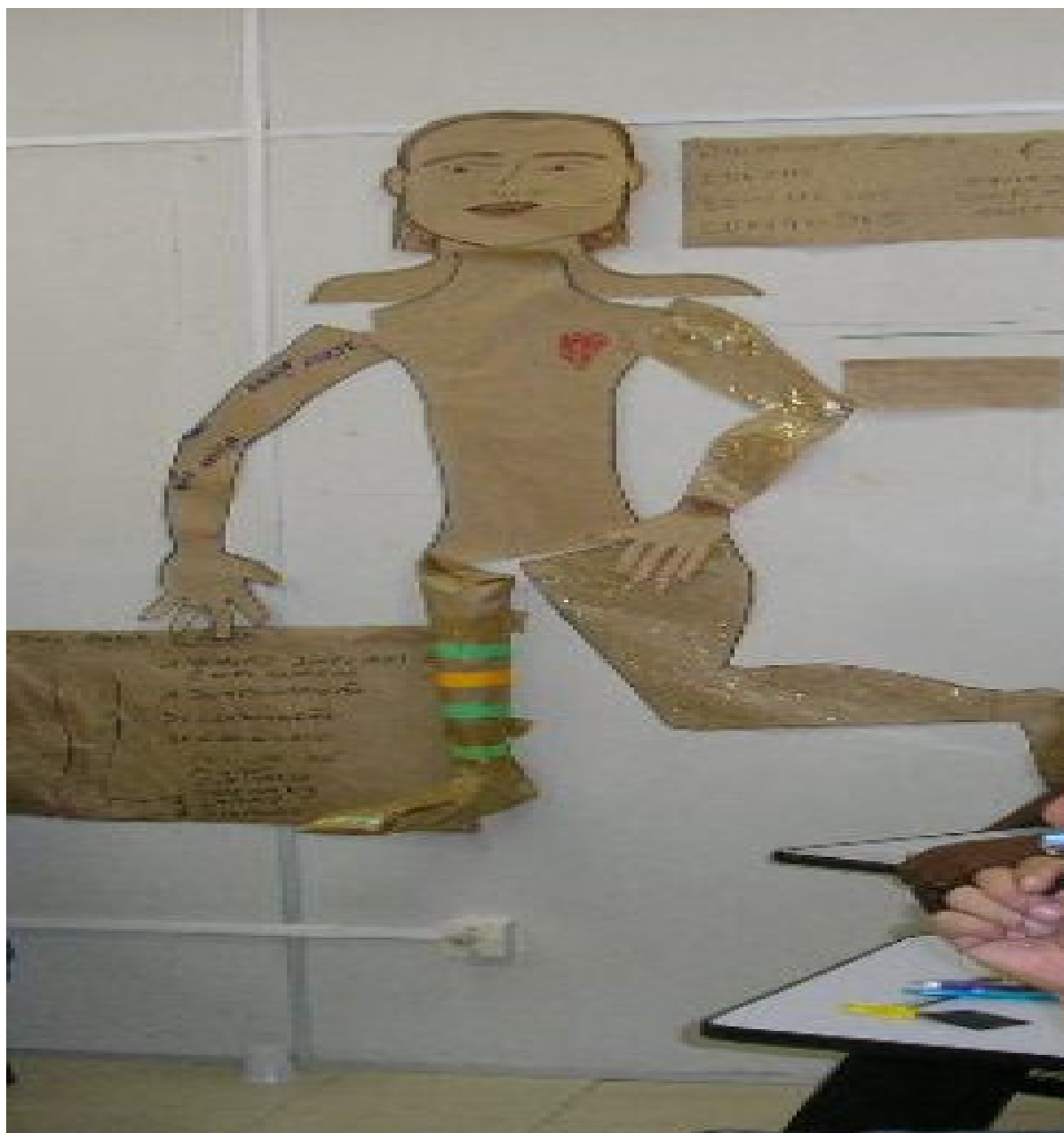


Foto 3: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Nordeste - Maceió.

d) Síntese Oficina Nordeste II – Recife

▶ 1. Promoção de Cursos de Especialização nas seguintes questões:

▶ Direito sanitário

▶ Gerenciamento em resíduos sólidos

▶ Produtos

▶ Vetores

▶ Epidemiologia

▶ Relações interpessoais

▶ 2. Formação de multiplicadores em: SISCOMEX, APPCC, Logística.

▶ 3. Capacitações em: Informática, Língua Portuguesa, Língua estrangeira – inglês e Redação

▶ Procedimento estratégico

▶ Aulas práticas in loco

▶ Gestão de RH

▶ Trabalho em equipe

▶ Curso de Especialização em VISA para padronizar os indicadores

▶ Risco Sanitário – conceito e abrangência do termo em PAF

▶ Criação de políticas para PAF

▶ Descentralização dos recursos onde estados e postos define as prioridades.

▶ Ética Profissional.

▶ Perfil fiscal

▶ Normas e procedimentos

▶ Espaço físico e equipamentos adequados

▶ Reconhecimento de PAF pela ANVISA



Foto 4: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Nordeste - Recife.

e) Síntese Oficina Sul – Porto Alegre

- ▶ Criação e implantação de uma política em RH;
- ▶ Incentivo a graduação de nível médio e superior;
- ▶ Aprimoramento e racionalização dos sistemas de informação com vista a torná-los mais ágeis e integrados;
- ▶ Promoção de seminários regionais;
- ▶ Atenção à saúde do trabalhador: Ergonomia (mobiliário), exames de saúde periódicos. Atenção psicológica.
- ▶ Adicional/insalubridade, periculosidade, EPIs adequadas e treinamentos específicos;
- ▶ Maior agilidade nas respostas aos questionamentos de postos (call center);
- ▶ Uniformes adequados para as diferenças climáticas das regiões;
- ▶ Produção de materiais educativos para PAFs;
- ▶ Integração com antecedência aos servidores para participação em eventos, (em tempo hábil)
- ▶ Integração dos sistemas de dados com os sistemas de comunicação evitar re-solicitação de informações;
- ▶ Valorização e reconhecimento do servidor;
- ▶ Revisão da legislação. (Promoção de oficinas);
- ▶ Ampliação do RH nos postos;
- ▶ Realização de jornada nacional após 6 oficinas.



Foto 5: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Sul – Porto Alegre.

f) Síntese Oficina Norte – Belém

- ▶ Segurança do trabalho para os trabalhadores de PAF
- ▶ Estrutura adequada para as ações;
- ▶ Força tarefa nos estados de acordo com as necessidades de RH;
- ▶ Apoio jurídico nas coordenações estaduais.;
- ▶ Padronização de uniformes de acordo com clima da região;
- ▶ Necessidade de que núcleo central atenda aos pedidos de esclarecimento com rapidez;
- ▶ Cursos de Línguas estrangeiras: Inglês- Espanhol- Francês;
- ▶ Interpretação RDC'S;
- ▶ RDC – Manuais operacionais;
- ▶ Direito sanitário;
- ▶ Comunicação Saúde;
- ▶ Segurança alimentar;
- ▶ Relações Interpessoais;
- ▶ Qualidade Vida para ;
- ▶ Dinâmicas;
- ▶ Gestão em saúde coletiva;
- ▶ Oficinas de humanização para cada estado com toda coordenação;
- ▶ Integração dos trabalhadores, com todas regiões 1 por ano;
- ▶ Cargos exercidos por profissionais capacitados em relações Interpessoais;
- ▶ Padronização de procedimentos em portos na Região Norte;
- ▶ Veículos próprios para coordenação / postos;
- ▶ Suporte;
- ▶ Capacitação sobre procedimentos para produtos importados;
- ▶ Capacitação para atividades de fiscalização;
- ▶ Transmissão de Informes sobre eventos que contaram com a participação da coordenação;
- ▶ Dispor de Recursos Humanos para trabalho;
- ▶ Especialização permanente nas diversas áreas;
- ▶ Capacitação STATIPAF;
- ▶ Gratificação para chefes de postos e responsáveis técnicos;



Foto 6: Trabalhos de artesanato realizado durante as Oficinas de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF da Região Norte – Belém.

Síntese da Oficina Nacional

As necessidades identificadas pelos grupos, durante as oficinas regionais, bem como as sugestões que emergiram neste movimento por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, originam uma Oficina Nacional. São elas:

- auto-reconhecimento e do reconhecimento do outro;
- viabilização de comunicação ágil horizontal e vertical;
- valorização, visibilidade e reconhecimento profissional;
- promoção da construção de identidade profissional.

Esta contou com representantes de todas as oficinas regionais e também com a participação efetiva, em toda a duração, do Diretor ANVISA - Supervisor da GGPAF Franklin Rubinstein e do Adjunto-Diretor/ANVISA. Partindo dos princípios que estruturaram as oficinas anteriores a nacional também se compôs de três momentos. Neste espaço de caráter agregador foi construída, coletivamente, uma proposta nacional com vistas a identificar as necessidades, unificar propostas comuns e simultaneamente as especificidades pensadas em cada uma das regiões, sistematizada da seguinte forma:

- ▶ Relações interpessoais;
- ▶ Direito Sanitário;
- ▶ Formação: educação, comunicação, saúde;
- ▶ Saúde do Trabalhador;
- ▶ Necessidades: veículos aquáticos com profissional habilitado;
- ▶ Veículos terrestres para postos;
- ▶ Uniforme padronizado de acordo com a região;
- ▶ Gratificação de responsável administrativo, técnico, chefe de posto;
- ▶ Avaliação coordenação conforme postos pelos servidores da coordenação;
- ▶ Compromisso e responsabilidade sociais.
- ▶ Formação técnica em VISAPAF – produtos, infra-estrutura e estacionamento; meio de transportes e viajantes;
- ▶ Legislação sanitária: estudo em Legislação Sanitária vigente – termos legais;
- ▶ Relacionamento interpessoal;
- ▶ Elaboração de manuais de procedimentos por área de atuação;

- ▶ Módulos específicos para servidores que atuam nas áreas de: logística, RH, orçamento, finanças;
- ▶ Aprimoramento e desenvolvimento de sistemas e programas que têm interface com o usuário (Datavisa, Statipaf, Controle administrativo (sistemas));
- ▶ Capacitação do servidor e usuários dos sistemas tanto os desenvolvidos pela ANVISA, quanto por outros órgãos;
- ▶ Melhor distribuição de RH nas coordenações e postos – utilização de planejamento estratégico;
- ▶ PAC's para as coordenações e com levantamento das necessidades locais (administrativo e técnico);
- ▶ Capacitação que sensibilizem para a formação de equipes;
- ▶ Informação de procedimentos (GTs para discussão e construção da padronização das ações no estado).
- ▶ Implantação e supervisão técnica e administrativa – discussão de casos com enfoque na saúde;
- ▶ Protetor solar fornecido ao trabalhador (EPI – Saúde do Trabalhador);
- ▶ Comissão de capacitação nas coordenações com articulação com a GGPAF.



Foto 7: Trabalhos realizados durante a Oficina de Sensibilização, dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Avaliação das Necessidades de Formação para Ações Estratégicas em VISAPAF, etapa Nacional – Porto Alegre.

APÊNDICE E

Síntese do Relatório da Oficina de Sensibilização – I Encontro Nacional de Chefes de Postos de PAF

A partir das reflexões e discussões, do reconhecimento de cada um e de todos como sujeitos da ação, como seus construtores no enfrentamento de condições para além de seu poder, mas onde existe um espaço de organização do coletivo é elaborada uma síntese das considerações do grupo, identificando necessidades, desafios e possibilidades no / do trabalho de PAF, de acordo com a redação do próprio grupo.

- A falta de capacitação do responsável pelo posto. Remuneração para a função. Acumulação das funções chefia / fiscal. Essas são questões importantes e é esperado o reconhecimento das mesmas por parte da ANVISA.
- Condição atual dos servidores redistribuídos X avaliação em relação a gratificação.
- Reconhecimento dos postos quanto ao binômio direitos X deveres.
- É de suma importância o repasse das informações aos responsáveis por postos.
- A estruturação das coordenações e regulamentação das atividades da ANVISA e das VISAS (municipal e estadual) - necessidade do estabelecimento de condições mínimas necessárias para o andamento das atividades de modo a atender a filosofia da ANVISA, se fazendo necessária a criação de um documento que crie a vinculação ANVISA X POSTOS.
- Posicionamento em relação às responsabilidades assumidas e o compromisso da ANVISA com a proteção das pessoas que respondem pelos postos que são as mais expostas.
- A qualificação dos servidores é realizada de forma desigual entre redistribuídos e concursados.
- O preparo do servidor e as exigências efetuadas pelo setor regulado merecem atenção por parte da ANVISA.
- É importante que não haja diferenças entre os servidores em relação ao nível de escolaridade, ressaltando que todos servidores deverão ser capacitados de maneira igualitária expedindo-se certificados específicos.

- Desenvolvimento dos servidores de PAF em relação a outras áreas da ANVISA: se faz necessária a exigência dos direitos de maneira abrangente e total. A união fazendo a força.
- Por tratar-se de uma função passageira (chefes), faz-se necessário a conquista de um “status” perante outros órgãos. As carreiras estaduais/municipais devem ser estruturadas de maneira: VISAS e sua importância no contexto Saúde e funcionalismo público.
- É importante pensar o estar responsável e o ser responsável. Busca pela qualificação dos servidores redistribuídos.
 - Importante salientar que uma vez ocorrendo gratificação de chefia, isso tende a trazer uma disputa entre servidores para ocupar a função em razão da remuneração. Busca inexistente atualmente, pois a função não é remunerada.
- Há a necessidade de reconhecimento do trabalho de VISA e de VISAPAF como de carreira típica de estado.
- A fiscalização somente pode ser reconhecida se realizada por fiscais sanitários com autorização de portaria publicada em DOU. No entanto, apesar de existir a portaria que autoriza o exercício da função de fiscal, juridicamente não tem amparo legal para os servidores que exercem a função fiscal na ANVISA.
- Necessário se faz rever a amplitude do exercício de fiscalização e a eficácia dos atos emanados pelos servidores da ANVISA como agência reguladora.
 - Os limites dos chefes de Postos quanto ao exercício do cargo e a autonomia em relação ao desenvolvimento e até mesmo a tomada de decisões em relação as atividades desenvolvidas.

As necessidades de auto-reconhecimento e do reconhecimento do outro, bem como de valorização, visibilidade e reconhecimento profissional, da promoção e construção de identidade profissional e de viabilização de comunicação ágil horizontal e vertical, foram identificadas pelo grupo no decorrer da oficina como pontos importantes para a realização do trabalho em VISAPAF.

Desafios / dificuldades, Necessidades e Ações em VISAPAF.

Desafios/dificuldades

- Falta de RH
- RH sem capacitação
- Integração
- Vestir a Camisa
- Logística
- Padronização das ações
- SISGEV ativo
- Mobiliário
- Veículos
- Valorização
- Cargo de responsáveis por postos sem remuneração
- Uso de coletes iguais para diferentes regiões
- Aplicabilidade jurídica; Legislação inadequada para diversas realidades brasileiras; Legislações que não contemplam determinadas situações (RDC 217); Legislação de cadáver: dificuldades RDC; Aplicação da legislação
- Lidar com servidor problemático e insatisfeito
- Burocracia excessiva e arcaica
- Descontinuidade administrativa
- Desmotivação do grupo
- Falta de respaldo legal
- Falta de respostas de consultas à coordenação
- Comunicação
- Lidar com poder político acima da saúde
- Normatização e operacionalização
- Critérios de risco

Necessidades

- Contratação de pessoal
- RH capacitado
- Comprometimento

- Relação entre países
- Gratificação de função
- **Maior entrosamento com poder central**
- Capacitação em língua estrangeira
- infra-estrutura
- Capacitação setorializada
- Retorno do trabalho realizado
- Avaliação repensada
- Reconhecimento financeiro

Ações

- Comprometimento do servidor
- Padronização
- Investimentos em capacitação de RH
- Superar as dificuldades e desafios, com possibilidade de crescimento e reconhecimento

Da Avaliação das Atividades

Foi utilizada Ficha de Avaliação da oficina, preenchida pelos participantes e dela se destacam os seguintes aspectos:

1. Quanto à oficina a maior parte dos integrantes reconheceu a importância e o valor de momentos de encontros e trocas onde se reconhecessem como sujeitos partícipes da construção de um projeto de ANVISA e de VISAPAF.
2. A maior parte das atividades desenvolvidas foi considerada agradável, desafiadora e surpreendente quanto aos resultados obtidos pelos grupos.
3. No registro escrito o não gostar se referiu ao grande número de participantes, ao atraso nas diárias e quanto à rapidez com que o tempo compartilhado foi vivido, reivindicando mais dias de oficina. Por outro lado, o gostar esteve, em geral, ligado à quebra do isolamento típico do cotidiano de trabalho, no trabalho coletivo, no reconhecer-se a si mesmo e ao outro, na liberdade de discussão e partilha.
4. Em relação aos interesses em formação e temas para continuar

trabalhando / estudando / participando considerados importantes para o trabalho em VISAPAF, no geral, se destacam:

Legislação,

Processo administrativo,

Traslado de cadáver,

Relações humanas,

Estudo de casos,

Auto de infração. |

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACED - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADE

213791/03-7
91.10.03

Porto Alegre, 15 de outubro de 2003.

À Direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária :

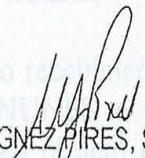
Vimos através deste, apresentar a aluno PAULO RICARDO SANTOS NUNES, deste Programa de Pós-Graduação em Educação, do Mestrado, ao mesmo tempo em que solicitamos autorização para que o mesmo realize junto a ANVISA seu projeto de Pesquisa, que versa sobre "A Formação/Educação dos Trabalhadores na Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras".

Informamos, outrossim, que posteriormente o referido aluno encaminhará sumula da pesquisa.

Certos de contarmos com vossa colaboração, despedimo-nos,

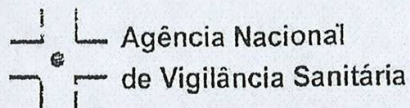


Atenciosamente,


MARY IGNEZ PIRES, Secretária acadêmica do Programa de
Pós-Graduação em Educação - UFRGS

MARY IGNEZ PIRES
Secretária Acadêmica
PPG Educação/UFRGS

LUIS CARLOS WANDELLEY LIMA
Diretor



Ofício nº 177 DILCW/ANVISA

Brasília, 29 de outubro de 2003.

À Senhora
MARY IGNEZ PIRES
Secretária Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Av. Paulo Gama, s/nº - Prédio 12201 - 7º andar - Porto Alegre /RS.
CEP: 90046-900 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Assunto: Projeto de Pesquisa

Senhora Secretária,

Acusamos o recebimento da Carta de Apresentação do aluno, PAULO RICARDO SANTOS NUNES e informamos que esta Diretoria autoriza que o referido aluno realize seu projeto de pesquisa nesta Agência e informamos que o mesmo terá o apoio necessário para o desenvolvimento do seu projeto.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Luis Carlos Wanderley Lima". The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name and title.

LUIS CARLOS WANDERLEY LIMA
Diretor